



Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade de Coimbra

LEIRIA, CIDADE DO (PO)LIS

ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DE REVITALIZAÇÃO DA FRENTE DE ÁGUA

Dissertação para conclusão do Mestrado Integrado em Arquitectura

Aluna: Sara Maria Bernardino da Silva

Orientador: Doutor Walter Rossa

Co-orientador: Doutor João Mascarenhas Mateus

Coimbra, Dezembro de 2010

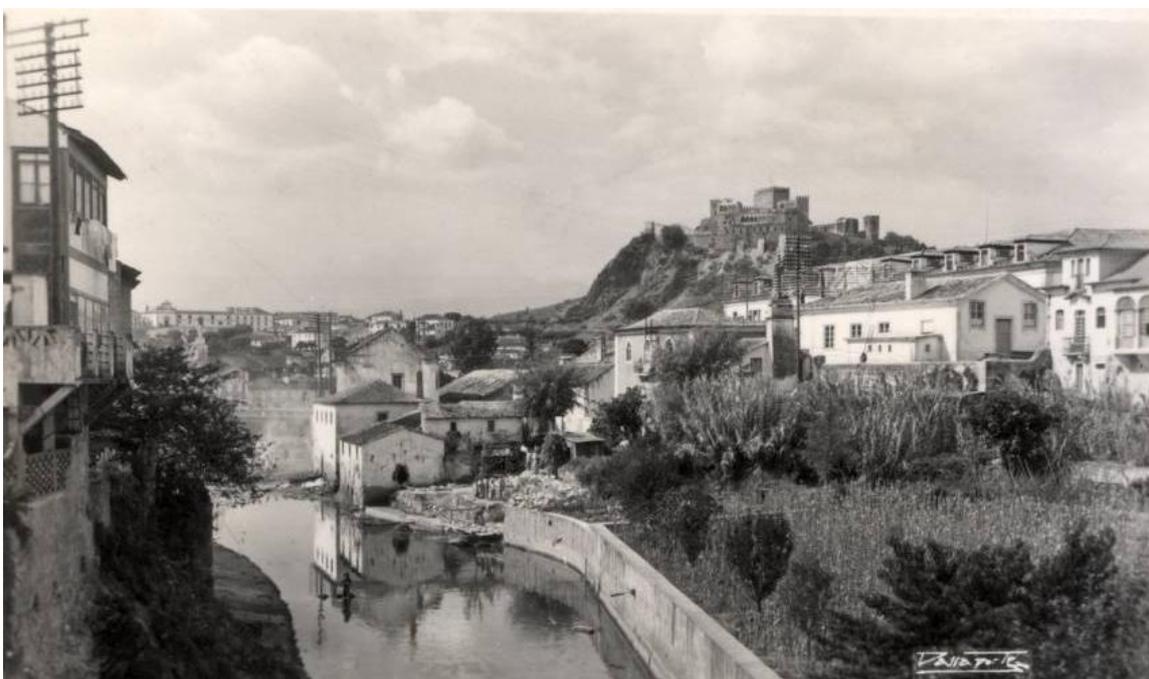
*Fermoso rio Lis, que entre arvoredos
Ides detendo as águas vagarosas,
Até que ùas sobre outras, de invejosas,
Ficam cobrindo o vão destes penedos;*

*Verdes lapas, que ao pé de altos rochedos
Sois morada das Ninfas mais fermosas,
Fontes, árvores, ervas, lírios, rosas,
Em quem esconde Amor tantos segredos;*

*Se vós, livres de humano sentimento,
Em quem não cabe escolha nem vontade,
Também às leis de Amor guardais respeito.*

*Como se há-de livrar meu pensamento
De rendes alma, vida e liberdade,
Se conhece a razão de estar sujeito?*

Francisco Rodrigues Lobo (séc. XVII)



Aos meus pais pelo amor, carinho, apoio e por me terem permitido chegar até aqui.

Às minhas irmãs pela ajuda e compreensão.

Aos meus amigos simplesmente pela amizade, por fazerem parte da minha vida, em especial à Margarida.

À autarquia de Leiria pela informação cedida, nomeadamente ao Arquitecto António Figueiredo e ao presidente da Câmara Raul Castro.

Ao meu co-orientador, Doutor João Mascarenhas Mateus, pela disponibilidade, acompanhamento e por ter acreditado neste trabalho.

Ao meu orientador pela disponibilidade.

Ao André...por tudo.

RESUMO

Os rios tiveram, desde sempre, um papel fundamental na vivência urbana, sendo por vezes a própria origem da cidade. Leiria desenvolveu-se morfologicamente em função do curso do rio que a serpenteia – o Lis. Esta ligação entre as frentes de água e as urbes foi perdendo importância com o passar do tempo, e as zonas ribeirinhas foram progressivamente excluídas da vida da cidade e transformadas em espaços inutilizados ou degradados.

Em Portugal, recentemente, os Programas Polis (Programa de Requalificação Urbana e Valorização das Cidades), intervenções urbanísticas a grande escala, procuraram reintegrar as frentes de água no tecido urbano e transformá-las em focos de atracção. Estas intervenções têm sido uma oportunidade para a valorização urbanística e ambiental bem como para a implantação de novas actividades, tentando reforçar assim a “identidade” das cidades, o que contribui para a competitividade entre elas.

Decorrente do êxito do Projecto da Expo’98, o Programa Polis teve como principal objectivo requalificar as cidades portuguesas do ponto de vista urbanístico e ambiental, com base em parcerias entre o Estado e as Câmaras Municipais. Em Leiria o Polis pretendeu requalificar e valorizar o rio Lis, apostando na articulação do espaço urbano com a linha de água, através da criação de estruturas verdes contínuas que incluem percursos pedonais e ciclovias nas suas margens e da implementação de espaços de recreio e lazer, na tentativa de uma integração paisagística do rio.

O presente trabalho é dedicado à análise comparativa das situações antes e pós Polis em três perspectivas: estética e paisagística; urbana e ambiental e sócio-cultural.

Palavras-chave:

Leiria, Programa Polis, frentes de água, valorização ambiental, revitalização urbana

SUMÁRIO

Resumo	1
Sumário	3
Introdução	5
PARTE 1	
Cidades e frentes de água	
1.1 O rio como paisagem	11
1.2 Estratégias para a revalorização urbanística	
1.2.1 O exemplo de Lisboa: a Expo'98	27
1.2.2 Introdução aos Programas Polis	37
PARTE 2	
Caso de estudo - Leiria	
2.1 Breve análise histórica e morfológica	55
2.2 A evolução da zona ribeirinha antes do Polis	73
2.3 O Programa Polis: “ <i>Viver Leiria</i> ”	83
PARTE 3	
Análise comparativa do antes e pós Polis	
3.1 A nível estético e paisagístico	109
3.2 A nível urbano e ambiental	123
3.3 A nível cultural e social	139
Conclusões finais	151
Referências bibliográficas	157
Referências das imagens	167
Anexos	173

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem sido cada vez mais discutida a questão da valorização ambiental e da qualidade de vida das cidades, associada à reconversão dos espaços públicos. Também a relação entre as cidades e as frentes de água tem sido um tema bastante debatido desde o final do século XX, mais concretamente no caso das cidades portuárias, alvos de problemas urbanos derivados do abandono dos portos pelas indústrias. Após a exposição internacional de Lisboa de 1998, o tema da revitalização de frentes de água foi alargado por Portugal, quer em frentes marítimas, quer fluviais.

O presente trabalho surge da necessidade de entender o modo como as frentes de água alteram a vivência da cidade de Leiria, modificando o comportamento e os hábitos dos cidadãos. Através de análises geográficas, históricas, culturais e urbanísticas, pretende-se perceber de que forma se conseguem dinamizar espaços “abandonados” e isolados da vida da cidade, analisando um exemplo que depende das circunstâncias da própria cidade. Apesar de os objectivos das intervenções dos Polis serem comuns nos vários tecidos urbanos abrangidos, cada cidade tem a sua própria identidade, o que implica respostas específicas para um mesmo problema. A arquitectura deve por isso encontrar e transmitir as necessidades do lugar na tentativa de contribuir para o seu desenvolvimento e articulação com o rio.

Parece fundamental reflectir sobre a indispensabilidade da promoção do espaço público e da qualidade de vida como factores condicionantes da atractividade territorial, assim como a consciencialização colectiva dessa importância.

Algumas questões associadas a este tipo de intervenções: será suficiente intervir ao nível das frentes de rio para revitalizar a cidade ou isso não será capaz de impedir uma separação entre o novo espaço e a malha urbana existente? Quais as consequências desta reaproximação da cidade e dos rios? Terá tido o Programa Polis um impacto positivo na cidade de Leiria, na relação estabelecida entre o rio e o espaço urbano, nos vários campos (sociológico, cultural, paisagístico, edificado)?

O caso de estudo é analisado aprofundadamente com base bibliográfica, mas também com base nos Planos de Pormenor executados, com visitas aos lugares de

intervenção, através de um contacto mais directo com pessoas relacionadas com o programa. Uma leitura crítica dos projectos desenvolvidos, com base nas peças desenhadas, nas memórias descritivas elaboradas pelos arquitectos, nas informações adicionais conseguidas permitem completar a pesquisa.

O trabalho está estruturado segundo três capítulos. No primeiro capítulo, mais geral e de enquadramento, pretendo introduzir a relação existente entre as cidades e as suas linhas de água, expondo os sucessivos momentos até à actualidade. Como consequência desta análise temporal da relação entre urbes e frentes de água, ficará clara a necessidade de hoje revitalizar os corredores fluviais, em benefício das pessoas e da própria imagem das cidades. Ainda dentro deste capítulo é proposta uma breve passagem pelo exemplo da cidade de Lisboa, dado o reconhecido êxito da Expo'98, que o Polis procura difundir por várias cidades do país, introduzindo o aparecimento deste programa destinado à sustentabilidade urbana de várias cidades do país.

No segundo capítulo, numa perspectiva mais específica, a cidade de Leiria é “olhada” do ponto de vista do desenvolvimento histórico e morfológico de forma a perceber a relação da antiga vila com o rio, e a forma como essa relação foi perdida. É feita uma análise descritiva e crítica das propostas e intervenções para as margens do Lis realizadas no âmbito do Programa Polis

O último capítulo é dedicado à análise dos dados estudados, comparando as situações antes e depois das zonas de intervenção, de forma a daí retirar conclusões das melhorias e benefícios trazidos pelo Polis a Leiria e aos leirienses, aos níveis cultural e social, urbano e de equipamentos e a nível estético e paisagístico.

Correspondem à realidade os benefícios descritos pelo Polis Leiria?

A cidade torna-se agora um espaço diferente, com mais vida, na qual o rio tem um papel activo e participativo. Passa a ser percebida de uma outra forma, reintegrando o elemento natural que contribuiu e condicionou o crescimento da urbe. O tecido urbano foi “recozido” ao rio, através da criação de espaços agradáveis para a população, espaços esses que estavam entregues ao nada. Os novos espaços não geraram rupturas com o restante espaço urbano, pelo contrário criaram relações com o núcleo medieval, no qual as pessoas são prioridade. Nasce, assim, uma nova cidade na qual o sujeito pode desfrutar do rio com qualidade urbana e ambiental. O Programa Polis fez de Leiria uma cidade melhor, tornou agradável “Viver Leiria”.

PARTE 1
CIDADES E FRENTES DE ÁGUA



Fig. 1 | Rio Lis

1.1 | O RIO COMO PAISAGEM

*O rio constitui uma paisagem natural e cultural que tem servido de referência para o homem ao longo de toda a sua existência. Como fonte de água, elemento vital e indispensável, como meio de comunicação e circulação, como mero marco territorial que percorre e estrutura o espaço, como inspiração de poetas e pintores, múltiplas são as dimensões que representam para a sociedade esses elementos simultaneamente tão comuns e tão singulares que percorrem as paisagens de todo o mundo.*¹

Os cursos de água são essenciais na estruturação do território. A história dos rios relaciona-se com história da cidade e com a história da humanidade, em termos da sua utilização, dos seus valores, das metáforas associadas à água, dos mitos. Desde sempre que os rios são um reflexo das actividades humanas, e se actualmente apresentam alguns aspectos menos positivos, como seja a poluição das águas, é porque deles tem sido feita uma má utilização. Através dos tempos os rios foram elementos de cultura e civilização. Os cursos de água estiveram na origem de muitas das cidades que hoje conhecemos: *“O aproveitamento engenhoso dos recursos hídricos levou ao florescimento de várias sociedades que basearam o seu desenvolvimento na irrigação dos campos agrícolas a partir das águas dos rios.”*² De acordo com o clima, podem ser diferenciadas as culturas de irrigação e de drenagem, sendo a primeira associada aos climas mais secos e a segunda às zonas húmidas de elevados níveis freáticos. A fixação dos primeiros assentamentos que deram origem a

¹ SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto – **O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território**, 1998, p. 1.

² *Ibidem*, p. 50.

idades junto às linhas de água deve-se à grande facilidade de abastecimento e transporte por elas disponibilizado, assim como à fertilidade dos terrenos das zonas ribeirinhas que eram propícios ao desenvolvimento da actividade agrícola. Assim sendo, a fundação e desenvolvimento de muitas urbes é justificada, em parte, pela presença da água que desde sempre funcionou como elemento de demarcação territorial e identitária dos lugares.

*“A água, elemento natural, quando está presente numa cidade quase que perde a sua naturalidade, a sua existência per se, para se tornar numa importante componente do território.”*³ As frentes de água transmitem à cidade particularidades territoriais, simbólicas e histórico-culturais. Estas podem ser entendidas como elo de ligação entre o Homem e a Natureza ou, pelo contrário, funcionar como barreira ou fronteira entre sistemas naturais e humanizados. Assim, a água surge não só como elemento paisagístico, mas na dualidade entre potencialidade e limitação ao desenvolvimento urbano, entre espaço lúdico e fronteira natural. Para as civilizações antigas os rios continham uma matriz mítica e simbólica associada aos conceitos de sagrado e profano, de puro e impuro. De acordo com Saraiva (1998) as relações sociedade/rio passaram por fases evolutivas: uma primeira fase de temor e sacralização, a que se seguiu uma fase de harmonia e ajustamento, outra de controlo e domínio, degradação e sujeição. Por fim, em muitos casos, passaram também por uma etapa de recuperação e de busca de sustentabilidade. Em relação à primeira fase as civilizações orientais e ocidentais associavam a subida do nível das águas a punições, submergindo os que erravam e assim purificando o mundo. As fontes saradoras e a sacralização das nascentes eram alguns dos mitos que estavam relacionados com os rios. Como ritos de purificação eram praticados baptismos, cerimónias de perdão ou castigo ou mesmo de vida ou morte. Na fase de harmonia e ajustamento as cheias deixaram de ser motivo de temores e, como é exemplo a civilização egípcia na sua relação com o Rio Nilo, passou a haver uma relação harmónica, sendo aproveitados os sedimentos depositados pelas cheias para usos agrícolas. A terceira fase de controlo e domínio é ainda hoje evidente nas obras de regularização e barragens. O desenvolvimento e progressos no campo da hidráulica e da hidrologia nos séculos XVII e XVIII possibilitaram um melhor controlo dos rios e dos efeitos nefastos das cheias.

A integridade dos sistemas ecológicos pode ser posta em causa aquando do seu excessivo controlo. A artificialização exacerbada a que os rios são submetidos

³ FERREIRA, Vítor Matias – **Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água**, 1997, p. 69.

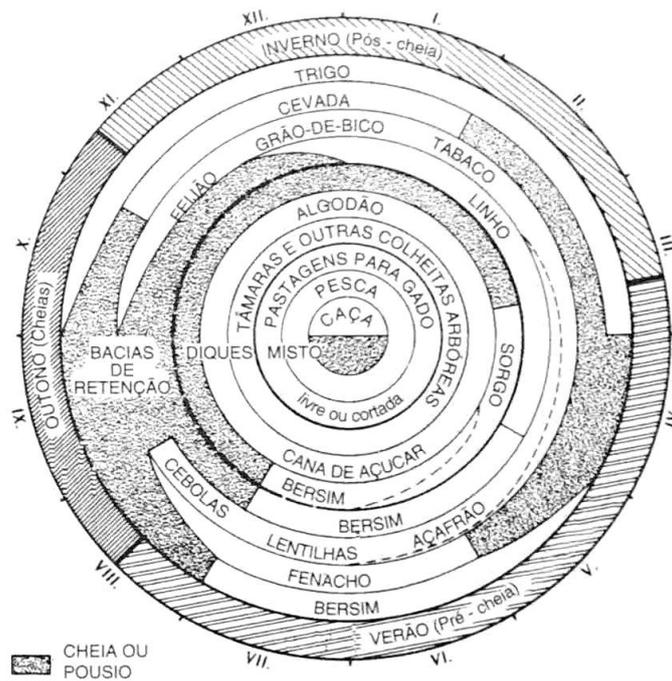
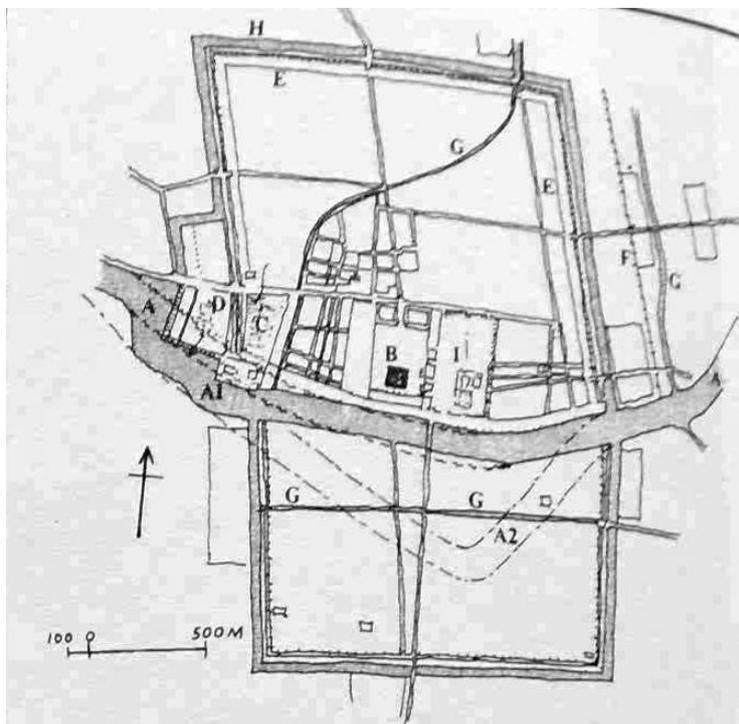


Fig. 2| Calendário agrícola do uso do solo no Vale do Nilo.
(Fonte: SARAIVA, 1998)



- A – Curso original do Eufrates
- A1 – Primeira mudança de curso
- A2 – Mudança de curso pós 600 a.C.
- B – Torre de Babel
- C – Jardins suspensos
- D – Fortaleza
- E – Muralha interior
- F – Muralha exterior
- G – Canal
- H – Fosso
- I – Templo de Marduk

Fig. 3| A mudança do curso do Rio Eufrates na cidade da Babilônia. (Fonte: SARAIVA, 1998)

tende também a alterar as relações sociológicas das comunidades ribeirinhas. “*Objectivos como a correcção fluvial para o desenvolvimento da navegabilidade, abastecimento, defesa, protecção contra cheias, desvios de leitos, má drenagem e insalubridade estão na origem de engenhosos projectos de regularização.*”⁴ Em Portugal, as obras de regularização dos rios têm uma longa história e são vários os exemplos encontrados na literatura. No século XVI procedeu-se a uma primeira alteração do curso médio do Tejo, em Lisboa; no século XVIII, o rio Mondego foi encanado e o rio Loures sofreu obras de regularização. Só no início do século XIX se realiza a intervenção dos Serviços de Hidráulica Florestal destinada à correcção e ao revestimento florestal feita no caso da bacia hidrográfica do Rio Lis.⁵

Com o ordenamento territorial e a Revolução Industrial a qualidade das águas que recebiam os produtos resultantes da laboração industrial e das águas residuais foi perdendo qualidade. Os rios começaram a apresentar elevados níveis de poluição derivados também dos adubos e pesticidas utilizados na agricultura. Assim, passou-se em alguns casos, de uma fase de controlo para uma fase de degradação. A última fase referida, de recuperação e sustentabilidade, assenta nas questões ambientais levantadas nos finais do século XX, na qual se deixam de ver os rios “*como simples ‘cursos de água’ onde se captam recursos e rejeitam efluentes, para serem considerados como realidades dinâmicas e vivas, reportórios de biodiversidade em sintonia com a matriz cultural das populações ribeirinhas.*”⁶

Os novos processos de ordenamento e gestão dos recursos hídricos pretendem a sua recuperação, valorização, restauro e conservação, em associação com objectivos de desenvolvimento económico e equilíbrio ambiental. “*Compreender e propor formas de gestão sustentáveis para os sistemas fluviais (...) pressupõe integrar e considerar os processos biofísicos, químicos, sócio-económicos e culturais que estão na origem da sua formação, evolução e transformação.*”⁷ Apenas recentemente, a presença da água em algumas cidades passou a assumir funções que tinham sido perdidas, tais como funções ecológicas, paisagísticas, sociais, económicas e hidráulicas. “*Com efeito, hoje, mais do que nunca, aquele passado joga-se no futuro,*

⁴ SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto – **O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território**, 1998, p. 69.

⁵ Em 1701 este rio foi desviado para o seu percurso actual.

⁶ SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto – **O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território**, 1998, p. VII.

⁷ *Ibidem*, p. 48.

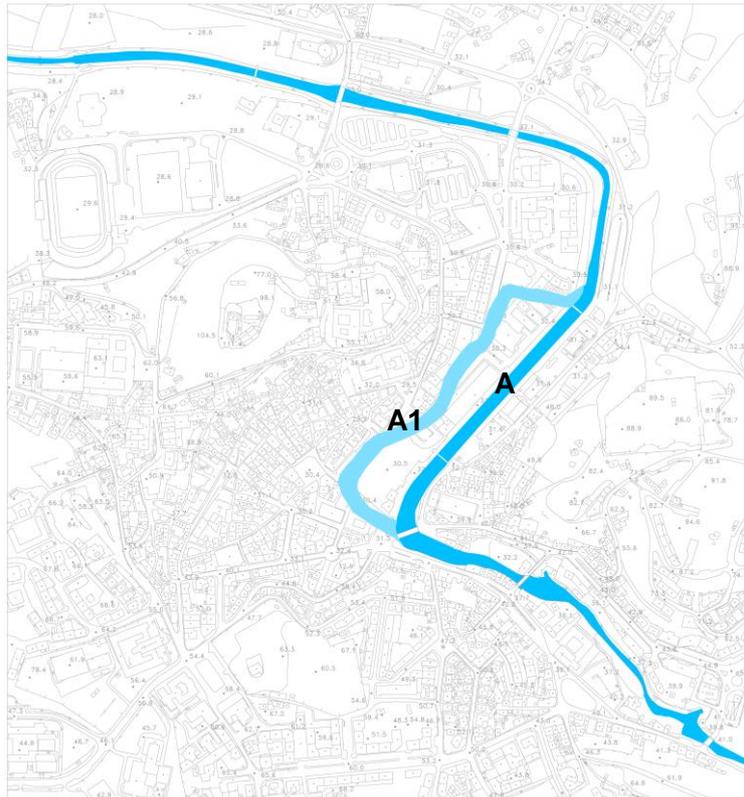


Fig. 4| O desvio do Rio Lis na cidade de Leiria, em 1701.

A – curso actual do rio

A1 – curso original do rio

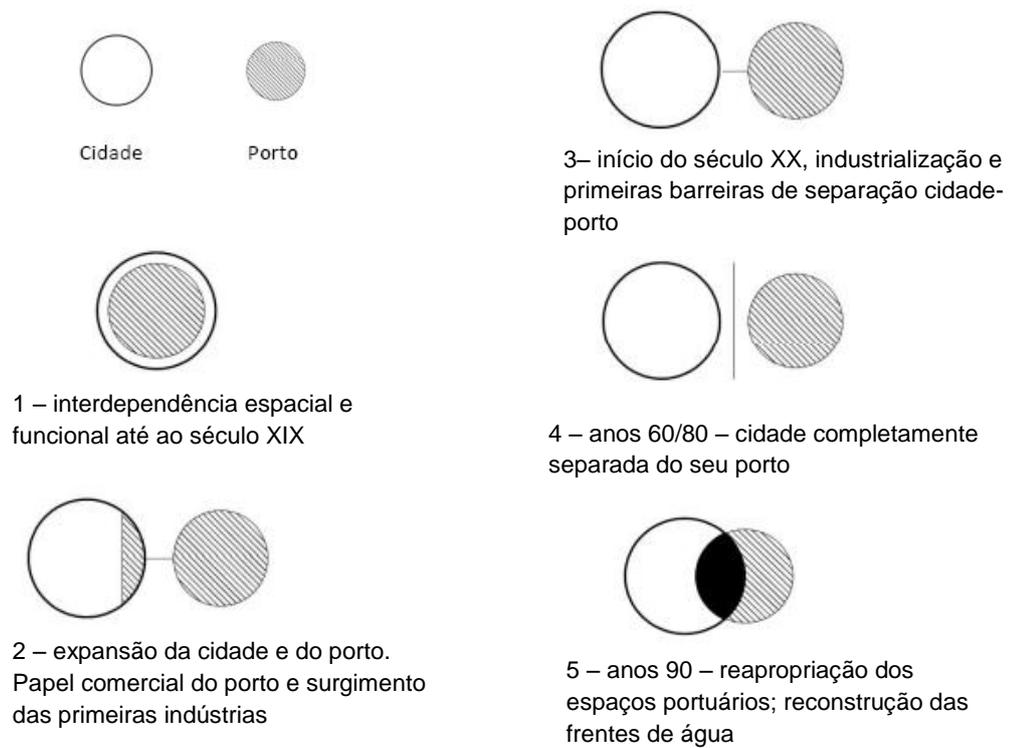


Fig. 5| Representação esquemática da relação cidade-porto. (Fonte: COSTA, Rita, 2009)

*não como negação da sua historicidade, mas como assunção de um património histórico-cultural em constante processo de re-actualização*⁸.

Ao longo da história, as relações das cidades com as respectivas frentes de água foram sofrendo constantes alterações próprias da dinâmica urbana. Foi, no entanto, com o desenvolvimento da industrialização que a cidade se começa a afastar das suas linhas de água, principalmente no que respeita a cidades portuárias. Não é possível apontar um período preciso para essa fase, pois dependem do estado de desenvolvimento industrial próprio de cada país. Em Portugal, corresponde aproximadamente ao final do século XIX, sobretudo com a construção das linhas férreas paralelas e próximas dos cursos dos rios, o que provocou uma barreira física das frentes urbanas e da restante malha das cidades.

A situação de separação territorial agravou-se na segunda metade do século XX, por volta da década de 1950 no caso dos EUA e 1960/1970 na maioria dos países da Europa Ocidental, devido sobretudo à crise de muitas actividades industriais e a processos de reestruturação portuária. Esta fase de desorganização e disfuncionamento dos portos deixou lugar a espaços devolutos, abandonados e inúteis que perderam as suas funções e, conseqüentemente, a sua identidade.

Como resposta à obsolescência das antigas zonas industriais provocadas pela realocação periférica das indústrias, e fruto de outros factores, foram várias as cidades que procuraram reencontrar-se com a água, apostando numa regeneração das frentes ribeirinhas:

*Assistimos, hoje, a uma aproximação da cidade relativa à sua 'frente de água', que passa pela revalorização do papel da água, visível não apenas de uma dimensão mais material da sociedade – nos mecanismos de intervenção urbana e nas práticas e modos de vida das populações – mas também numa dimensão simbólica – de representações, sensibilidades e significações culturais.*⁹

Estes processos de revitalização das frentes de água não dizem respeito somente aos antigos portos das cidades, mas remetem para as várias “cidades de água”, renovando e valorizando o espaço urbano degradado das cidades modernas

⁸ FERREIRA, Vítor Matias – **Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água**, 1997, p. 70.

⁹ *Idem*: **A cidade da Expo' 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa**, 1999, p. 24.

justificado não só pela potencialidade de reutilização espacial que apresentam, mas por serem áreas economicamente rentáveis.

Actualmente, cada vez mais se reconhece que a necessidade de valorização das frentes de água e a salvaguarda ambiental são fundamentais para uma melhor qualidade de vida e uma sobrevalorização da imagem da cidade. Na reestruturação dos espaços em questão estes não devem, no entanto, ser tratados como casos isolados, mas antes transmitir uma ideia articulada de cidade, ligando-os e recosendo-os à malha urbana e, assim, recriar uma identidade perdida. Nalguns casos as frentes de água conseguiram mesmo adquirir a centralidade que tinham tido antes da industrialização.

(...) O centro embora seja uma realidade empírica, um espaço geográfico que concentra diversas actividades e se apresenta dotado de acessibilidades e comunicação, ele é o resultado de um processo social de organização do espaço urbano, ou seja, é uma criação de uma sociedade, a expressão dos seus valores e por isso adquire, rapidamente, um valor simbólico.¹⁰

As novas espacialidades criadas podem traduzir-se, portanto como “*uma projecção na água do centro da cidade*”¹¹, com o intuito de criar uma zona funcional na cidade, mas com o principal objectivo de integrar estes espaços na cidade. De acordo com Francesco Indovina (1997) é necessário analisar os efeitos das intervenções em frentes de água no plano económico, na estrutura social e na organização da cidade. Os sucessos destas experiências dependem de reflexões prévias: é fundamental considerar a frente de água como um espaço caracterizado e singular mas no qual se intervém como parte da cidade; a revalorização dos corredores fluviais e espaços adjacentes pressupõem reorientar a cidade que cresceu “de costas voltadas para a água”, ou seja, quebrar as barreiras que foram sendo criadas; por último, mas não menos importante, é necessária uma reflexão sobre as características do recurso natural em questão, uma vez que cada rio tem as suas próprias características o que respeita ao nível da poluição e condições climatéricas, de modo a tirar o máximo proveito quer do uso da água quer das suas frentes.

A redescoberta do valor paisagístico e ambiental das frentes de água,

¹⁰ FERREIRA, Vítor Matias – **Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água**, 1997, p. 85.

¹¹ *Ibidem.*

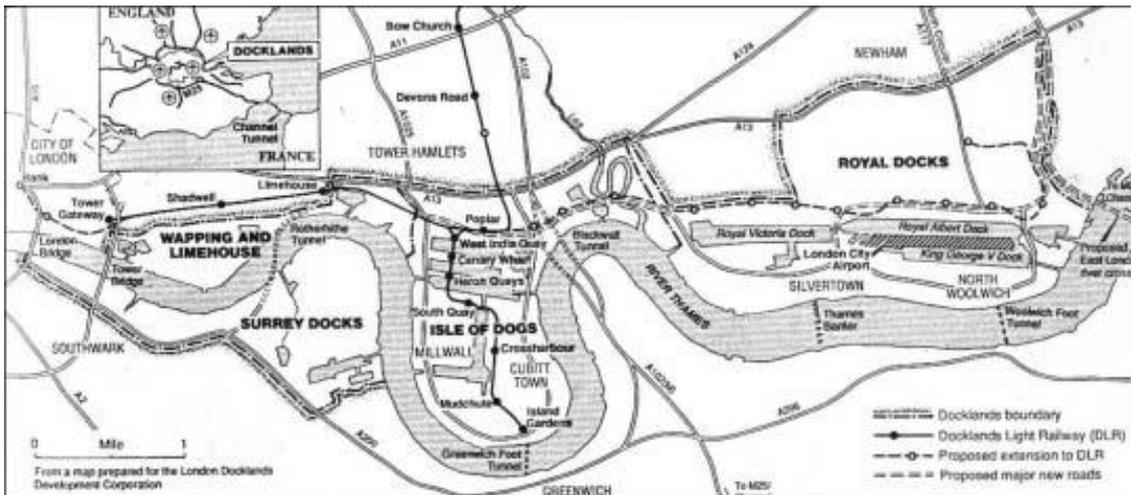


Fig. 6| Mapa das regiões das *Docklands*, Londres.
 (Fonte: <http://www.usp.br/>)



Fig. 7| *Docklands* de Londres. (Fonte: www.webbaviation.co.uk)



Fig. 8| Vista aérea do empreendimento de *Canary Wharf*, Londres.
 (Fonte: <http://www.usp.br/>)

*associada à possibilidade da aproximação da população à 'água', tem-se convertido num novo modelo de urbanização contemporânea. (...) Há uma nova forma de 'olhar' para o espaço existente, mais atenta à paisagem e aos processos de sustentabilidade do território.*¹²

Neste sentido, assistiu-se, um pouco por toda a Europa, ao redesenho da cidade através da valorização das zonas ribeirinhas logo a partir do pós Segunda Guerra Mundial. O aproveitamento destas zonas singulares é uma forma das cidades reavivarem áreas centrais num período em que a expansão urbana é direccionada para a periferia.

O processo de reabilitação de que se trata aqui teve início nas áreas urbanas norte-americanas e generalizou-se pela Europa e Ásia. Nos finais do século XIX foram elaborados, nos EUA, os primeiros Estudos de Avaliação e Impacte Ambiental relativos à execução de empreendimentos hidráulicos. Por esta altura surgiram também propostas urbanísticas associadas às preocupações de valorização dos rios que procuravam solucionar problemas como a concentração urbana, a contaminação e higiene, a necessidade de espaços livres e verdes de lazer. Desenvolveram-se teorias urbanistas que tiveram grande influência no urbanismo do século XX tais como, a cidade linear, a cidade-jardim, o "green-belt" (cintura verde) e partes expressas na Carta de Atenas¹³. As primeiras operações da última geração destas teorias em frentes de água ocorreram, no ano de 1964 em Baltimore, a *Inner Harbour*, em Boston na década de 1960, a *Downtown Waterfront*, e nos anos 70 em Toronto, com o *Harbourfront Project*. Na Europa as primeiras experiências tiveram lugar em Londres nos terrenos abandonados pela indústria naval nos anos 1960. Em 1981 procedeu-se à regeneração das Docas de Londres, regulada pela entidade *London Docklands Development Corporation (LDDC)*. Esta intervenção incidiu sobre uma área de 12 quilómetros ao longo das margens do Tamisa, com o objectivo principal de promover uma reconversão física, social e económica desta área abandonada. O

¹² ESTEVENS, Ana – A reabilitação de frentes de água como modelo de valorização territorial, p. 5.

¹³ A cidade linear de Arturo Soria propunha como alternativa ao congestionamento da cidade, a existência de uma via larga e arborizada central, com ruas transversais, ao longo da qual se distribuíam casas isoladas com horta e jardim. A ideia de cidades-jardim de Howard tentava compatibilizar o máximo de ruralidade com a vida urbana num conceito de casa unifamiliar no verde. O "green-belt", como o nome indica, consiste numa cintura verde com o objectivo de melhorar a qualidade do ar nas cidades, proteger os ambientes naturais e assegurar a existência de zonas verdes. A Carta de Atenas, manifesto urbanístico resultante dos CIAM de 1933, alude à cidade funcional, assente em quatro funções básicas: morar, trabalhar, divertir e circular. Propunha que cada indivíduo pudesse desfrutar do melhor da cidade.



Fig. 9| *West India Docks e Blackwall Basin*, 1956, Londres.
(Fonte: <http://www.portcities.org.uk>)



Fig. 10| *Surrey commercial docks*, Londres.
(Fonte: <http://www.portcities.org.uk>)



Figs. 11 e 12| Frente marítima de *Poble Nou*, Barcelona. (Fonte: <http://www.flickr.com/photos/>)

projecto caracteriza-se pela manutenção da imagem do espaço de docas como forma de identidade do lugar, aludindo à memória do seu funcionamento histórico e, utilizando-a como uma mais-valia em termos de competitividade. A regeneração das Docas de Londres serviu de exemplo aos países europeus em várias cidades, tais como Roterdão, Barcelona, Génova, Amesterdão, Hamburgo, Antuérpia, Oslo, Helsínquia e Lisboa.

A antiga “aliança porto-indústria” deu lugar à “aliança porto-logística” com novas exigências de implantação e organização territorial (Soares, 2004). Uma das intervenções mais marcantes com objectivos semelhantes aos das Docas de Londres foi a de Barcelona. O processo incidiu sobre a frente marítima da cidade, amplo espaço industrial desaproveitado a partir do final do século XX, que possibilitou a implementação de uma estratégia de regeneração económica, social e ambiental para a transformar num foco de atracção da população. A par dos problemas urbanísticos com que a cidade se deparava, o declínio do emprego veio trazer também problemas de carácter social. Assim, tornou-se prioritária uma estratégia de reorientação global ao nível de vários sectores – urbanismo, habitação, bem-estar social, económico, mobilidade – o Plano de Reabilitação Integral, de 1987. Com este projecto as entidades promotoras pretenderam “abrir a cidade ao mar” através de intervenções como a construção de um passeio marítimo pedonal, a criação de um balcão sobre o mar e a hierarquização subterrânea do tráfego automóvel. A Vila Olímpica, construída em 1992, pretendia recuperar a fachada litoral da cidade transformando a área do *Poble Nou* num novo quarteirão marítimo, distribuindo as instalações olímpicas por quatro sectores da cidade: Colina de *Montjuich*, Parque marítimo, *Diagonal* e *Vall d’Hebron* (Estevens, 2009). Neste processo procurou-se ter em conta também não só os antigos espaços industriais degradados, como a parte medieval da cidade (*Port Veil*).

Para além de se constituírem como acções localizadas de renovação, as intervenções em frentes de água procuraram adquirir uma tripla visão urbanística (Costa, 2006): pretendem ser acções paralelas à modernização de infra-estruturas que justificam o seu tratamento singular; pretendem ser acções exemplares de espaço público; e pretendem constituir acções estratégicas de planeamento da cidade. Procura-se que a intervenção no espaço público funcione como um agente de integração da cidade evitando processos de segregação espacial e buscando a expansão da sua influência às zonas envolventes, os centros urbanos.

Nos processos de transformação das frentes ribeirinhas têm-se verificado esforços significativos ao nível financeiro, de investimento político e técnico. Estas



Fig. 13| *Port Vell*, Barcelona.
Fonte: (<http://www.world-pictures.nl/>)

novas formas de planeamento usam o rio como elemento central de valorização paisagística e ambiental. Verifica-se a “*manifestação do interesse público e das autoridades no sentido da requalificação de áreas anteriormente degradadas, obsoletas ou subutilizadas, tendo em vista o desenvolvimento de um carácter urbano, paisagístico, cultural, de lazer que responda às novas solicitações que se colocam à sua fruição.*”¹⁴ Segundo Estevenes,¹⁵ esta tendência possibilita a satisfação dos desafios de reestruturação económica e ambiental, a melhoria da qualidade da água através da gestão das ameaças acarretadas pela poluição, a implementação de novas estratégias de ordenamento territorial, a melhoria na extensão do acesso público às zonas ribeirinhas e o encorajamento na participação pública no processo de gestão das zonas em questão.

*De facto, a Água, sejam quais forem as explicações sociológicas, culturais, ou psicológicas, é já um dos principais elementos catalisadores da vida urbana moderna, e a sua valorização constitui um elemento recorrente das estratégias urbanas e um factor de atractividade e competitividade territorial.*¹⁶

Para além do espaço público que se constitui como preponderante, na abordagem destas estratégias devem ser consideradas a componente histórico-cultural e a memória dos lugares, a articulação entre o espaço urbano e natural na busca de uma nova relação Homem-Natureza ou Terra-Água, a participação das comunidades territoriais na reconstrução dos modos de vida urbana ligados à água e ainda a partilha institucional e política de uma estratégia de intervenção nas frentes de água a diversas escalas territoriais (Soares, 2004). Por todas estas razões, as intervenções não podem ser vistas como casos isolados, mas como um conjunto interligado de componentes diversificadas.

¹⁴ *Apud* ESTEVENS, Ana – A reabilitação de frentes de água como modelo de valorização territorial, p. 4.

¹⁵ *Ibidem.*

¹⁶ SOARES – Frentes de Água - Espaços de diferenciação e factor de competitividade das Cidades Costeiras, 2004.

1.2 | ESTRATÉGIAS PARA A REVALORIZAÇÃO URBANÍSTICA

1.2.1 | O EXEMPLO DE LISBOA: A EXPO' 98

Lisboa, cidade denominada pelos Fenícios de *Alis Ubbo* (porto seguro), contém o principal terminal marítimo do país. O estuário do Tejo faz dela uma área metropolitana com uma importante infra-estrutura portuária no conjunto europeu. Circundada por montanhas e águas serenas, a antiga cidade romana *Olísipo* foi-se expandindo a partir do núcleo medieval até ao que hoje conhecemos dela.

*A cidade e a água sempre mantiveram uma relação de cumplicidade e de conquista, uma relação de permanente sedução, de amor e ódio – de profunda ternura, quando a água banha aquele espaço urbano e de arrogante assédio, em acções, tantas vezes trágicas, de pura conquista territorial.*¹⁷

Vários foram os obstáculos que obrigaram a cidade a “virar as costas” à água alterando esta relação. “(...) Neste contexto podemos dizer que ao Terreiro do Paço falta uma das fachadas da Praça: a quarta.”¹⁸ A recente redescoberta das frentes de água não é, portanto, mais do que um retorno às condições iniciais, um regresso ao passado, um reencontro com a história, uma recuperação da identidade perdida e um assumir das cidades como Cidades de Água. Até ao final do século XIX, a zona onde se encontra o Parque das Nações era uma zona rural na margem do rio Tejo. No início do século XX foi ocupada por infra-estruturas industriais, como a refinaria da Petrogal

¹⁷ FERREIRA, Vítor Matias [et al.] – **A cidade da Expo' 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?**, 1999, p. 37.

¹⁸ GASPAR, Jorge – As frentes de água no contexto estratégico do desenvolvimento da área metropolitana de Lisboa. In FERREIRA, Vítor Matias [et al.] – A cidade da Expo' 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?, 1999, p. 149.



Fig. 14| Espaço do actual Parque das Nações em 1993.
(Fonte: www.parqueexpo.pt)



Fig. 15| Espaço do actual Parque das Nações em 1995.
(Fonte: www.parqueexpo.pt)

e depósitos de produtos petrolíferos, o matadouro industrial, o depósito geral de material de guerra, a estação de tratamento de águas residuais, o aterro sanitário, a estação de tratamento de resíduos sólidos de Beirolas, para além de diversas instalações portuárias. Era nas Docas dos Olivais que os hidroaviões que ligavam a Europa aos Estados Unidos faziam escala. Nas proximidades foram-se instalando pequenas e médias indústrias sem obedecerem a qualquer ordenamento urbanístico. Antes da intervenção da Expo'98, a zona encontrava-se num estado de degradação e poluição desmesurada devido, principalmente, ao tipo de indústrias existentes e ao facto de terem sido aí instaladas num período em que as preocupações ambientais eram quase inexistentes, devido à ausência de planeamento na forma de implantação dessas indústrias e à grande percentagem de solo expectante, utilizado para depósito de detritos e lixo. A imagem visual do local era constituída por edifícios em ruína, tanques de combustível, contentores marítimos, restos de material de guerra e de ferro e aço. A zona oriental de Lisboa era *“um dos principais problemas da cidade e que requeria uma intervenção urgente”*.¹⁹ Era também associada à ideia de uma área habitacional pobre, com bairros operários e habitação social, com predominância das classes sociais mais desfavorecidas. A cidade e o porto foram perdendo relação até terem um funcionamento totalmente autónomo. A primeira marcação física de separação territorial foi a construção da linha férrea paralela ao rio, como aconteceu em muitas cidades. A Praça do Comércio e a Praça do Cais do Sodré eram os únicos espaços públicos de vinculação cidade-rio.

Em Junho de 1992 foi decidida a candidatura de Lisboa à última Exposição Mundial do século XX, que decorreu de 22 de Maio a 30 de Setembro de 1998. Teve como tema “Os Oceanos: um património para o futuro” e surgiu de uma reflexão sobre a comemoração do quinto centenário das viagens dos navegadores portugueses. Esta apareceu como uma *“nova oportunidade mobilizadora para a transformação de Lisboa, para a qualificação da zona oriental e para a sua ‘integração’ na cidade e na Área Metropolitana.”*²⁰ No entanto, a necessidade de regenerar a zona oriental da cidade já se fazia sentir, sendo o Concurso de Ideias para a Zona Ribeirinha de Lisboa, de 1988 exemplo disso. O Plano Estratégico (PE), aprovado pelo município em 1992, e o Plano

¹⁹ FERREIRA, Vítor Matias [et al.] – **A cidade da Expo' 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?**, 1999, p. 164.

²⁰ *Idem*: **Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água**, 1997, p. 163.

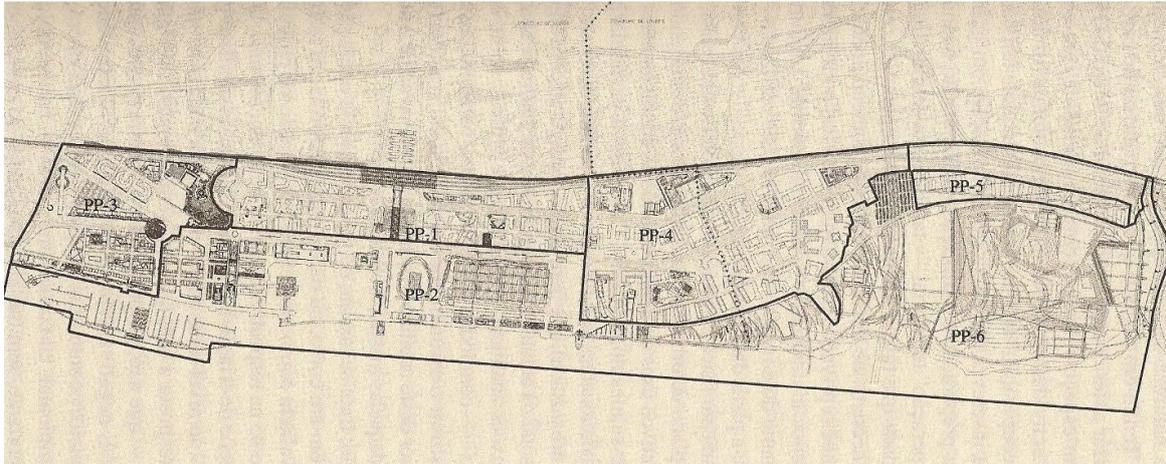


Fig. 16| Plano de urbanização da Zona de Intervenção da Expo'98 com demarcação dos diversos Planos de Pormenor (PP).
(Fonte: FERREIRA, 1999)



Fig. 17| Vista do Pavilhão de Portugal, Expo'98.
(Fonte: www.parquedasnacoes.pt)



Fig. 18| Parque das Nações, 2004.
(Fonte: www.parqueexpo.pt)

Director Municipal (PDM) concluído em 1993, referiam também a necessidade de devolver o rio à cidade na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e na projecção internacional de Lisboa na Europa. No PE uma das unidades territoriais definidas era o Arco Ribeirinho, que correspondia a uma faixa estreita na frente ribeirinha, área portuária historicamente importante na identidade e na percepção simbólica de Lisboa. No PDM foram delimitados 330 ha designados por Zona de Intervenção da Expo' 98, nos quais se estabeleceram ocupações e usos admitidos no Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo' 98 (PUZI). Este plano é subdividido em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão sobre as quais incidem os Planos de Pormenor (PP). Este tinha como principal objectivo a criação de uma nova centralidade na área metropolitana de Lisboa. Para a concretização do Plano, foram ainda estabelecidos os seguintes objectivos e estratégias complementares: 1) o traçado e ordenamento urbanístico que devem assegurar a ligação com todos os acessos metropolitanos, com as áreas urbanas e com a faixa ribeirinha e garantir a continuidade visual e funcional com o tecido urbano envolvente; 2) a frente ribeirinha que deve constituir-se como um espaço privilegiado, afastado do tráfego rodoviário e com a maior densidade das áreas de uso urbano valorizando o encontro social; 3) a qualidade de vida urbana deve ser garantida através de uma relação harmoniosa entre as várias ocupações urbanas, nos planos social, económico e cultural; 4) a requalificação ambiental da zona através do desmantelamento das indústrias, descontaminação dos solos, despoluição do rio Trancão, criação de um passeio marginal, de um parque urbano e de zonas para embarcações de recreio, recuperação da Doca dos Olivais, criação de espaços de usufruto através de um ordenamento paisagístico da zona de intervenção; 5) valorização das singularidades da zona de intervenção. O Plano de Urbanização constante do Plano de Estrutura da Zona Oriental, de 1992, continha dois planos com diferentes executantes: a Área Envolvente à Zona de Intervenção ficou a cargo da Câmara Municipal, enquanto a Zona de Intervenção da Expo' 98 era da responsabilidade da empresa pública Parque Expo' 98 S.A., criada propositadamente para a realização da exposição.

O Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo' 98, coordenado por Vassalo Rosa, foi elaborado “*com a consciência da necessidade de uma maior humanização*”²¹ A criação de uma estrutura urbana singular, central e multifuncional que conseguisse dar resposta às medidas de requalificação ambiental e urbana era

²¹ ROSA, Luís Vassalo – O plano de urbanização da Zona de Intervenção da Expo'98. In FERREIRA, Vítor Matias [et al.] – A cidade da Expo' 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?, 1999, p. 173.



Fig. 19| Recinto da Expo'98.
(Fonte: www.parquedasnacoes.pt)



Fig. 20| Recinto da Expo'98 à noite.
(Fonte: www.parquedasnacoes.pt)

um dos pontos-chave deste plano. O espaço público seria o elemento estruturante da reconversão urbanística, contribuindo para a integração de uma estrutura verde contínua no tecido urbano envolvente, valorizando o sistema ribeirinho. Outra preocupação era “*fazer desaparecer o mais possível a fronteira entre a Zona de Intervenção e a Zona Envolvente*”²², criando entre elas ligações físicas e visuais. Os Planos de Pormenor do Plano eram os seguintes: PP1 – Zona da Plataforma Panorâmica (central / nascente) – Arq. Tomás Taveira; PP2 – Zona do Recinto da Expo’ 98 (central poente / recinto) – Arq. Manuel Salgado; PP3 – Zona da Avenida Marechal Gomes da Costa (sul) – Arq. Troufa Real; PP4 – Zona de Beirolos (norte) – Arq. Cabral de Mello; PP5 – Zona de Sacavém – Arq. Teotónio Pereira; PP6 – Parque urbano (Parque do Tejo e do Trancão) – Arq. Paisagista Hargreaves e Arq. Paisagista João Nunes. Os principais edifícios foram projectados por arquitectos nacionais e estrangeiros de mérito reconhecido.

Em relação ao papel desta “ocasião” no contexto urbano coloca-se a questão:

*Trata-se de realizar um grande evento, de projecção internacional, que tem a cidade ‘à sua volta’ ou, pelo contrário, trata-se de desencadear uma importantíssima intervenção urbana, sócio-económica e cultural na cidade com uma exposição mundial ‘dentro’?*²³

Afinal, tratando-se de um processo de “fazer cidade”, a intervenção não se pode restringir a uma área específica e esquecer o que a rodeia. É importante ter em conta as ligações e acessibilidades da restante área da cidade, a articulação entre o existente e o que é proposto, numa correcta integração urbana, cultural e sócio-económica. O principal sentido desta intervenção era o reequilíbrio urbano e ordenamento territorial de que o espaço necessitava. Todo o território da Área Metropolitana de Lisboa teria que ser tido em conta para um bom aproveitamento da zona ribeirinha, não só no contexto da regeneração urbana, mas na afirmação da cidade e competitividade desta enquanto principal “porta” da Europa na fachada Sudoeste. As intervenções em frentes de água deverão ter uma visão do futuro, de

²² VAZ, José Anselmo – O plano de urbanização da Zona Envolvente da Expo’98. In FERREIRA, Vítor Matias [et al.] – A cidade da Expo’ 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?, 1999, p. 168.

²³ FERREIRA, Vítor Matias – **Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água**, 1997, p. 166.

forma a conseguirem dar respostas a várias dimensões temporais, a curto, médio e longo prazo.

“O que resultou da realização da Expo’98 é hoje uma referência incontornável para Lisboa: definiu novos padrões de qualidade de vida e de imagem urbanas e configurou uma nova centralidade na Área Metropolitana.”²⁴ A Expo’98 constituiu o início da requalificação urbanística e ambiental, ao nível das acessibilidades e transportes, dos equipamentos, serviços, infra-estruturas urbanas e espaços verdes. “(...) É com a Expo’98 que o espaço público tem vindo a subir de cotação no quadro da discussão dos temas urbanos em Portugal.”²⁵ Duas semanas após o encerramento da exposição, o espaço reabriu como Parque das Nações. Mantiveram-se alguns dos pavilhões da exposição, como o Pavilhão de Portugal da autoria do Arq. Álvaro Siza, o Pavilhão da Utopia, agora Pavilhão Atlântico do arquitecto português Regino Cruz, o Oceanário, o Pavilhão do Conhecimento que alberga um museu da ciência, o Pavilhão do Futuro convertido no Casino Lisboa. A zona internacional norte é agora onde se instala a FIL – Feira Internacional de Lisboa. A área do Parque das Nações foi planeada com vista a uma vivência equilibrada e sustentável, integrando variadas funções urbanas que desfrutam da localização privilegiada. A criação de novas estruturas viárias, como a Ponte Vasco da Gama, a extensão da rede metropolitana e a estação intermodal do Arq. Santiago Calatrava, a Gare do Oriente, bem como a garantia dos serviços de apoio (comércio, restauração, escolas, espaços de lazer e desportivos) e espaços de qualidade a nível empresarial e habitacional, permitiram a o cumprimento do objectivo de criar uma nova centralidade, sendo agora uma das zonas mais modernizadas e atractivas de Lisboa.

*“Eis aqui, quase cume da cabeça
De Europa toda, o Reino Lusitano,
Onde a Terra se acaba e o Mar começa,
E onde Febo repousa no Oceano.”*

Luís de Camões, *Os Lusíadas*, canto III, 20

²⁴ SOARES, Bruno – O planeamento urbano de Lisboa e a expo’98. In FERREIRA, Vítor Matias [et al.] – *A cidade da Expo’ 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?*, 1999, p. 161.

²⁵ BRANDÃO, Pedro – Da cidade e do desenho do espaço público. In *O espaço público e a interdisciplinaridade*, 2000, p. 56.

1.2.2 | INTRODUÇÃO AOS PROGRAMAS POLIS

A organização do território nas últimas décadas em Portugal reflecte os processos da estrutura económica do país. A qualidade de vida urbana deixa de se limitar à oferta de serviços e infra-estruturas básicas, sendo preponderantes os atributos oferecidos pelo espaço público e a capacidade de valorização dos seus elementos naturais. Nas últimas décadas, Portugal passou por profundas transformações na estrutura da ocupação do território, reflectindo mudanças ao nível da estrutura económica e social que se fazem acompanhar de fluxos migratórios significativos e que obrigam a um redesenho da importância e das funções dos vários aglomerados urbanos. O país foi-se desenvolvendo na faixa litoral, cresceu virado para o mar, e em zonas ribeirinhas mais desenvolvidas, tendo o restante território uma estrutura praticamente rural. No início da segunda metade do século XX a população das zonas agrícolas “invadiu” as cidades em busca de estruturas mais desenvolvidas dando origem ao fenómeno da litoralização da ocupação e consequente desertificação das zonas interiores (fig. 22). Como efeito, os campos e aldeias começaram a degradar-se e as cidades cresceram e expandiram-se para as periferias de forma desregrada dando origem a espaços desqualificados. As cidades desenvolveram-se com prioridade para a habitação, deixando para segundo plano o planeamento e a organização territorial. Daqui resultaram fenómenos de desarticulação urbana com consequências negativas na qualidade de vida das populações. “A *perda de identidade e descaracterização do espaço urbano, sobretudo devido à ‘falta de respeito’ pelas pré-existências em termos de desenho e construção*”²⁶ é um problema

²⁶ PESTANA, C. [et al.].– O Programa Polis como impulsionador da regeneração urbana, p. 1755.

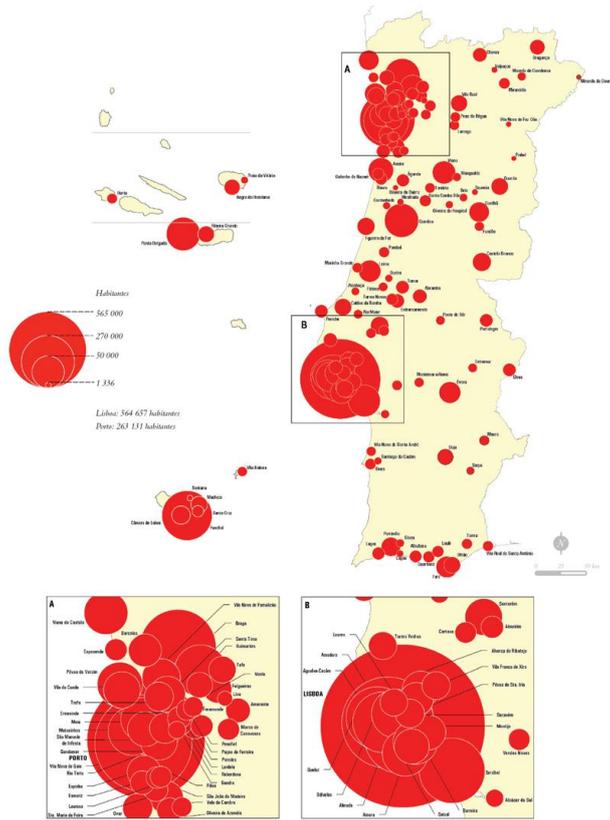


Fig. 21| População residente nas cidades, 2001.
(Fonte: www.ipgeo.pt/atlas/)

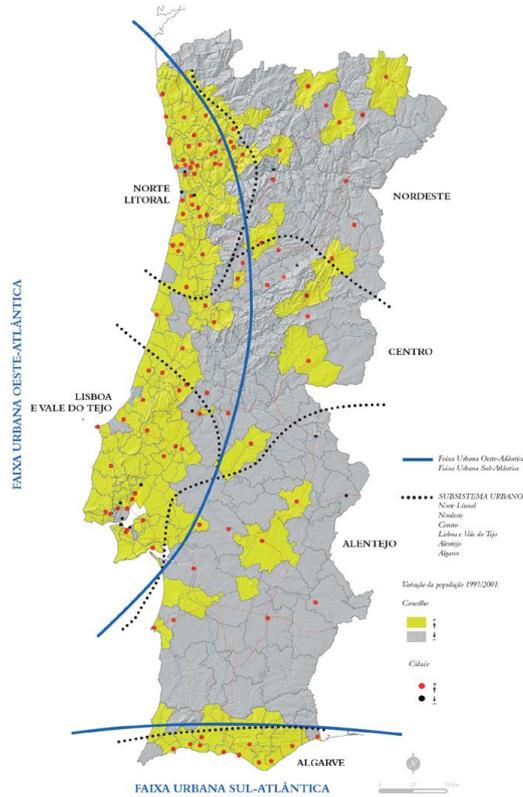


Fig. 22| Sistema urbano nacional.
(Fonte: www.ipgeo.pt/atlas/)

com que a cidade do século XX se depara. A construção em detrimento da reabilitação e a especulação imobiliária que impele a população para a periferia dão origem ao esvaziamento e degradação dos centros que perdem progressivamente a sua identidade e o seu carácter multifuncional. A paisagem é também influenciada com a perda de conexão urbana, uma vez que os espaços verdes se tornam escassos e se verifica uma elevada concentração de pessoas e actividades associadas ao excesso de tráfego automóvel. Os problemas urbanos não são apenas uma questão de sustentabilidade territorial, mas passam por uma tentativa de redefinição do papel das cidades numa nova organização do território. Existe ainda uma consciência de que foram cometidos erros urbanísticos no passado, consequentes de processos de transformação muito acelerados ocorridos no território nas últimas décadas, que se devem corrigir e prevenir a sua repetição futura. Foram criadas situações de degradação das cidades, como o crescimento explosivo das regiões metropolitanas e dos subúrbios, a desqualificação e o abandono dos centros históricos com a atomização das suas tradicionais funções, a depravação dos elementos naturais e resultante abandono das margens dos rios e frentes de mar, densificação da malha urbana e construções em altura sem preocupações pelas cérceas. O Polis pretende reproduzir as virtudes da experiência da Expo'98, em termos de requalificação do espaço público, à escala de cada aglomerado urbano.

A competitividade entre cidades está, em larga escala, decorrente da sustentabilidade urbana, da requalificação urbanística e da valorização ambiental. No sentido de uma melhoria da qualidade do ambiente urbano e, conseqüentemente, de uma melhoria das cidades no quadro nacional, têm sido feitos investimentos significativos através do Programa Operacional do Ambiente (POA) e dos Programas Operacionais Regionais (PORs), articulados com o Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (POLIS), mobilizando agentes de natureza diversa e estabelecendo formas de cooperação e parcerias entre diferentes níveis institucionais – a União Europeia, Governo e Autarquias Locais.

O Programa Polis é uma recente intervenção de política pública que visa desempenhar um papel mobilizador e potenciador de iniciativas de requalificação urbana e a valorização ambiental das cidades em Portugal. Teve início formal em 15 de Maio de 2000, após a preparação do programa por um Grupo de Trabalhos. Constitui um quadro de referência importante, a que o 3º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) se propõe dar resposta, com base nos princípios da sustentabilidade, da complementaridade, da solidariedade e da competitividade, visando a melhoria das

condições de vida das cidades e afirmando a identidade de Portugal na União Europeia. O Polis segue as tendências da política ambiental para as cidades na União Europeia, procurando resolver problemas ligados à saúde pública e às disfunções ambientais urbanas. “A vida urbana tornou-se, assim, a fonte de alguns dos principais problemas ambientais sentidos pela população, especialmente no que diz respeito à ausência de espaços públicos de qualidade, à carência de zonas de lazer e ao aumento dos problemas de congestionamento de trânsito com a correspondente degradação da qualidade do ar e o aumento dos níveis de ruído.”²⁷ As cidades enfrentam questões de política que dependem de dimensões de sustentabilidade urbana, nomeadamente a eficácia económica, questões orçamentais, integridade social e espacial. A requalificação urbana e valorização ambiental constituem-se como as linhas prioritárias de intervenção do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT). Uma vez que a qualidade de vida urbana e a capacidade de atracção das cidades de investimentos e de activos estão associadas entre si, justificase a necessidade de uma intervenção pública como o Polis. O ambiente urbano tem uma importância estratégica para o desenvolvimento económico do país, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Regional, devendo apresentar espaços públicos de qualidade que gerem elevados níveis de atractividade.

Para preparar o lançamento do programa, o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território criou o referido Grupo de Trabalhos com as seguintes responsabilidades prévias²⁸: estabelecer as linhas mestras de um Programa Nacional de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades; caracterizar as condições de acesso e de participação para os diferentes tipos de projecto, incluindo iniciativas estruturantes ou de efeito demonstrativo; analisar os instrumentos necessários para a viabilização do Programa, nomeadamente origens de financiamento, aspectos jurídicos e urbanísticos, formas de contratualização com as Autarquias Locais e potencialidades do recurso a soluções empresariais.

O Programa Polis teve como principal objectivo melhorar a qualidade de vida nas cidades através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. Para tal, baseou-se em

²⁷ Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2000, de 15 de Maio.

²⁸ Vide. GOMES, Rita Veigas – Programa Polis.

parcerias entre as Câmaras Municipais e o Estado, concretizadas pela criação das Sociedades Polis. Foi concebido para ter um efeito demonstrativo daquilo que é preciso alterar nas cidades em termos urbanísticos e ambientais, e para reforçar e consolidar o Sistema Urbano Nacional, constituindo um motor de desenvolvimento local. Como objectivos específicos, o Polis pretendeu desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental, desenvolver acções que contribuíssem para a requalificação e revitalização de centros urbanos e que promovessem a multifuncionalidade desses centros, apoiar outras acções de requalificação que permitissem melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizassem a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio os costas e, por último, apoiar iniciativas que visassem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel nos centros urbanos.

É bastante claro que, nas últimas décadas, se cometeram alguns erros em termos de urbanismo nas cidades portuguesas, sendo exemplo o abandono dos centros históricos e das periferias transformadas em “dormitórios”. O Programa Polis pretende mostrar que é possível criar espaços de qualidade em actuais áreas de degradadas.

O desenvolvimento e a estruturação do programa gerem-se segundo alguns princípios orientadores. Em primeiro lugar, o Programa Polis deve limitar-se a algumas intervenções pontuais que tenham uma escala significativa e que sirvam de exemplo para conseguirem o efeito demonstrativo no país. Deve encarar-se, para tal, uma “tipologia” que pode ir desde requalificação de zonas industriais deprimidas, criação de novas polaridades em áreas metropolitanas, valorização de frentes de mar ou zonas ribeirinhas, valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na paisagem, requalificação de cidades de média dimensão com pouca qualidade de vida ou valorização de cidades do interior que podem constituir pólos de desenvolvimento regional. Os projectos de requalificação urbana tinham que estar “ancorados” em torno de um elemento ambiental marcante e específico da cidade, como as linhas de água ou as frentes de mar. O programa deve ainda promover uma dinâmica de conhecimento, cultura e lazer, para além das componentes urbanísticas e ambientais. A componente social é também tida em conta pelo Polis, que busca por cidades mais equitativas e interclassistas.

O Programa Polis foi estruturado de acordo com quatro componentes associadas a linhas de intervenção (fig.23). A componente 1 é a mais expressiva do

Componentes	Linhas de Intervenção	Características
Componente 1 Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental	Linha 1 Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar	Intervenções integradas e multifacetadas, com uma escala significativa, que contribuíram para a revitalização de cidades com importância estratégica no Sistema Urbano Nacional, ou para a valorização de novas polaridades em áreas metropolitanas. Exigia-se que fossem contempladas algumas ou todas as vertentes das Cidades Verdes, Digitais, do Conhecimento do Entretenimento e Intergeracionais
Componente 2 Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial		Intervenções realizadas nas áreas classificadas pela UNESCO nas cidades de Angra do Heroísmo, Évora, Guimarães, Sintra e Porto que tiveram como objectivo melhorar a qualidade do ambiente urbano dessas áreas.
Componente 3 Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento		Intervenções nos espaços públicos envolventes de habitações construídas no âmbito de processos de realojamento realizados com o apoio da Administração Central.
Componente 4 Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades	Linha 1 Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano	Iniciativas que visavam retirar os automóveis dos centros urbanos, restringir a circulação, estimular a utilização de transportes colectivos e promover novos meios de acesso e circulação, nomeadamente vias pedonais e ciclovias
	Linha 2 Apoio à instalação de sistemas de informação e gestão ambiental	Projectos que contribuíram para uma melhor caracterização e gestão do ambiente urbano, nomeadamente a monitorização de variáveis ambientais, sistemas de recolha selectiva de resíduos, reutilização da água e medidas para a utilização racional de recursos naturais.
	Linha 3 Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino	Intervenções de requalificação ambiental e urbanística do espaço público envolvente de estabelecimentos de ensino.
	Linha 4 Apoio a acções de educação ambiental no espaço urbano	Promoção da consciência ambiental dos cidadãos e aumento da sua participação na vida da cidade, com destaque para as questões do ambiente urbano, em geral associada à realização de iniciativas de requalificação.
	Linha 5 Apoio a outras acções com impacto positivo na qualidade da vida urbana	Acções que pela sua natureza ou dimensão não se enquadrem nas componentes e linhas anteriores, mas que visem melhorar a qualidade da vida urbana, especialmente nas suas vertentes urbanística e ambiental.

Fig. 23| Componentes e linhas de intervenção do Programa Polis. (Fonte: <http://www.apdr.pt>)

programa e diz respeito a operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental. Esta componente desenvolveu-se ao longo de duas linhas de acção, tendo a primeira uma natureza demonstrativa das acções a desenvolver, e a segunda destina-se a apoiar candidaturas de grande qualidade que venham a ser apresentadas. É nesta primeira componente que se inserem as intervenções realizadas na cidade de Leiria. A componente 2 tem a ver com as intervenções em cidades com áreas classificadas pela UNESCO como património mundial e a componente 3 diz respeito à valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento. A quarta e última componente estrutural do Programa Polis, diz respeito às medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais da cidade, e contempla um conjunto de iniciativas que podem dar um tributo significativo para melhorar as condições urbanísticas e ambientais da vida urbana. As iniciativas desenvolvidas agrupam-se segundo cinco linhas de intervenção: a linha 1, de apoio a novas formas de mobilidade; a linha 2, de apoio à instalação de sistemas de monitorização ambiental; a linha 3, de apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino; a linha 4, de apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano; e a linha 5, de apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade de vida urbana.

Foram apoiados um total de 28 projectos urbanos, com “vista a reforçar a identidade das cidades intervencionadas, aumentar a sua competitividade, resolver problemas ambientais e fortalecer o seu papel no sistema urbano nacional” (fig.24). As cidades concorrentes ao Polis tinham que preencher os seguintes requisitos:²⁹ terem tido nos últimos anos um crescimento urbano desregrado, relacionado com o problema da cidade ter crescido muito e não ter existido acompanhamento ao nível do planeamento urbano; serem cidades médias; terem um elemento natural que fosse estruturante no crescimento da cidade; existirem trabalhos recentes no sentido da requalificação urbana que pudessem suportar a candidatura. Juntamente com a candidatura deveria ser apresentado um Plano Estratégico de intervenção. Destas 28 cidades, com base num concurso nacional, 18 foram seleccionadas para uma fase inicial, ficando as restantes 10 para uma segunda fase. A estas cidades eleitas juntaram-se outras intervenções de menor dimensão, em cidades património Mundial da UNESCO e em áreas de realojamento. Os critérios de selecção das cidades da primeira fase foram os seguintes:³⁰ revitalização de cidades médias com elevada

²⁹ Vide. M.A.O.T. – **Programa Polis: programa de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades – Plano estratégico de Leiria**, 2000.

³⁰ Cf. QUEIRÓS, Margarida [et al.] – *Ambiente Urbano e Intervenção Pública: O Programa Polis*.

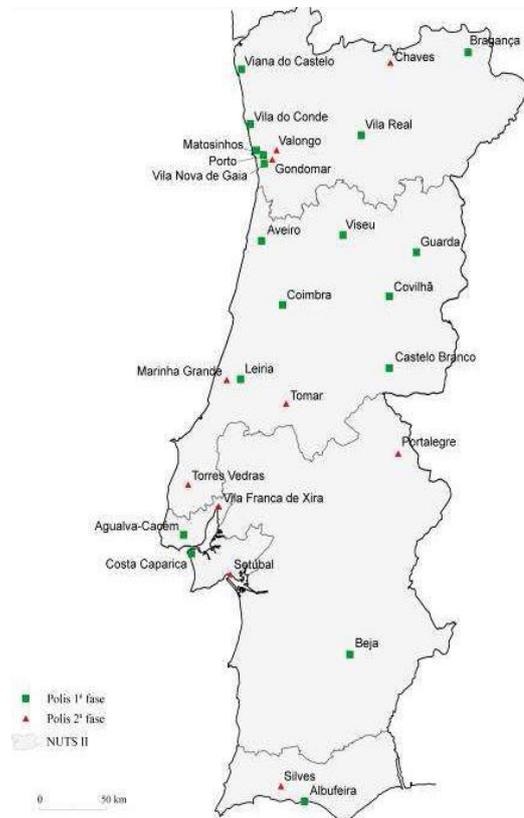


Fig. 24| Cidades abrangidas pelo Programa Polis.
 (Fonte: Polis em Números, MAOT, 2002)

capacidade económica mas com baixa qualidade de vida urbana; estabelecimento de novos pólos ou centralidades nas áreas metropolitanas; requalificação de áreas industriais abandonadas ou em crise; apoio a cidades do interior em áreas rurais junto à fronteira que representem potenciais centros de desenvolvimento regional; valorização de frentes de mar e de zonas ribeirinhas nas áreas urbanas; reabilitação de edifícios históricos e do património natural e a sua integração na cidade; contribuição para o fortalecimento dos desígnios emblemáticos: criação de *idades verdes* (cidades que tentam atribuir ao ambiente um papel fundamental através da criação de espaços públicos qualificados, de novas formas de mobilidade, do reordenamento do trânsito e da valorização de elementos naturais), *idades do conhecimento e do entretenimento* (cidades dotadas de infra-estruturas científicas e tecnológicas, de espaços culturais e de aprendizagem artística, de espaços de diversão e de estabelecimentos de ensino), *idades digitais* (cidades que fomentam a utilização dos serviços de comunicação digital para todos os fins, nomeadamente comerciais, escolares, culturais, lúdicos e de participação cívica) e *idades intergeracionais* (cidades que têm a preocupação de evitar a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários ou sociais); disponibilidade de planos estratégicos ou planos consensuais de intervenção urbana já discutidos e aprovados. Da totalidade das cidades intervencionadas, em 18 delas o programa Polis incidiu sobre a renovação ambiental de cursos de água: Leiria, Coimbra, Bragança, Aveiro, Chaves, Cacém, Guarda, Vila Real, Viseu, Vila do Conde, Viana do Castelo, Gondomar, Vila Nova de Gaia, Marinha Grande, Setúbal, Torres Vedras, Tomar e Silves.

Os aspectos positivos do Programa Polis não podem ser postos em causa. No entanto, há problemas que devem ser corrigidos em futuras intervenções de política urbana, como sejam a concepção do programa, o desenvolvimento imobiliário e política de solos e a abrangência da política urbana. O programa surgiu como uma tentativa de definição de uma política de cidades. Consequentemente das intervenções, têm-se verificado nas áreas adjacentes operações de especulação imobiliária, questionando-se se o Programa Polis não terá sido, para além de um programa de requalificação urbana e de valorização ambiental, um programa de desenvolvimento imobiliário. Uma intervenção pública urbana leva à valorização dos solos adjacentes no mercado, deixando clara a necessidade de uma revisão política de solos e de uma reforma fiscal capaz de atenuar a especulação imobiliária aquando do estabelecimento de uma política deste cariz.

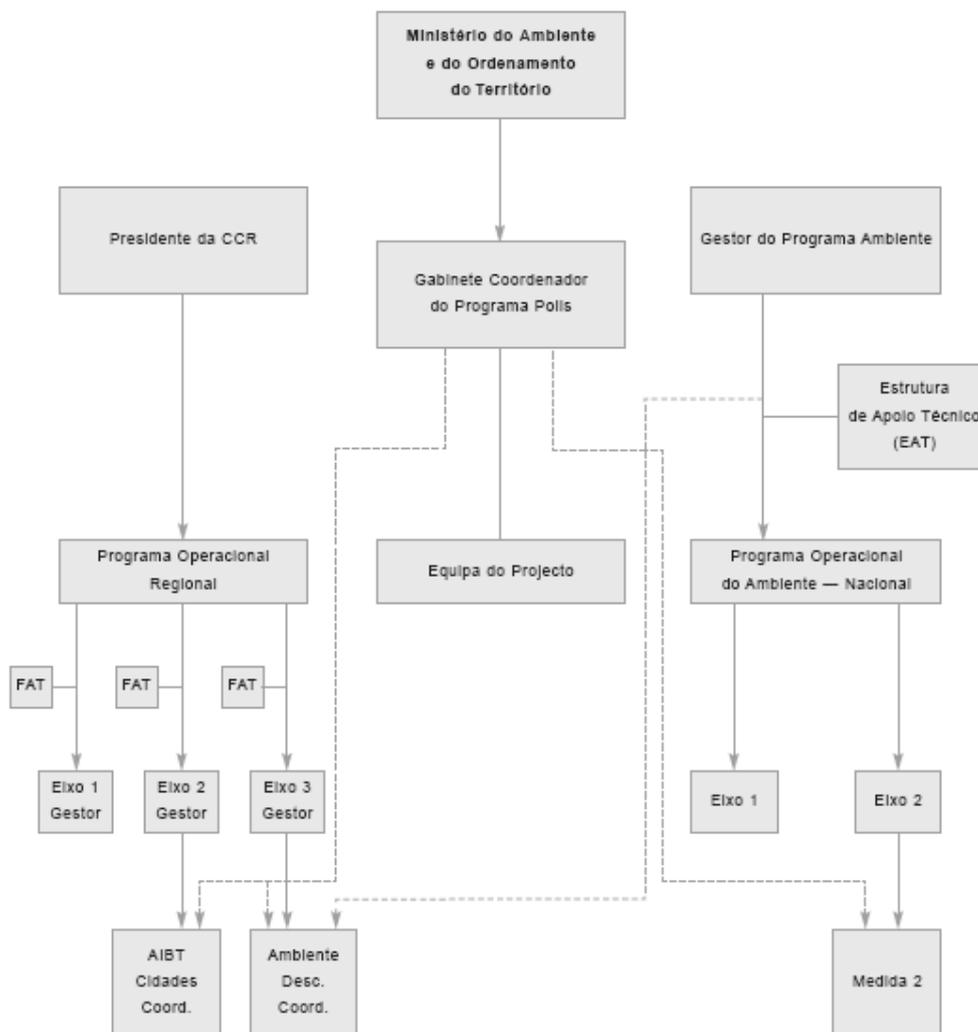


Fig. 25] Esquema da articulação dos gabinetes do Polis com as várias entidades.
(Fonte: M.A.O.T. 2000)

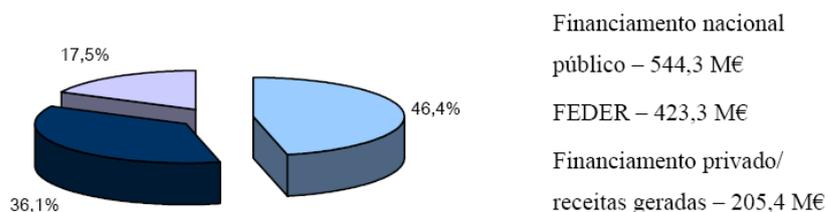


Fig. 26] Financiamentos do Programa Polis. (Fonte: <http://www.apdr.pt>)

O Programa Polis necessitava de um conjunto de instrumentos que garantissem a eficácia da sua execução e a coerência dos seus objectivos. Foram adoptados instrumentos específicos em cinco áreas: intervenção urbanística, empresariais, protocolarização com os municípios, relativos à estrutura e gestão do programa e aos seus procedimentos e, por fim, instrumentos jurídicos que tinham por objectivo consagrar na lei todos os restantes instrumentos. Em relação aos instrumentos de intervenção urbanística, as intervenções previstas no programa seriam precedidas da elaboração de um Plano Estratégico e seriam efectuadas através de Planos de Urbanização ou de Planos de Pormenor, elaborados pela entidade promotora do projecto. A aprovação destes planos competia ao Governo ou ao Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território. Quanto aos instrumentos empresariais estava prevista a constituição de uma sociedade anónima de capitais públicos à qual competia a tarefa de executar os objectivos constantes do projecto, como o programa de intervenção, calendário de execução e orçamento de realização. No que respeita aos instrumentos de protocolarização com os municípios era fundamental a criação de um protocolo com cada um dos municípios envolvidos de modo a consolidar a relação entre as autarquias e o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, num documento de referência que contivesse as obrigações das partes e os prazos para o respectivo cumprimento. Em relação aos instrumentos de estrutura e procedimentos de gestão, foi prevista a criação, nas várias cidades, do Gabinete Coordenador do Programa Polis (GCPP), sob a tutela do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, com várias funções:³¹ promover acções de divulgação dos objectivos, das oportunidades e dos resultados do programa; participar na análise das intenções de investimento enquadráveis no Programa Polis; estabelecer os contactos necessários com as entidades envolvidas; recolher e tratar a informação relativa aos indicadores e estatísticas de acompanhamento dos projectos enquadráveis no programa; promover a avaliação dos progressos realizados no âmbito do programa; participar na orientação e na realização de estudos, conferências e outros eventos relativos às cidades. Por último, em relação aos instrumentos jurídicos, foi preparado um conjunto de propostas de documentos aprovados pelo Governo: Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Programa Polis (RCM nº 26/2000, de 15 de Maio), Proposta de lei de autorização legislativa relativa à criação de um regime de excepção para a realização de operações integradas de requalificação urbana (Lei nº 18/2000, de 20 de Agosto), Decreto-lei

³¹ <http://www.polis.maotdr.gov.pt>

com a delimitação das zonas de intervenção, Resolução que cria a estrutura orgânica do Programa Polis, o GCPP (resolução nº 58/2000, de 16 de Maio) e a Minuta genérica dos protocolos a estabelecer entre o MAOT e as Autarquias envolvidas na componente 1.

PARTE 2
CASO DE ESTUDO: LEIRIA



Fig. 27 | Vista aérea parcial da cidade

2.1 | BREVE ANÁLISE HISTÓRICA E MORFOLÓGICA

A morfologia actual da cidade de Leiria resulta de um desenvolvimento a partir de um núcleo primitivo, localizado estrategicamente e com um carácter defensivo. De designação romana *Collippo*³², a cidade ocupou desde cedo uma posição privilegiada no quadro nacional, resultante do cruzamento de vias importantes de comunicação entre o Norte e o Sul do país e entre o interior e a costa, factor que contribuiu para o crescimento e desenvolvimento da urbe. A mais importante estrada nacional, EN n.º 1, atravessava o centro da cidade, estando actualmente desviada do trânsito interno.

O nome Leiria deriva dos cursos de água que atravessam a antiga vila, Leirena e Heirena, actuais Lena e Lis (designações posteriores a 1510). A importância dos rios na cidade é evidenciada no lugar de destaque que estes ocupam no brasão leiriense, em representação da fertilidade regional, assim como a sua figuração em gravuras antigas da cidade. O mais antigo documento que faz referência aos rios de Leiria é o foral atribuído datado de 1142.

Antes da ocupação romana, a região de Leiria foi habitada por povos de origem celta e de origem ibérica (cerca séculos IV e III a.C.) – os Túrdulos. Dos períodos de ocupação sueva e visigoda pouco se sabe, apenas que em 753 Leiria se encontrava na posse dos mouros sob a alçada de Córdoba. A cidade medieval reforça-se com a

³² Em São Sebastião do Freixo, na Barreira, a cerca de 8 km de Leiria, existem vestígios dessa ocupação, entre os quais algumas lápides funerárias, supondo-se que aí tenha havido um assentamento romano no século I a.C. Na antiga Igreja de Santo Estevão foi descoberta uma sepultura de “*Laberia Galla*”, que deu origem à lenda de fundação da cidade no século I da nossa era, com o nome de *Laberia Galla Flaminia*.



Fig. 28 | Localização da cidade de Leiria no quadro nacional.

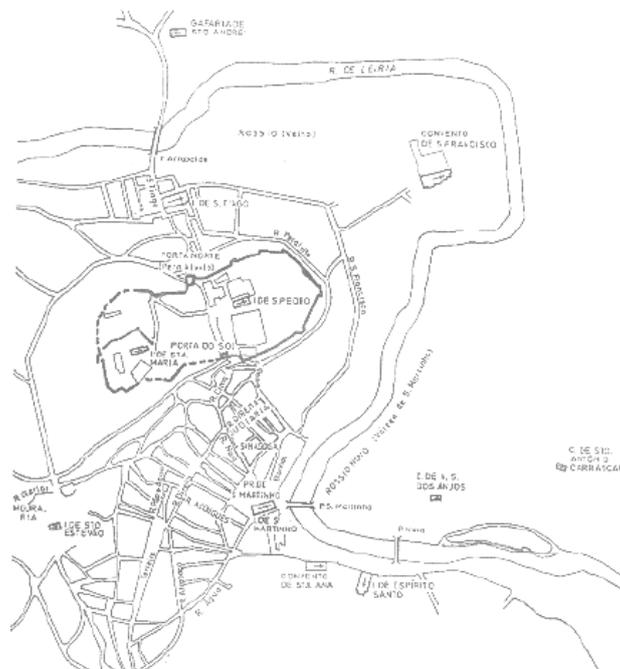


Fig. 29 | Planta de Leiria no século XV.
(Fonte: www.cm-leiria.pt)

edificação do castelo³³ em 1135, por D. Afonso Henriques, para “conter a audácia dos serranos vizinhos”, depois da tomada da cidade aos mouros. Leiria é de novo ocupada pelos muçulmanos entre 1137 e 1140, mas rapidamente reconquistada em 1142, ano em que D. Afonso Henriques lhe atribui o primeiro foral, dando à nova vila o nome de Leirena. Em 1190, o rei D. Sancho I manda reedificar as muralhas da vila e concede-lhe novo foral em 13 de Abril de 1195. A história de Leiria fica também ligada ao reinado de D. Dinis, rei que mandou plantar o Pinhal de Leiria, entre 1279 e 1325, na tentativa de consolidar e drenar os terrenos ao longo da costa marítima. Este mesmo rei, no ano de 1300, doou a vila à rainha D. Isabel, que enobreceu o castelo com novas edificações e renovou a Igreja de Nossa Senhora da Pena.

A partir da construção defensiva no ponto mais alto da cidade e de mais difícil acesso, a cidade desenvolveu-se junto ao morro do castelo para sul, não apenas pelo declive ser mais suave, mas pela maior exposição solar e por se encontrar mais protegido pelos ventos predominantes de norte e noroeste (Margarido, 1988).

Após a reconquista cristã, no reinado de D. Sancho I, a importância estratégica (militar e defensiva) decresce e a população passa a ocupar progressivamente áreas para além da muralhada. A expansão urbana é feita na direcção de áreas férteis e acessíveis, rumo ao vale do Lis. Verifica-se promoção da agricultura, desenvolvimento do comércio e o assentamento de ordens religiosas. Numa primeira fase a população constrói junto dos edifícios ligados a funções religiosas.

No século XII coexistem duas igrejas edificadas, ambas intra-muros, tendo sido a primeira a Igreja de Santa Maria da Pena, fundada entre 1144 e 1147, e a segunda a Igreja de S. Pedro, exemplo de arquitectura românica. Na segunda metade do século XIII é já notável a aglomeração da população em espaços extra-muros.

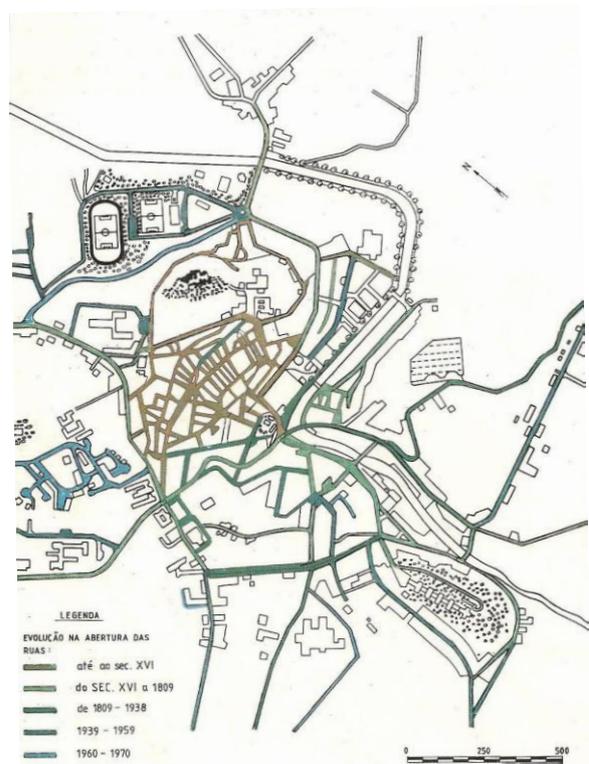
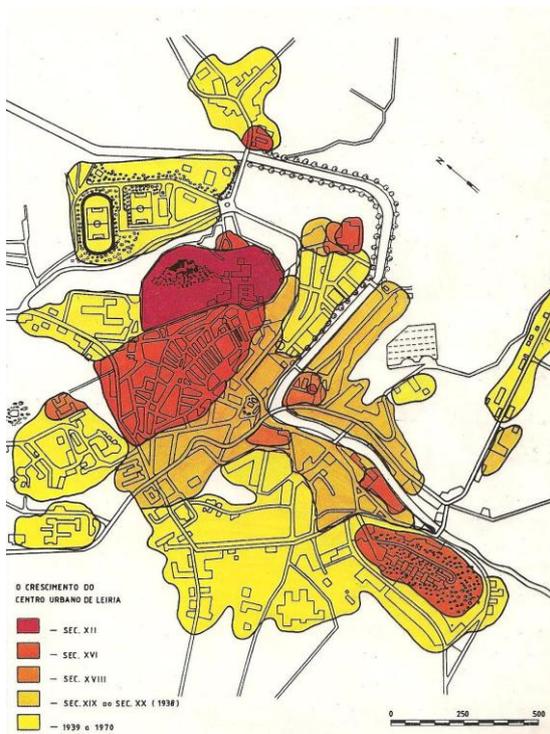
Um dos primeiros núcleos novos desenvolve-se junto à Igreja de Santiago, ao lado do Arrabalde D' Aquém, na direcção norte da colina. A sudoeste do castelo estava já consolidada também a Igreja de Santo Estevão, dando origem a outro núcleo medieval, junto ao qual se centralizaram os oleiros e se organizou a mouraria.

Uma outra igreja que deixou marcas no traçado da cidade foi a Igreja de S. Martinho, a sul do castelo. Situada na zona que apresenta uma malha mais densa na cidade, é na fixação junto a esta igreja que se deve a estrutura medieval em “espinha de peixe”. Esta estrutura é caracterizada pelo desenho de vários arruamentos que

³³ No final do século XV, D. João I constrói um palácio real, com galerias góticas, dentro das muralhas do castelo. Este mais tarde ficou em ruínas devido às invasões francesas, mas foi reconstruído no século XX por Ernesto Korrodi.



Fig. 30 | Vista do Castelo – a origem da cidade – postal de 1968.



Figs. 31 e 32 | Plantas das fases históricas de crescimento e evolução da circulação.
(Fonte: MARGARIDO, 1988)

partem da Rua Direita, que hoje “*continua a ser de certa forma, o ‘elemento vital da cidade’, ligando directamente o Largo da Sé com o Terreiro*”³⁴. Através da Rua Direita, a Sé, situada a sudeste do Castelo, ligava-se ao espaço eleito pelas famílias mais enobrecidas da cidade, o Terreiro, que se localiza a sul da colina.

Em 1549, a mando de Frei Brás de Barros, primeiro bispo de Leiria, esta igreja é demolida para dar lugar à Praça de São Martinho, actual Praça Rodrigues Lobo (assim denominada desde 18 de Dezembro de 1877), um dos mais nobres espaços públicos da cidade. Esta Praça funcionava como o centro da vila, tendo nela sido erguido o pelourinho, símbolo da autonomia e da justiça municipais, e realizando-se aí a Feira Semanal. Pode afirmar-se que existiam, portanto, no século XV cinco áreas paroquiais que funcionavam como focos de atracção populacional, organizando o crescimento da cidade medieval.

Em 1232 ergue-se um novo edifício conventual junto à margem direita do rio, no Rossio de Santo André (conhecido depois por Arrabalde da Ponte), um pouco mais afastado do aglomerado urbano³⁵. Este convento de S. Francisco, devido aos prejuízos que as cheias lhe causavam, foi implantado num novo local, em 1387, onde se encontra actualmente.

Durante toda a Idade média, a população activa esteve ligada principalmente ligada à agricultura e aos campos férteis do Rio Lis. Junto a estes concentravam-se o comércio e as indústrias enquanto na colina se reuniam as funções mais engrandecidas. Na margem esquerda do Lis, zona que se demarcou pela cultura cerealífera, existia uma série de moinhos de cereal medievais e lagares, destacando-se um datado de 1411, primeiro moinho de fabrico de papel movido por água em Portugal.³⁶ De entre os moinhos outrora existentes ao longo das margens do Lis, conhecem-se alguns nomes, como o Moinho del Rei, o do Muacho, o do Campo, o da Ponte Nova, o do Guterre e o do Cotelinho. Outras indústrias artesanais tradicionais de Leiria foram as actividades cerâmicas (Bairro das Olarias, junto à Igreja de Santo Estevão), indústrias de cal, pedreiras e ferrarias:³⁷

³⁴ MARGARIDO, Ana Paula – **Leiria: história e morfologia urbana**, 1988, p. 59-60.

³⁵ Servindo as ordens mendicantes que viviam segundo a ideia de pobreza e de caridade junto da população rural, o local de implantação eleito pode ser assim justificado, ao mesmo tempo que eram aproveitados os campos férteis do Lis para a prática da agricultura.

³⁶ Este moinho foi sujeito a um projecto de recuperação da autoria do arquitecto Álvaro Siza, inserido no Plano Estratégico do Programa Polis de Leiria.

³⁷ Mais tarde, nos finais do século XIX e início do XX, desenvolvem-se indústrias de madeira, resinas e cimentos (em 1919 é criada a Empresa de Cimento de Leiria).



Fig. 33 | Sé Catedral.



Fig. 34 | Paço Manuelino dos Marqueses de Vila Real, demolido em 1888, visto da Praça.



Fig. 35 | Terreiro – actual Largo Cândido dos Reis.

*Ao longo do rio existia uma cintura forte de oficinas para-industriais (moagens, pisoarias, engenhos para o trabalho do ferro e doutros minérios, serrações de madeiras, fabrico de papel, fabrico de curtumes, lagares, etc.) que constituía uma verdadeira espinha dorsal da economia urbana, e, simultaneamente, oferecia (...) a imagem dum burgo dinâmico e próspero.*³⁸

Em 1557 foi erguido o convento de Santo Agostinho, incluindo o referido moinho de papel na sua cerca, o qual passou a fazer parte do património dos Monges Agostinhos.³⁹ A imprensa é introduzida na cidade, instalando-se uma tipografia próxima do moinho, visto usufruir da matéria-prima. Por esta altura, a presença judaica em Leiria é evidente. Já desde o século XII os judeus ajudaram a incrementar o comércio e a indústria em Leiria, tendo o seu culminar no século XV: *“a especialização da maioria dos judeus leirienses no domínio dos mesteres, do comércio e dos serviços como prestamistas ou físicos, revelou-se do maior significado na história da cidade.”*⁴⁰

No século XV, as margens do Lis podiam ser atravessadas por intermédio de três pontes: a Ponte Coimbrã localizada mais a norte, no Arrabalde de Santiago, a Ponte dos Três Arcos em frente à Igreja do Espírito Santo e a Ponte dos Caniços.

Até ao século XVI a cidade organizou-se quase unicamente na margem esquerda do Lis (anexo 1). É neste século, a 13 de Junho de 1545 que Leiria é elevada à categoria de cidade por D. João III, sendo criada também a diocese com a edificação da Sé Catedral,⁴¹ concluída em 1574, o que levou à abertura de novas artérias, assim como a instalação do Paço Episcopal,⁴² no sítio dos antigos paços de D. Dinis. A nova praça, resultado da demolição da Igreja de S. Martinho, veio proporcionar um novo espaço que recebia as feiras em associação com outros espaços da cidade, tais como o Rossio Novo, actual Largo 5 de Outubro, a Rua de Santana e o Bairro dos Anjos. Foi para aí que se trasladaram a Casa da Câmara e o Pelourinho. Até finais do século XVIII, as zonas em torno da nova praça central adensaram-se progressivamente, tendo, para Oeste, o rio como limite.

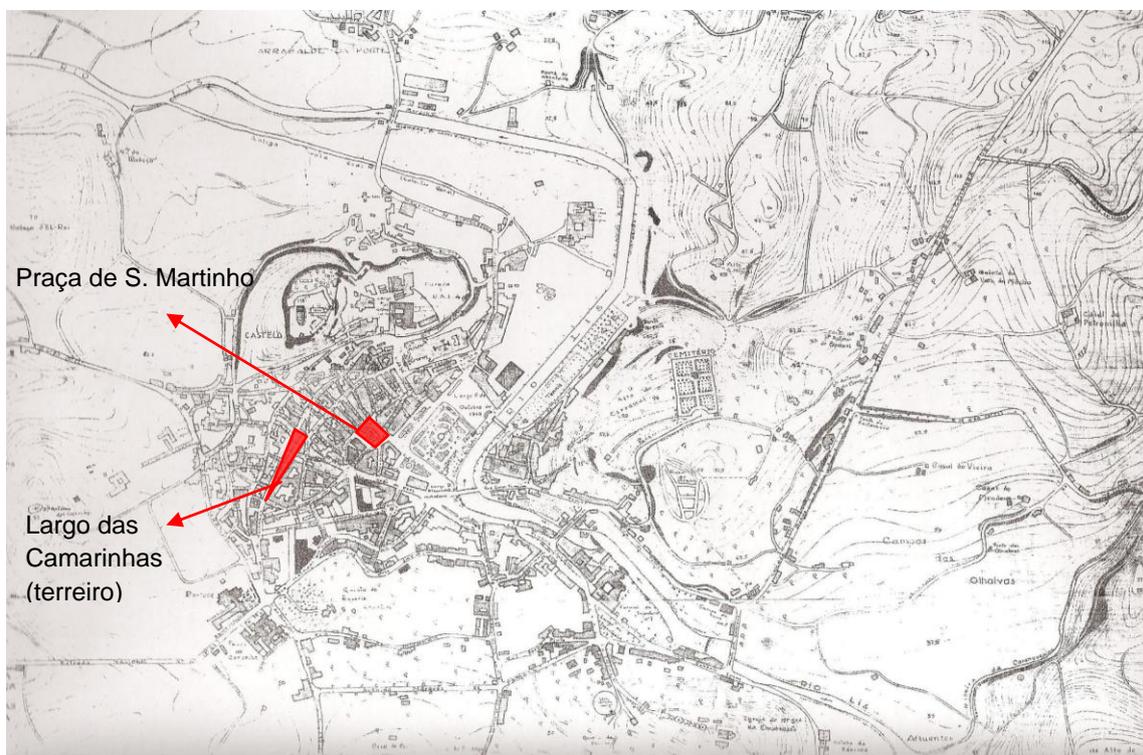
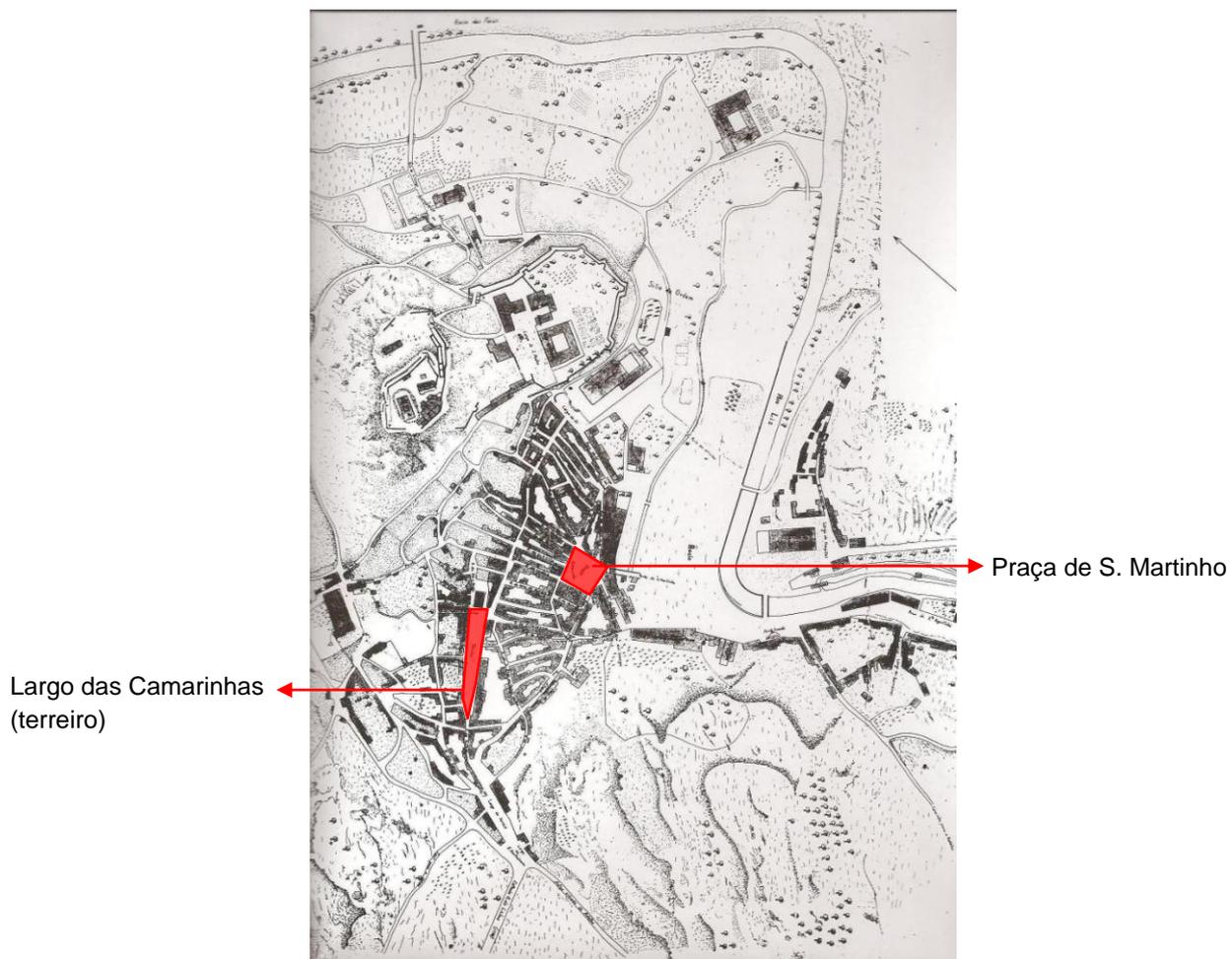
³⁸ GOMES, Saul António – **Introdução à História do Castelo de Leiria**. 2ª ed., 2004, p. 16-17.

³⁹ Com a extinção das ordens religiosas em 1834, o convento é convertido no Quartel do Regimento da Infantaria n.º 7 até 1944.

⁴⁰ GOMES, Saul António – **Introdução à História do Castelo de Leiria**. 2ª ed., 2004, p. 67.

⁴¹ Edifício renascentista da autoria do arquitecto Afonso Álvares. Este sofreu algumas alterações após estragos consequentes do terramoto de 1755.

⁴² Edifício ao lado da Igreja de S. Pedro, hoje ocupado pela PSP.



Figs. 36 e 37 | Plantas da cidade de Leiria – século XIX (1809) e XX (1938), respectivamente. É possível reconhecer as 2 praças que foram sucessivamente centro de poder administrativo da cidade.

(Fonte: Arquivo Distrital de Leiria)

O Largo das Camarinhas, hoje conhecido como Terreiro (Largo Cândido dos Reis), foi submetido, a partir do século XVII, pela construção de edifícios de estilo seiscentista e setecentista, eleitos pela burguesia como residenciais. Era aí que residiam as principais famílias da cidade.⁴³ Nos séculos XVI e XVII, em duas das colinas circunscritas foram erguidas, respectivamente, a Igreja de Nossa Senhora da Encarnação (no local onde teria existido a ermida de S. Gabriel) e o convento de Santo António dos Capuchos que constituíram pólos de atracção de crescimento urbano nas suas direcções.

Para além de ser propício ao desenvolvimento económico, o rio assumiu-se igualmente como um impedimento à expansão, por inundar a parte baixa da cidade. Nos anos de 1475, 1596, 1600, 1612 e 1646 registaram-se cheias memoráveis na antiga vila. Para evitar estes inconvenientes o século XVIII é marcado pelas obras de regularização do Lis, pela Casa do Infantado. Leiria estava sujeita a inundações constantes, sendo considerada uma cidade pouco saudável: *“os males e efemeridades dos pântanos e os prejuízos causados pelas repetidas cheias do campo também affligiram Leiria, logo que os seus habitantes desceram do morro do Castelo e se espalharam pelo vale.”*⁴⁴ Em 1701, o leito do rio é desviado para Este, provocando a deslocação do primeiro ângulo do seu curso para dentro da área urbana numa extensão de cerca de 100 metros (fig. 4). O rio passou a percorrer um curso quase rectilíneo entre esse cotovelo e o Convento de S. Francisco. Daqui resultou um espaço mais amplo da área junto ao casario e a abertura de um novo espaço público, o actual Rossio de Leiria (antes conhecido também por Campo de D. Luís I), utilizado, em tempos, para feiras comerciais. Ainda assim, os campos do Lis continuaram a ser inundados, embora com cheias menos austeras e, para isso, entre 1772 e 1773 foram iniciadas obras na foz do rio.

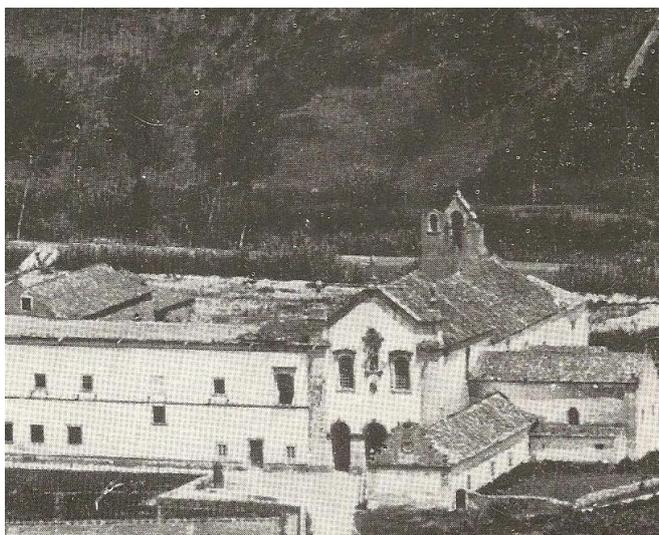
O século XVIII é ainda assinalado pela abertura de novos arruamentos, pela construção de edifícios senhoriais e pela edificação do antigo Hospital da Misericórdia mandado construir pelo bispo D. Manuel de Aguiar, no local onde existiu a ermida de Nossa Senhora dos Anjos, na margem direita do rio, até então praticamente desocupada. (ver anexos 1 – curso original do rio – e 2 – curso actual do rio)

⁴³ Entre elas, a dos Athaydes, do Barão de Salgueiro, do Dr. Alçada, dos Charters e dos Zúquetes.

⁴⁴ RAMOS, Luciano Justo – **Leiria do Lis e do Lena**, 1972, p. 19.



Fig. 38| Leiria medieval - actual Praça Rodrigues Lobo.



Figs. 39 e 40| Antigo Convento de S. Francisco e posterior Companhia Leiriense de Moagem.

O início do século XIX ficou assinalado pelas invasões francesas. Parte do convento de Sant' Ana foi incendiado, assim como o convento de Santo Estevão, desapareceram edifícios habitacionais, arderam os Arquivos da Câmara e o Paço Episcopal. Após este período conturbado, como meio de desenvolvimento económico, verificou-se um grande investimento em indústrias de resina, de fundição e de extracção mineira. O Convento de S. Francisco, por volta de 1857, foi transformado na Companhia Leiriense de Moagem. Ao longo deste século, a cidade é alvo de transformações profundas no traçado urbano. São claros os novos arruamentos criados e a densificação da construção, e uma tentativa de melhoramentos no trânsito rodoviário. São recuperados alguns dos edifícios destruídos no início do século, como é o caso do Paço Episcopal, situado ao lado da Igreja de S. Pedro. Este, após a reconstrução em 1825, passa a albergar o Quartel de Regimento Ligeiro n.º 4. Em 1880 é inaugurado o Teatro D. Maria Pia em frente à ponte que outrora integrava a estrada nacional. O Rossio é alvo de obras de melhoramento e construção: o encerramento da “Vala Real”, em 1843, entre as pontes de S. Martinho e a da Fontinha, a construção de casas entre as pontes de S. Martinho e a dos Defuntos, a plantação de choupos na margem esquerda, que resultou numa densa mancha verde, intensificação da construção com ocupação residencial e comercial. O Rossio albergava funções comerciais, sociais e militares. A feira de gado que outrora se realizava no Bairro dos Anjos foi transferida para o Rossio em 1889. Também a Praça era local de trocas comerciais, caracterizada tanto por comércio de levante, como por comércio localizado em rés-do-chão de edifícios. “*Leiria era uma cidade aberta e comercial.*”⁴⁵

Mas as obras oitocentistas de maior relevância foram o Passeio Público e o cemitério que veio a ser implantado no Alto da Forca, na margem direita, em 1870, em substituição do que estava anexo à Sé. Nesta época o Rio Lis é novamente sujeito a regularizações e, para um melhor aproveitamento da água, é construído um açude. Finalmente normalizado o leito do rio, vai ser pensado um conjunto de jardins e percursos no Marachão. Verificaram-se ainda algumas alterações nas pontes de atravessamento das margens: a Ponte dos Caniços foi melhorada, a Ponte de S. Martinho existente junto ao arco da praça foi demolida (com as obras de aterro para o nivelamento do Rossio) e a Ponte de acesso ao Bairro dos Anjos foi reconstruída em pedra.⁴⁶ (anexo 3)

⁴⁵ GOMES, Saul António – **Introdução à História do Castelo de Leiria**. 2ª ed., 2004, p. 15.

⁴⁶ Em substituição da ponte de madeira existente, em ruína.



Fig. 41 | Postal de Leiria – vista do Teatro D. Maria Pia, demolido em 1958.



Figs. 42 e 43 | Vista a partir do Castelo, após a construção do teatro (à esquerda) e em 1976 (à direita).

No século XX a construção densificou-se e os espaços verdes foram articulados no conjunto urbano. “*Lentamente, a velha cidade do Lis transformava-se, demolindo os seus conventos e igrejas para rasgar novos arruamentos.*”⁴⁷ Foram abertas novas ruas importantes da cidade: a Rua Machado dos Santos (antiga estrada real), a Avenida José Jardim, a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, a Avenida Heróis de Angola e o Largo da Infantaria 7. No início do século XX, em 1902, foi destruída a Ponte dos Três Arcos, tendo sido posteriormente, nos anos 1930, construída em sua substituição a Ponte Nova, conhecida hoje por Ponte Eng. Afonso Zúquete. É neste ano que é construído o edifício dos Paços do Concelho, projecto da autoria do arquitecto Ernesto Korrodi. Do mesmo arquitecto, em 1923, é construído o edifício do Banco de Portugal com uma linguagem neobarroca (anexo 3).

A população dedicada ao sector primário, principalmente à agricultura, começa a diminuir, verificando-se um incremento na implementação de indústrias o que leva a um domínio do emprego no sector secundário. Também algumas actividades de escritórios e serviços marcaram transformações no tecido urbano. O Banco Nacional Ultramarino vai implementar-se no local da antiga cerca e convento de Sant’ Ana. O edifício outrora da Câmara, localizado na Praça, dará lugar às instalações do Banco Português do Atlântico, enquanto no Largo 5 de Outubro é instalada a Caixa Geral de Depósitos.⁴⁸ Com a construção do Mercado Fechado⁴⁹, o comércio ocasional que se distribuía ao longo as ruas e praças da cidade perde-se, alterando o carácter do centro da urbe e a sua relação com o rio. No final dos anos 1950, o Teatro D. Maria Pia é demolido, sendo mais tarde, em 1973, em seu lugar implantada a Fonte Luminosa, com esculturas de Lagoa Henriques que aludem “*à fertilidade da união do rio Lis com o Lena*”⁵⁰. Por esta altura da demolição já pouco restava da memória deste lugar.

No ano de 1945, o arquitecto José Lima Franco é contratado pela Câmara Municipal de Leiria para executar o Plano Geral de Urbanização da cidade.⁵¹ Este arquitecto apenas veio a realizar, em 1949, um projecto de urbanização do Marachão e da área entre a antiga Igreja de S. Francisco e o Largo 5 de Outubro. Em 1962 tenta-

⁴⁷ COSTA, Lucília Verdelho da – **Leiria**, 1989, p. 37.

⁴⁸ Edifício demolido em 1985, tendo sido substituído pelo edifício que lá se encontra actualmente.

⁴⁹ Construído também nos terrenos ocupados pelo antigo Convento de Sant’ Ana.

⁵⁰ COSTA, Lucília Verdelho da – **Leiria**, 1989, p. 67.

⁵¹ Este plano serviu de base, após remodelação em 1955, para o Ante-Plano de Urbanização apresentado pela Hidrotécnica Portuguesa, que veio a fixar vários critérios de crescimento e desenvolvimento da cidade.



Fig. 44| Largo 5 de Outubro – antigo espaço de trocas comerciais.



Fig. 45| Rio Lis com vista para o Convento de Santo Agostinho.

se novamente desenvolver um plano de urbanização, tendo sido lançado um concurso ao qual concorrerem os arquitectos Luís Cristino da Silva e Fernando Santa-Rita.

Com o aumento populacional e o desenvolvimento dos sectores secundário e terciário, o núcleo medieval deixa de conseguir dar resposta às crescentes necessidades e é transposto, gerando vários núcleos periféricos nos quais a função residencial se vai aglutinando às indústrias que já se tinham aí fixado por falta de grandes espaços no centro da cidade. A área urbana de Leiria expande-se para além do núcleo histórico, diluindo as fronteiras entre o urbano e o rural, e começa então a apresentar uma estrutura urbana polinuclear, acarretando um declínio da função residencial no centro medieval:

Povoados por construções caóticas, consoante os ritmos de crescimento ditados pela cidade, em função das principais vias de transporte, os campos de Leiria perderam a sua identidade rural; conciliando hábitos citadinos com os usos ancestrais, combinando técnicas e formas de expressão como as de arquitectura popular e tradicional com pavilhões de fábricas e moradias de gosto importado, o campo tornou-se vítima do betão, da poluição e do mau gosto.⁵²

A partir dos anos 1960, Leiria, sede concelhia e capital de distrito com uma divisão administrativa de 27 freguesias, passa a estender-se às povoações dos Marrazes, Pousos, Azóia, Regueira de Pontes e Milagres. Com a nova estação rodoviária na Avenida Heróis de Angola, datada de 1956, permitiu-se uma rede de comunicações mais intensa. Gradualmente assiste-se a um abandono da relação que se estabelecia com o rio através da eliminação dos ofícios que ao longo da história fizeram depender a economia local das actividades hidro dependentes. Enquanto nos primórdios da expansão, Leiria cresceu em sintonia e influenciada pelo rio que a serpenteia, no final do século XX a cidade passou a viver de “costas viradas” para o rio, sem qualquer preocupação pela manutenção do seu habitat natural e pela memória das relações simbióticas que se tinham estabelecido com o tempo.

A atenção às preocupações ambientais na dignificação dos espaços ribeirinhos no conjunto urbano, na tentativa de devolver ao rio o seu carácter estruturante na cidade, só recentemente se fizeram sentir. Desde meados do século XX, os planeamentos urbanos para Leiria foram sendo assumidos como tendo um papel

⁵² COSTA, Lucília Verdelho da – **Leiria**, 1989, p. 59.



Fig. 46| Postal de Leiria – o rio Lis e ponte de madeira que substituiu, temporariamente, a Ponte dos Três Arcos (aproximadamente entre 1902 e 1930).



Fig. 47| Postal de Leiria – o rio Lis e o moinho de papel, visto a partir da margem direita.

preponderante no crescimento urbano. A intervenção do Programa Polis, oficialmente compatível com o estipulado no PDM (aprovado em 1995), apresentou-se como um conjunto de intervenções que procurava dar resposta aos problemas sentidos na cidade em termos de debilidade ambiental.

Os espaços da cidade demonstram uma história, um modo de vida que tem vindo a mudar ao longo do tempo. O desenho urbano apresenta marcas das exigências de uma determinada época. As novas necessidades, derivadas dos novos hábitos e desenvolvimentos, levaram à alteração do paradigma do funcionamento da cidade medieval.

*Infelizmente, perderam-se os hábitos que tornavam a Praça no centro de Leiria, local de reuniões e de encontros, de amena cavaqueira, de intromissões em vidas alheias, de escândalos e de júbilos, reflexos de outras vivências em que a sociedade era ainda um dos tributos da condição humana...*⁵³

Não só a Praça, mas muitos dos lugares de Leiria perderam o seu estatuto, padecentes do tempo. A apropriação e utilização dos espaços ribeirinhos são exemplo disso. As zonas que se definiram pela cultura cerealífera e agricultura, aproveitadas para feiras e mercados, foram abafadas pelo desenvolvimento da indústria e, naturalmente, abandonadas.

⁵³ COSTA, Lucília Verdelho da – **Leiria**, 1989, p. 67.

2.2 | A EVOLUÇÃO DA ZONA RIBEIRINHA ANTES DO POLIS

Como já foi referido, após a edificação do castelo no século XII, o crescimento da cidade foi feito à custa da ocupação das zonas férteis, dos terrenos agrícolas junto ao rio. Por volta do século XV, as margens do Lis estavam ainda muito pouco ocupadas. Só pontualmente existiam alguns moinhos de cereal, lagares, pisoarias, engenhos para o trabalho do ferro, serrações de madeira, fábricas de papel e de curtumes.

Um pouco mais afastado da malha urbana mais densa, e próximo do rio, existia desde 1387, o Convento de S. Francisco, ocupado pelas ordens mendicantes. Os franciscanos, à semelhança da maioria da população, faziam também aproveitamento dos terrenos circundantes para a prática da agricultura:

(...) a edificação do convento na área rural talvez possa ser explicada pelo facto dos franciscanos realizarem predominantemente o seu ideal de caridade junto da população rural, e pela necessidade de aproveitarem as várzeas férteis do Lis para praticar a agricultura.⁵⁴

No século XV, as margens podiam ser atravessadas por intermédio de três pontes (Ponte do Arrabalde, Ponte dos Três Arcos e Ponte dos Caniços) (anexo 1). A margem esquerda na base da colina do castelo era então usada como campo da feira, alargado em 1549 com a demolição da Igreja de S. Martinho. No ano de 1701, o leito do rio foi regularizado e desviado aumentando este espaço, e fixando definitivamente

⁵⁴ MARGARIDO, Ana Paula – **Leiria: história e morfologia urbana**, 1988, p. 48.



Fig. 48| Vista geral de Leiria a partir da estalagem – pintura de John Baily de 1814. Observa-se a zona do Rossio aumentada, depois das obras de desvio de 1701, na margem esquerda, destinada à feira da cidade.

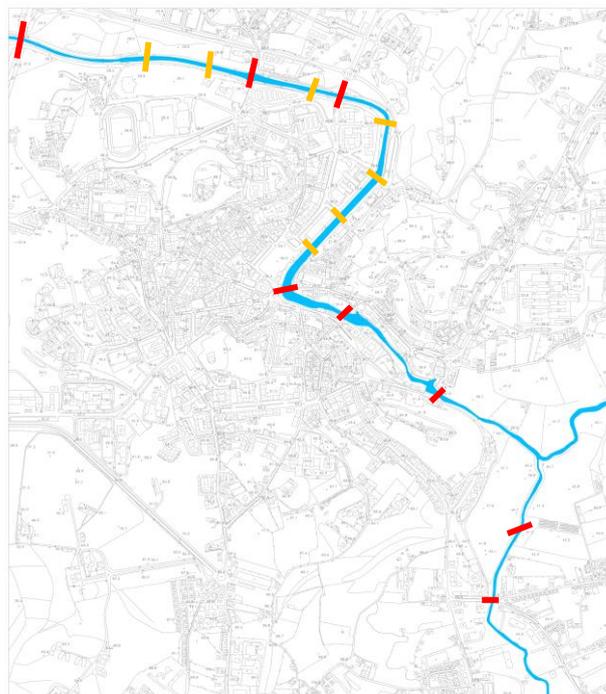


Fig. 49| Localização das pontes da cidade antes do Polis.

- Pontes rodoviárias
- Pontes pedonais

o Rossio (mais tarde denominado Campo de D. Luís I, depois do ajardinamento de uma parte dessa área).

Pouco se conhece da imagem da cidade desta época. Os únicos registos que existem são representações de artistas que passavam pela cidade. A primeira representação a cores que se conhece da cidade é uma água-tinta de Baily datada de 1814 (fig. 48).

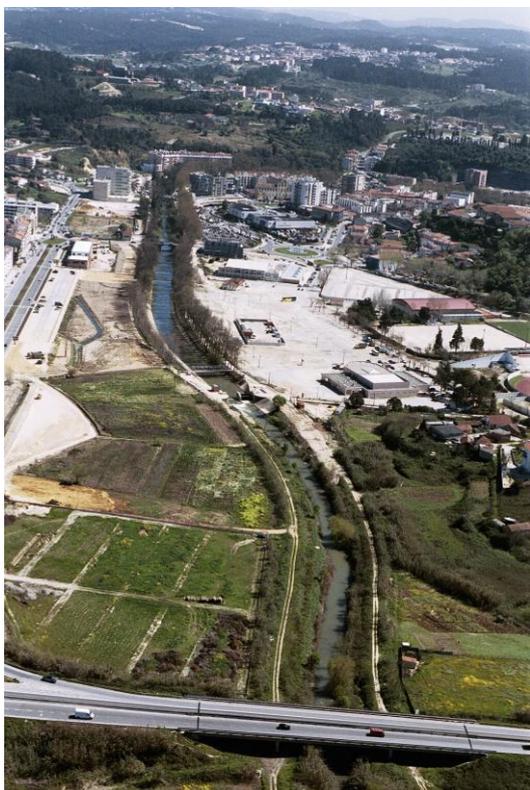
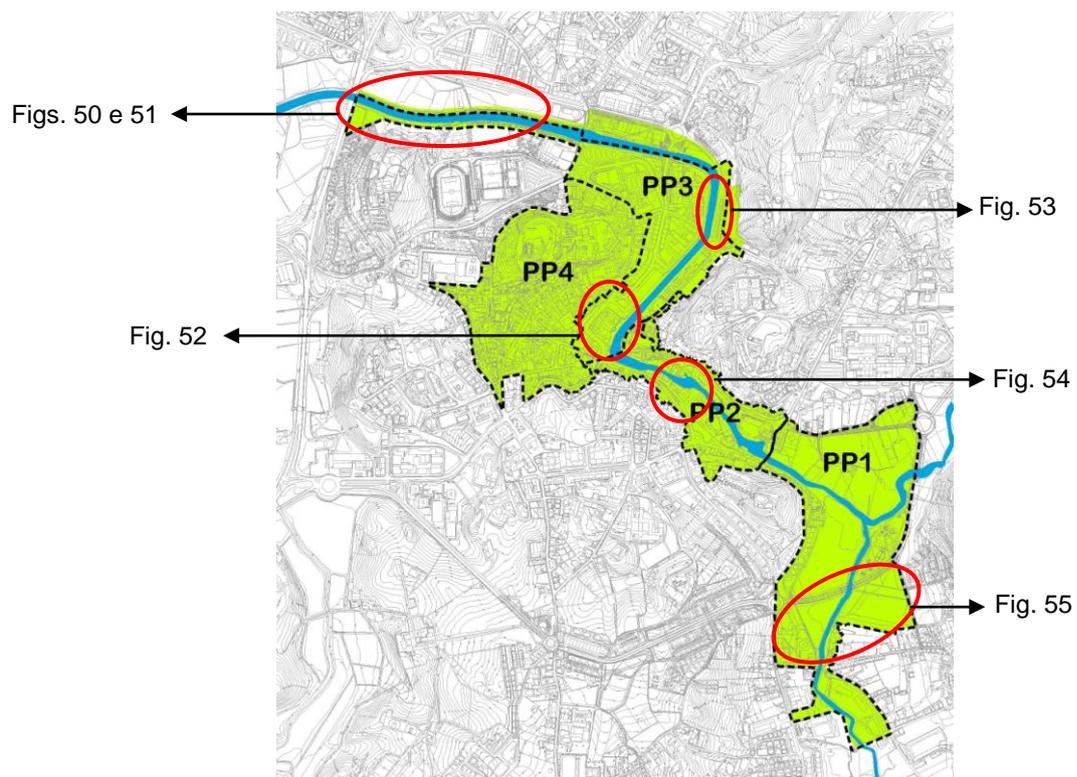
O Convento de Santo Agostinho, a partir do século XVI, veio ocupar parte da zona ribeirinha da cidade, tendo sido implantado a sul do espaço do Rossio.

Após o desvio do rio Lis do seu leito, o espaço entre o casario e o curso de água ficou desnivelado cerca de três metros. Um pequeno braço do Lis passava ainda no local do percurso original deste, criando uma “separação” entre o edificado e o rio. Nesta zona a ligação era feita por intermédio de três pontes: a Ponte de S. Martinho, a Ponte da Fontinha e a Ponte dos Defuntos, nome que se justifica pela proximidade do cemitério existente por detrás da Sé Catedral. A entrada na cidade passou a ser feita pela Ponte de S. Martinho, que dava acesso à praça com o mesmo nome. Este afluente, a “Vala Real”, só foi encanado em 1843, ano em que o Rossio foi novamente alvo de obras de melhoramento e aterrado. Em primeiro plano aparecem agora libertas as fachadas do Palácio dos Marqueses da Vila Real, e o arco de acesso à praça, que o muro de protecção do pequeno rio abafava parcialmente (perfil 1 do anexo 6).

No século XVIII, para além das três pontes atrás referidas e mantidas até então, existiam já mais duas pontes: uma ponte de acesso ao Bairro dos Anjos e outra, em madeira, substituída mais tarde pela Ponte Hintze Ribeiro, junto ao antigo seminário (planta do anexo 2). Neste período, a ocupação da margem direita era ainda praticamente inexistente. É implantado o Hospital D. Manuel de Aguiar que, sendo um dos maiores do país, exceptuando os de Lisboa e Porto, funcionou até meados do século XX.

Em 1880, a construção do Teatro D. Maria Pia veio reduzir o espaço livre utilizado no antigo Rossio da feira: *“a partir de 1878 é o próprio largo que é posto em causa, considerado um semi-pântano e um obstáculo ao desenvolvimento da cidade. Em 1882, sob os protestos dos feirantes e dos agricultores, é plantado o jardim público.”*⁵⁵ No ano de 1900, o Palácio dos Marqueses da Vila Real é demolido dando uma nova imagem à cidade. O arco de entrada na praça desaparece proporcionando uma ligação total entre os dois espaços públicos e comerciais: a Praça Rodrigues

⁵⁵ ESTRELA, Jorge – **Leiria no tempo das invasões francesas**, 2009, p. 21.



Figs. 50 e 51 | Zona do Arrabalde da Ponte (PP3) antes do Polis – zona de intervenção mais a Norte.

Lobo e o Rossio. O Convento de Sant' Ana permanece em ruínas desde 1811, ano em que sofreu um incêndio, até 1917, tendo funcionado como escola entre 1840 e o ano em que se extinguiu. No local da sua cerca foi construído o primeiro mercado fechado da cidade, o Mercado de Santana, que veio retirar o carácter de campo aberto e medieval que até então existia na zona ribeirinha. É a partir da construção deste equipamento que a utilização dos espaços ribeirinhos da zona central da cidade se começa a alterar e a perde o significado secular que até aí tinha conseguido.

A plantação de choupos nas margens do Lis e a construção do Passeio Público (o conhecido Marachão) alteraram a vivência da zona ribeirinha. Na margem direita, também a construção do Parque da Cidade junto à ponte do Bairro dos Anjos proporcionou um carácter mais lúdico e recreativo à “baixa” da cidade. O sector primário foi suplantado pelo surgimento das indústrias e os espaços que eram utilizados para o cultivo deram lugar à implantação de escritórios e serviços. Em meados do século XX a cidade do Lis era uma cidade que tinha perdido na zona ribeirinha parte do seu carácter medieval.

Em 1956 foi implantado à beira-rio o edifício da estação rodoviária. Em torno do Hospital D. Manuel de Aguiar, desde o século XVIII a construção vai-se adensando. Ao longo de ambas as margens do Lis, a construção vai invadindo todo o espaço. Ainda assim há espaços que se mantêm libertos do edificado, como é o caso do antigo Rossio. O actual Largo 5 de Outubro, espaço em tempos liberto do trânsito automóvel, está agora devastado pelos carros, que impedem a aproximação e uma relação mais directamente ligada ao rio. Em frente ao casario que integra, desde 1923, o edifício do Banco de Portugal, o estacionamento de superfície existente retira, uma vez mais, qualquer possível relação cidade-rio. A cidade deixa de estar à escala do ser humano para se colocar à escala do automóvel. Os espaços de fruição da população são, então, o jardim público, Jardim Luís de Camões, e o Largo Comissão Municipal de Turismo, conhecido por Fonte Luminosa, devido à implantação da fonte com esculturas de Lagoa Henriques em 1973. Esta zona, antiga zona de encontros e de estar, o “coração da cidade”, está transformada num espaço de passagem invadido por serviços, em parte financeiros. O comércio está agora concentrado na Avenida Heróis de Angola, paralela ao rio, mas sem relação com este. (perfis – anexo 6)

A situação que precedeu o Polis:

No final do século XX, antes do programa Polis, o rio Lis podia ser atravessado por intermédio de sete pontes pedonais e oito pontes rodoviárias (fig. 49). A área



Fig. 52| Vista do antigo Rossio (PP3) antes do Polis – zona Centro.



Fig. 53| Vista do parque da cidade (PP3) antes do Polis – zona Centro.

urbana apresentava-se fragmentada e tinha-se expandido para zonas periféricas, o que proporcionou uma estrutura polinuclear e monofuncionalização dos espaços, sendo muito perceptível o declínio da função habitacional no centro da cidade. Era evidente a difícil relação a que a cidade tinha chegado com o seu rio. O que em tempos tinha sido o “motor de desenvolvimento” de Leiria era ignorado porque a cidade tinha deixado de depender do Lis.

Na área mais a Norte dentro da zona futuramente intervencionada pelo Polis, no arrabalde da ponte, e até ao parque da cidade, já mais próximo do centro, as margens do Lis estavam completamente desaproveitadas. A vegetação abafava a existência de uma importante linha de água, as vias rodoviárias e as construções tinham-se apropriado do território ribeirinho. Em redor do estádio crescera um conjunto de edifícios habitacionais, deixando livre, todavia, algum espaço que era aproveitado para a realização da feira semanal. Encontram-se também espaços comerciais e de serviços. Toda a zona a norte do morro do castelo continuou a ser a mais excluída por razões já enumeradas.

A zona central de Leiria, a denominada “Baixa”, na altura anterior ao Polis, era o espaço onde ainda se conseguia perceber que existia um rio, no entanto sem grandes relações de fruição. Os campos de ténis no parque da cidade proporcionavam e o parque infantil eram os equipamentos de lazer principais. Paralelamente, na margem esquerda, estavam os edifícios de carácter residencial, misturados com alguma oferta comercial.

Entre as pontes Eng. Afonso Zúquete e Hintze Ribeiro as construções existentes no final do século eram ainda as memórias do passado: a Igreja do Espírito Santo aí implantada desde o século XIII, a mais antiga estalagem de Leiria (posterior Hotel Lis e agora em ruínas), a fonte das três bicas e o Liceu Central de Leiria⁵⁶. Na margem oposta, a direita, permaneciam degradados os restos de casas antigas e moinhos que outrora ali funcionaram. Continuando pela Rua Tenente Valadim, encontravam-se o antigo seminário⁵⁷ e a Igreja e Convento de Santo Agostinho,

⁵⁶ A construção do liceu data de 1844 mas, durante alguns anos, o liceu funcionou ainda nos baixos do Seminário Episcopal (ao lado do Convento de Santo Agostinho), o único local disponível para a fixação do liceu.

⁵⁷ Com a implantação da República, o Seminário passou a Internato Liceal, depois a aquartelamento militar, e a anexo do Liceu de Rodrigues Lobo, até 1965, acabando por se instalar ali o Distrito de Recrutamento Militar, até ao início da década de noventa.



Fig. 54| Vista do Convento de Santo Agostinho (PP2) antes do Polis – zona Centro.



Fig. 55| Zona das Olhalvas (PP1) antes do Polis – zona de intervenção mais a Sul.

convento que se encontrava abandonado.⁵⁸ Antes de chegarmos à Ponte dos Caniços, e ainda na margem esquerda do rio, encontrava-se o mais antigo moinho de papel de Portugal, desde 1411.

A Ponte dos Caniços, existente desde a época medieval, correspondia à entrada nordeste da antiga vila. Para Sul desta ponte, as margens do Lis estavam, antes do Polis, desocupadas quase na sua totalidade. Entre a Ponte dos Caniços e a Ponte de S. Romão, na margem esquerda, apenas existiam campos agrícolas. Na margem oposta situava-se a ETAR de S. Romão⁵⁹, que iniciou o seu funcionamento em 1999, e que servia diversas zonas integradas nas bacias hidrográficas do Lis. Nesta zona nunca tinha havido diálogo entre a malha urbana e o rio, por ser uma área mais periférica e ter sido desenvolvida só no século XX. Ainda assim, o rio corre ali e esta benesse devia ser aproveitada para usufruto da população.

Antes do Polis, a zona de intervenção podia ser classificada em dois níveis principais: um primeiro nível constituído pelo Rossio e frente “monumental” ou “histórica” ribeirinha, onde a cidade, ao longo dos séculos, apresentou sucessivas frentes / linhas de fachadas que constituíam o “cartão-de-visita” da cidade. Este nível da paisagem histórica é perceptível nos perfis evolutivos do anexo 6 e devia ser mantido e valorizado. O segundo nível abrangia as zonas a norte e a sul do Rossio e a margem direita, zonas nas quais alguns equipamentos (moinhos, fábricas, conventos) constituíam exemplos dispersos da relação histórica da cidade com o rio.

⁵⁸ Pensa-se que o convento virá a instalar o Museu de Leiria. É também aí que se localizava a Casa Mortuária da cidade. O largo de Infantaria 7 abarcava mais um dos estacionamentos de superfície que retiravam a possibilidade de fruição com o Lis.

⁵⁹ Para além desta ETAR, o Sistema Multimunicipal de Saneamento do Lis contempla mais 8 ETAR, 26 estações elevatórias e 339 quilómetros de emissários, que visam recolher, tratar e rejeitar as águas residuais dos municípios da Batalha, Leiria, Marinha Grande, Porto de Mós e Ourém.

2.3 | O PROGRAMA POLIS: “VIVER LEIRIA”

Segundo os documentos de apresentação do programa, o Polis em Leiria tinha como principal objectivo melhorar a qualidade de vida na cidade, através de intervenções urbanísticas e ambientais, com vista a um aumento da atractividade e competitividade no sistema urbano nacional, da afirmação da identidade da cidade e à criação de condições para a afirmação de novas centralidades.⁶⁰

A área de intervenção, definida no Plano Estratégico elaborado no ano de 2000, abrangia cerca de 125 hectares, que compreendiam o Centro Histórico e os espaços adjacentes às margens do Lis dentro do núcleo urbano, entre S. Romão e a Almuinha Grande – o Sistema-Rio. Neste Plano foram definidos os objectivos específicos a atingir:⁶¹ devolver o rio à cidade, devolvendo-lhe o seu carácter estruturante; constituir um percurso pedonal/ciclovia, potenciando a fruição e valorização do património natural, arquitectónico e museológico; criar um “verde contínuo” como estrutura de valorização ambiental e paisagística da cidade; reordenar a malha viária, permitindo a criação de um amplo espaço pedonal ligando o Centro Histórico ao rio.

Os documentos de definição do Polis Leiria indicam que o enquadramento da intervenção se baseava na consideração do elemento natural, o curso de água que atravessa a cidade, como elemento de planeamento e revitalização de uma parte da urbe. A consideração do Sistema-Rio como principal área de trabalho demonstra a utilização das questões ambientais e paisagísticas no planeamento urbanístico. As

⁶⁰ LeiriaPolis, S.A. – **Intervenção do programa Polis em Leiria**, 2007, p. 17.

⁶¹ *Vide.* M.A.O.T. – **Programa Polis: programa de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades – Plano estratégico de Leiria**, 2000, p. 40.

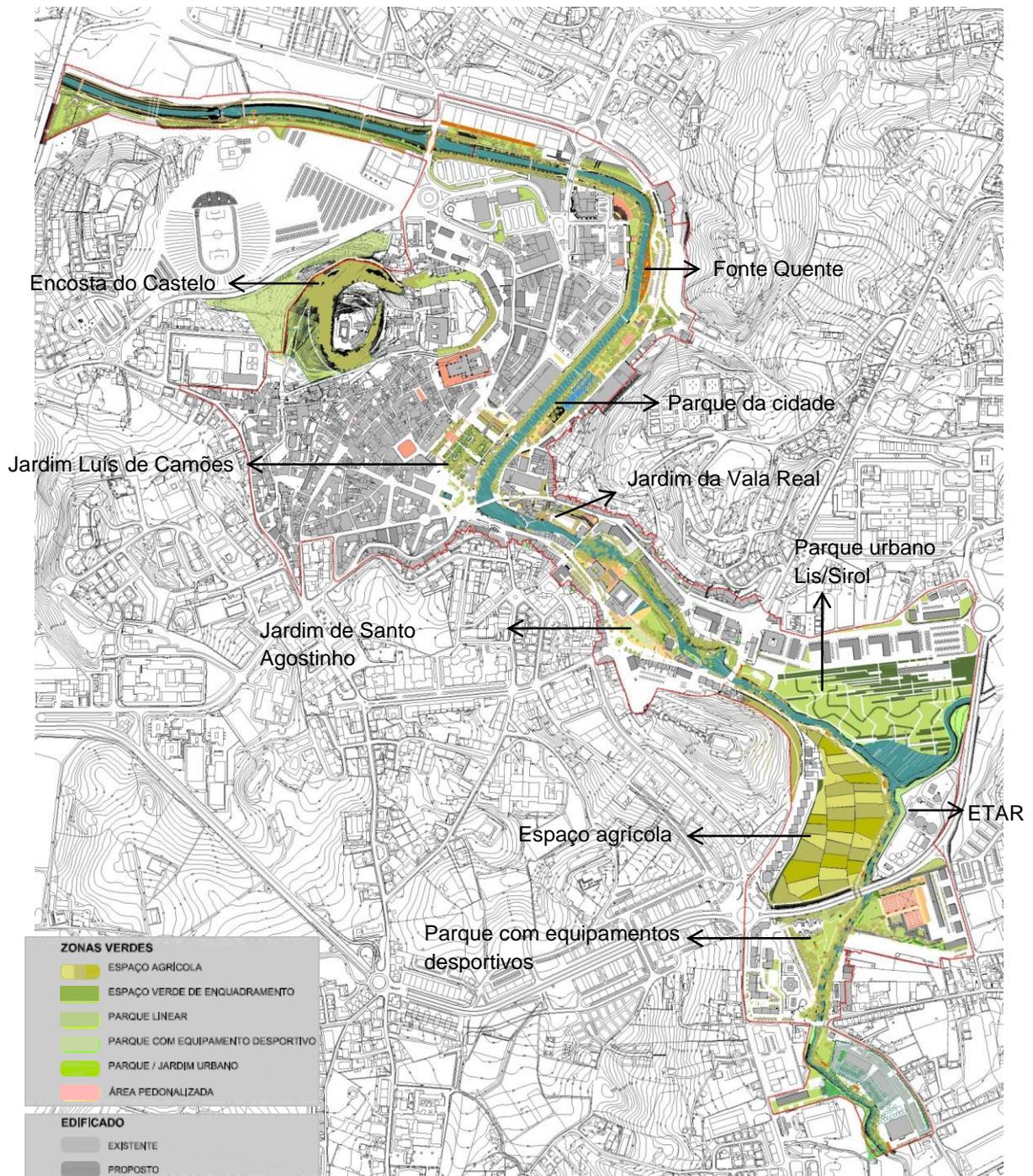


Fig. 56| Planta geral da intervenção.

intervenções previstas para as áreas que compõem o Sistema-Rio implicavam não só a criação de novos espaços públicos, mas também a renovação dos existentes.

Em traços gerais, o Programa Polis em Leiria apoiou-se em quatro linhas de intervenção: a renovação das margens do rio Lis, a revitalização do Centro Histórico, a reestruturação viária e a criação de parques e jardins.

Com o princípio de “devolver o rio” à cidade, pretendiam-se espaços públicos com a qualidade necessária para que a população usufruísse deles. A integração do rio na cidade pretendia também engrandecer os valores históricos, culturais e ambientais. Ao longo do rio Lis foram desenhados percursos pedonais e cicláveis, interligando as várias intervenções, zonas verdes, zonas de lazer e recreio, de forma a dotar a cidade de um verde contínuo com qualidade ambiental. A ligação das duas margens foi melhorada através da criação de um conjunto de pontes pedonais temáticas. Outras pontes existentes foram reformuladas e reconstruídas. Criaram-se corredores novos com espaços verdes renovados e equipados.

*O Sistema-Rio constitui, em traços gerais, uma unidade espacial caracterizada por um elemento estruturador comum – o rio – e por uma problemática de intervenção que mantém alguma homogeneidade ao longo de todo o troço considerado.*⁶²

Nas áreas conhecidas por Zona Histórica foram criados espaços pedonais, renovados outros espaços públicos, espaços verdes, sinalética, mobiliário e equipamento. Construíram-se novas infra-estruturas, procedeu-se à repavimentação e iluminação pública. Promoveram-se as áreas reservadas aos peões, através de uma ligação pedonal do centro da cidade ao rio e foi ainda executado o Parque da Encosta e a iluminação cénica do Castelo.

A zona de intervenção do Programa Polis foi estruturada em quatro Planos de Pormenor, devido à heterogeneidade e morfologia dos espaços que a integravam. Procedeu-se à sua divisão em sete sub-zonas, seis das quais correspondentes ao Plano de Pormenor de Valorização e Requalificação do Sistema-Rio e uma referente

⁶² M.A.O.T. – Programa Polis: programa de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades – Plano estratégico de Leiria, 2000, p. 46.

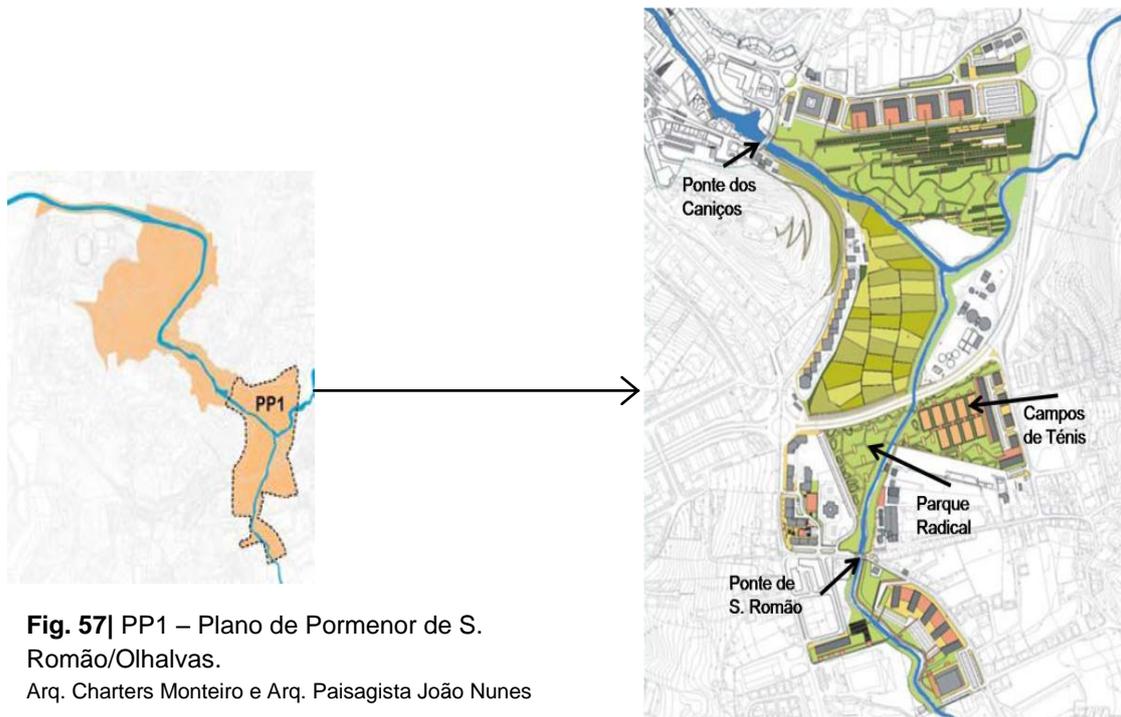


Fig. 57| PP1 – Plano de Pormenor de S. Romão/Olhalvas.
 Arq. Charters Monteiro e Arq. Paisagista João Nunes



Fig. 58| Pavilhão de ténis e parque radical – PP1, depois das intervenções Polis.

ao Plano de Pormenor do Centro Histórico.⁶³ Os três Planos de Pormenor do Sistema-Rio denominaram-se PP1 – Plano de Pormenor de São Romão/Olhalvas, PP2 – Plano de Pormenor de Santo Agostinho e PP3 – Plano de Pormenor de Leiria Centro. Foram elaborados pelas equipas Planorma/PROAP, sobre a coordenação do Arquitecto José Charters Monteiro e do Arquitecto Paisagista João Ferreira Nunes. O PP4 – Plano de Pormenor do Centro Histórico foi submetido a concurso lançado pela Câmara Municipal de Leiria em 1998 tendo sido o Arquitecto Manuel Luís Cabral Teles o seleccionado para a sua elaboração.

O PP1 – Plano de Pormenor de São Romão/Olhalvas compreendeu uma área aproximada de 43,1 hectares agrupada em duas zonas: a zona 1 – São Romão – e a zona 2 – Quinta da Fábrica. A zona 1, cuja ocupação urbana era posterior a 1950, teve por limite Sul o próprio limite da área global de intervenção e por limite Norte o aterro da variante sul.

A zona 2 correspondeu à área entre a variante Sul e a Ponte dos Caniços, sendo nesta zona que se situa a confluência do Lis com a ribeira do Sirol, zona de cheias. Era ocupada desde os anos 80 por construções de loteamentos, com excepção da Quinta da Fábrica que dá nome à zona. Estas duas zonas caracterizavam-se por espaços semi-agrícolas, facilmente inundáveis, de transição do urbano para o rural.

Neste Plano de Pormenor PP1 foi elaborado um conjunto de intervenções, concretizadas na sequência da elaboração dos projectos de execução. Ao longo das margens do Lis foi criado um percurso ciclo-pedonal; a Ponte de São Romão foi reformulada com maior secção de vazão e realinhamento das vias, assim como a criação de uma passagem pedonal sobre a ponte; foram construídas duas novas pontes pedonais – a Ponte Sofá e a Ponte Piquenique; foram criados novos espaços de lazer activo e passivo, entre eles, o Parque de São Romão, que incluiu o parque radical, e o Complexo Municipal de Ténis, na margem direita do rio. A intervenção nestas zonas saldou-se na renovação ambiental das margens do Lis, procurando estabelecer um percurso contínuo, dotado de equipamentos, acompanhando o traçado

⁶³ Um Plano de Pormenor é um instrumento de Gestão Territorial de âmbito Municipal com o objectivo de “desenvolver e concretizar propostas de organização espacial de qualquer área específica do território municipal definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projectos de execução das infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes do Plano Municipal e do Plano de Urbanização” (LeiriaPolis, S.A. – Intervenção do programa Polis em Leiria, 2007, p.25).

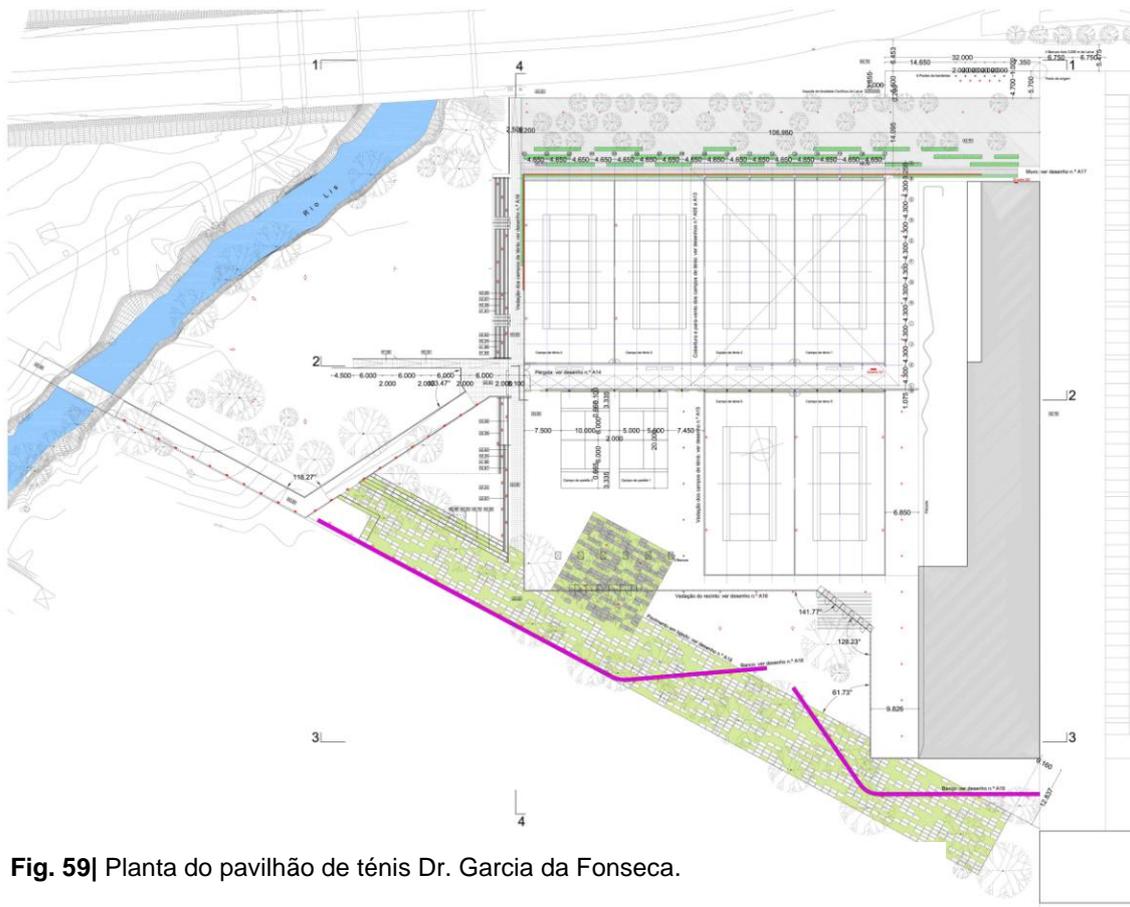


Fig. 59 | Planta do pavilhão de ténis Dr. Garcia da Fonseca.



Figs. 60 e 61 | Zona 1 depois das intervenções – Pavilhão de ténis Dr. Garcia da Fonseca (à esquerda) e parque radical (à direita).

do rio de uma forma agradável. Para que as pessoas desfrutassem dos espaços ribeirinhos houve uma atenção direccionada para as questões funcionais. A prática de desportos radicais em áreas ao ar livre, o desenho de amplos espaços de recreio e zonas verdes, a protecção da envolvente da ETAR e a criação de novas áreas para estacionamento foram algumas das acções levadas a cabo.

Indo de encontro a um dos objectivos do Programa Polis, o de devolver ao rio o seu carácter estruturante na cidade, foram realizadas intervenções em pontes viárias/pedonais paralelamente às obras hidráulicas no rio Lis. Na confluência do Lis com o Sirol foi construído um açude, procedeu-se a um tratamento das margens e a novos aterros. Com a finalidade de uma reordenação da circulação viária e a melhoria do comportamento hidráulico do rio, e resolvendo os problemas de estrangulamentos na secção das pontes, as pontes de São Romão e dos Caniços foram objectos de intervenção, tendo sido a primeira reformulada e a segunda reconstruída. Junto a esta última foi construído um parque infantil com cerca de 1670 m², na margem direita do Lis. Este parque surgiu como remate da zona 2 da intervenção, afirmando-se como um espaço de recreio infantil e integrante de um percurso pedonal e ciclável de ligação da Ponte Piquenique e a reconstruída Ponte dos Caniços.

A par destas intervenções foi desenvolvido pelo Arquitecto José Marini Bragança, o já mencionado Complexo Municipal de Ténis Dr. Rui Garcia da Fonseca:

(...) O Parque Desportivo de S. Romão, foi projectado para servir como um espaço lúdico urbano, numa construção com um carácter intemporal. Ao atravessar a ponte da margem esquerda para a margem direita, deparamos com um prado. O percurso pedonal entre a ponte e os campos de ténis é feito por um passadiço assente em pilares, pois esta é uma superfície sujeita a inundações.⁶⁴

Este equipamento desportivo compreende duas tipologias distintas de espaços, a área de enquadramento e acesso público que o envolve, e uma área concessionada ao Clube da Escola de Ténis de Leiria (CETL). “Toda esta zona foi objecto de uma requalificação do espaço público e infra-estruturas, taludes e zonas verdes, com a introdução de espécies vegetais distintas, no troço da margem direita do rio Lis, no complexo desportivo e no espaço público.”⁶⁵ Em termos de edificado, foi proposto um conjunto de infra-estruturas e loteamento para a construção do remate urbano Lis/Sirol. Situado junto de uma das principais vias de acesso à cidade, esta

⁶⁴ Memória descritiva do Parque Desportivo de São Romão – Leiria.

⁶⁵ LeiriaPolis, S.A. – **Intervenção do programa Polis em Leiria**, 2007, p. 39.

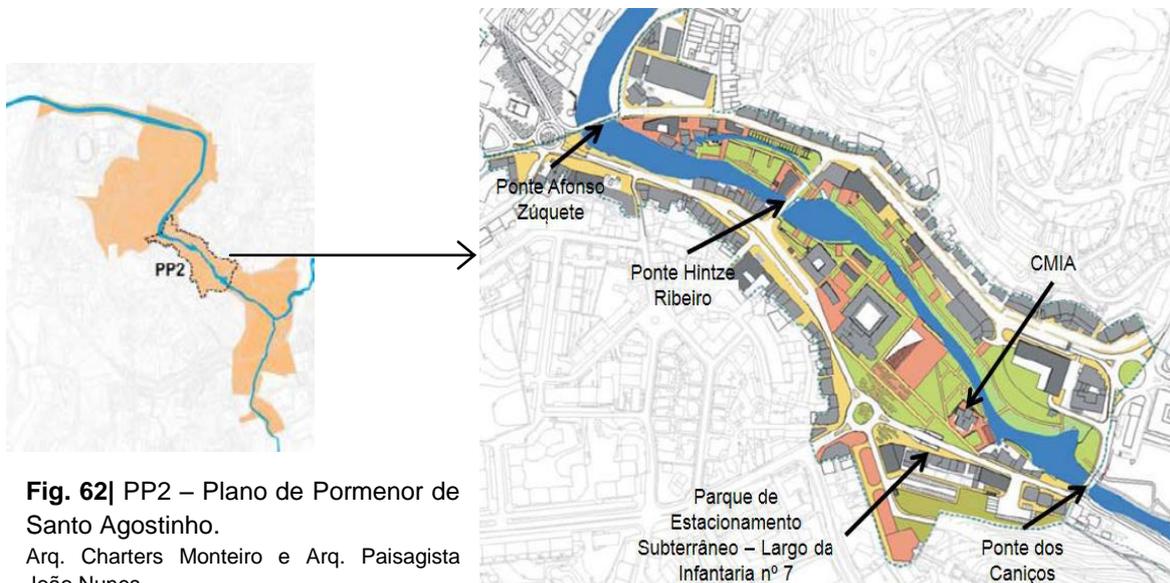


Fig. 62| PP2 – Plano de Pormenor de Santo Agostinho.
 Arq. Charters Monteiro e Arq. Paisagista João Nunes



Fig. 63| Zona 3 depois das intervenções – Largo de Santo Agostinho.

frente deverá funcionar como primeiro cenário de Leiria. Nesta zona norte das Olhalvas foi previsto ainda o Parque Urbano Lis/Sirol, composto por zonas verdes atravessadas por percursos rampeados pedonais e cicláveis, uma piscina e um edifício de apoio, com cafetaria, balneários, instalações sanitárias públicas, etc. Junto do pavilhão de ténis está prevista também uma frente urbana de loteamento e infra-estruturação. O arruamento entre a Ponte dos Caniços e a Quinta da Fábrica, antiga Rua da Fábrica do Papel, actualmente conhecida por Rua Roberto Ivens, sofreu um reperfilamento e repavimentação. Procedeu-se ainda ao tratamento do talude da encosta do Morro da Encarnação.

O PP2 – Plano de Pormenor de Santo Agostinho totalizou cerca de 14,2 hectares e constou de uma única zona – a zona 3 – Ponte dos Caniços/Ponte Hintze Ribeiro. Desenvolveu-se no troço central do Lis, entre as duas pontes referidas, numa das mais antigas zonas ocupadas de Leiria:

*Pela sua história, ocupação e conflitualidade entre os elementos que a constituem, é uma das zonas de intervenção mais complexa e também mais decisiva e importante para a reestruturação do Sistema-Rio no contexto da história e da própria cidade de Leiria.*⁶⁶

A sub-zona integrada por este plano compreendeu as estruturas do antigo Moinho de Papel, o Convento e jardins de Santo Agostinho, o actual edifício da Cruz Vermelha e as estruturas de moinhos antigos na envolvente à vala real medieval.

Este Plano de Pormenor propôs a continuação do percurso ciclo-pedonal ao longo das margens do rio, renovando ambas as margens. Foram propostas duas novas pontes pedonais temáticas – a Ponte Balcão e a Ponte Bar. Na tentativa de melhoria das acessibilidades e incremento das áreas pedonais na cidade, foi construído o parque de estacionamento subterrâneo no Largo de Infantaria 7, junto ao Convento de Santo Agostinho, aproveitando a respectiva área à superfície para um novo espaço público livre de estacionamento automóvel. Foram, assim, criados 212 lugares de estacionamento. A concepção da organização espacial emergiu da ideia da materialização de um eixo iniciado na cabeceira da igreja e que se prolongava até ao Moinho de Papel, constituindo-se como uma alameda pedonal estruturante de todo o novo desenho urbano. Para o lado do rio, a Nascente, a alameda passou a limitar um

⁶⁶ M.A.O.T. – Programa Polis: programa de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades – Plano estratégico de Leiria, 2000, p. 51.



Figs. 64 e 65 | Zona 3 depois das intervenções – Largo de Santo Agostinho.



Figs. 66 e 67 | Zona 3 depois das intervenções – Moinho de Papel.

conjunto ajardinado e arborizado, enquanto, para Poente, o remate foi desenhado por um conjunto de clarabóias que se fazem acompanhar por uma quadrícula ajardinada. No interior do estacionamento o eixo corresponde à principal via de distribuição da circulação automóvel, é a luz zenital das clarabóias que marca o entroncamento dos eixos que lhe são perpendiculares. Entre o antigo convento e o Moinho de Papel, a Casa Mortuária foi reconvertida no Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CIA). O interior do edifício foi adaptado às acções de monitorização e sensibilização ambientais. É composto por vários espaços interligados e polivalentes (centro de recursos, espaço multiusos, laboratório), área administrativa, armazém, cafetaria e esplanada. Este equipamento teve como objectivo a promoção e desenvolvimento do potencial participativo da comunidade escolar de modo a desenvolver a consciência ecológica de professores e alunos, contribuindo para a sensibilização ambiental dos cidadãos. O projecto resultou de um concurso aberto para recém-licenciados da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, tendo sido seleccionado o da Arquitecta Ema Paula de Sousa Abreu. A Casa Mortuária de Leiria foi, também no âmbito do Programa Polis, reconstruída junto ao cemitério, de acordo com o projecto elaborado pelo Arquitecto Rui Ribeiro.

Era nesta última zona que se implantava o Moinho de Papel, datado de 1411, o primeiro moinho de fabrico de papel em Portugal. Integrado nas intervenções do Polis, foi objecto de recuperação e reconversão. O projecto da autoria do Arquitecto Álvaro Siza compreendeu *a recuperação do edifício existente, a construção de um corpo novo e o tratamento e requalificação dos espaços exteriores adjacentes*⁶⁷, para além da recuperação do equipamento hidráulico e tecnológico do funcionamento do moinho. O edifício existente foi sectorizado em três: fabrico de papel, moagem de cereais e cafetaria com esplanada. O novo edifício construído alberga os programas de recepção, a área de memória industrial e as instalações sanitárias para o público. Os passeios e estacionamentos foram renovados, as valas tratadas e renovadas as áreas ajardinadas.

O PP2 incluía ainda a requalificação urbana do largo do antigo matadouro, assim como do espaço público em frente ao antigo Liceu Rodrigues Lobo, que incluíam pavimentações, zonas verdes, tratamento de muros, mobiliário urbano e sinalética. Também a reformulação do espaço público no largo do antigo hospital e do espaço exterior público de modo a criar uma praça de entrada no Parque da Cidade constaram do conjunto de propostas. Nestas zonas ficaram áreas ainda por recuperar,

⁶⁷ **Moinho do papel**, 2009, p. 13.

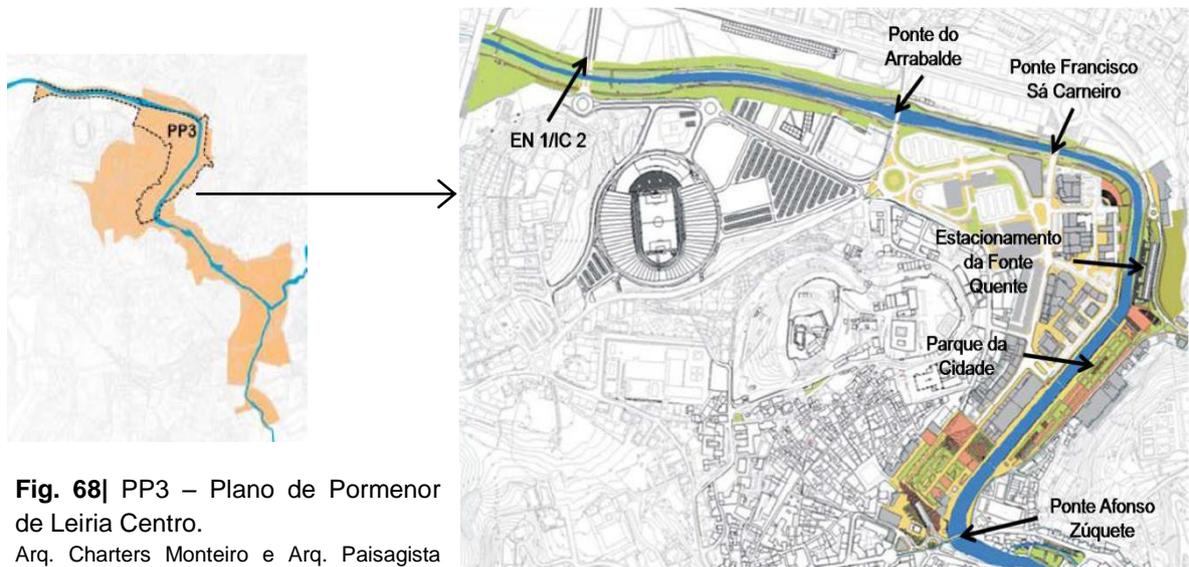


Fig. 68| PP3 – Plano de Pormenor de Leiria Centro.
 Arq. Charters Monteiro e Arq. Paisagista João Nunes



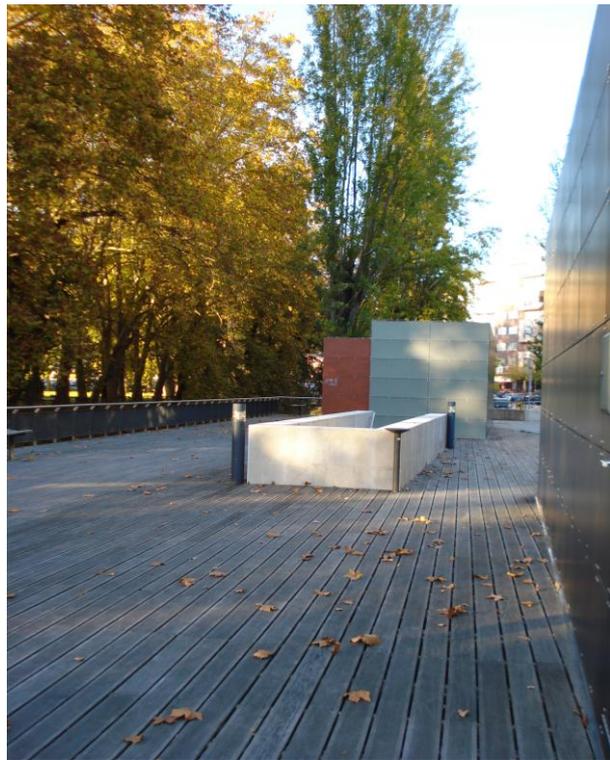
Fig. 69| Zona 4 depois das intervenções – Rossio.

como é o caso da que está compreendida entre o edifício da EDP e os Caniços e a antiga Vala Real. Está prevista a criação de um espaço verde urbano linear equipado, na margem direita do Lis, no troço entre a EDP e os Caniços, com intenção de recuperar as margens do rio e integrá-las no conjunto urbano. Está também programado o Jardim da Vala Real, no espaço não construído desde o rio até à Rua de Tomar. A partir deste espaço será construída uma ponte de atravessamento pedonal sobre o rio – a Ponte dos Três Arcos, de forma Y. Está prevista a demolição do acrescento da Junta de Freguesia de modo a criar uma passagem para o Jardim da Vala Real, assim como de um edifício antigo devoluto na beira-rio de forma a permitir o atravessamento do rio mediante a ponte pedonal mencionada.

O terceiro Plano de Pormenor, PP3 – Plano de Pormenor de Leiria Centro abrange três zonas num total de 28,9 hectares. Compreende os espaços centrais de Leiria, entre a Ponte Hintze Ribeiro e o limite norte da zona de intervenção, a Almuinha Grande. As sub-zonas integradas neste plano foram: zona 4 – Jardins / Marachão, que corresponde aos espaços criados desde o século XIX até aos anos 30 do século XX após a regularização definitiva do leito do rio; zona 5 – Ponte Sá Carneiro / Ponte do Arrabalde, área ocupada a partir dos anos 50, com maior relevância depois dos anos 70 com a construção do mercado municipal; zona 6 – Ponte do Arrabalde / EN1, a área mais a jusante do troço urbano do rio Lis. Nestas zonas incluíram-se os espaços mais relevantes do Sistema-Rio – o Rossio de Leiria, o Parque da Cidade e o antigo passeio público (Marachão). Pretendeu-se dar uma continuidade no percurso ribeirinho até à actual zona desportiva da cidade, junto ao estádio municipal, e reformular estes espaços existentes que se encontravam em estado de degradação e abandono: *esta área de intervenção é decisiva para a dinâmica da cidade, por um lado, dada à sua íntima relação com o Centro Histórico e, por outro, pelo facto de constituir uma das zonas socialmente mais vividas e apetecíveis.*⁶⁸

Na sub-zona 4 de intervenção foi proposta a renovação do Rossio de Leiria, do Parque da Cidade, do Marachão e do espaço conhecido como “Fonte Quente”. O Rossio compreende um conjunto de espaços públicos inter-relacionados – a Praça Goa, Damão e Diu, denominada Fonte Luminosa, o Largo 5 de Outubro de 1910 e o Jardim Luís de Camões, incluindo ainda o antigo Passeio Público, desde o edifício do Turismo até ao terminal rodoviário. Estes espaços representam um conjunto urbano histórico, com dinâmicas funcionais e dimensão social. São os mais conceituados

⁶⁸ LeiriaPolis, S.A. – **Intervenção do programa Polis em Leiria**, 2007, p. 31.



Figs. 70, 71, 72 e 73 | Zonas 4,5 e 6 depois das intervenções – Rossio; Parque da Fonte Quente; ciclovia ao longo do Rio Lis.

espaços públicos do centro da cidade, albergando, por isso, diversas funções e pessoas de todas as classes etárias. O desenho de projecto parte das linhas de força que o jardim imprime às áreas envolventes. Desenvolveu-se a partir de eixos articulados e cruzados de materiais inertes e vegetais, pretendendo transmitir uma ideia de continuidade do espaço do jardim para o restante espaço público, como se o jardim se prolongasse desde o rio, pela malha urbana, até ao morro do Castelo. É evidente nesta intervenção a ideia de “recoser” o rio à cidade, através de desenho urbano. Os largos são pedonalizados, funcionam como espaços de lazer, recreio, passeio, de estar e jardim, com a possibilidade de realização de eventos. No Plano Estratégico constava um túnel que atravessaria todo o Largo 5 de Outubro de 1910 e libertava a área da circulação viária, adquirindo um carácter unicamente pedonal. Esta ideia acabou por ser abandonada na sequência dos resultados do processo de Inquérito Público do PP3. No entanto, este conjunto de espaços públicos conseguiu obter prioridade pedonal, para os cidadãos, embora seja compatibilizada com o trânsito automóvel. Estes espaços foram dotados de equipamentos de restauração e comércio, estando ainda previstos um novo quiosque-esplanada, uma banca de vendas e remodelação dos sanitários existentes. A imagem desta zona da cidade ganhou foi totalmente alterada através de trabalhos de repavimentação, mobiliário urbano, iluminação pública e sinalética.

Outro espaço onde o Programa Polis interveio foi o Parque Tenente Coronel Jaime Filipe da Fonseca, o Parque da Cidade, situado na margem direita do rio Lis. Este sofreu uma remodelação e reformulação totais, quer na sua apresentação física, quer em termos funcionais. Na procura de uma melhor relação do espaço urbano com o rio foram criados espaços verdes interligados. O antigo parque adquiriu um novo aspecto através de construções de equipamentos públicos urbanos novos, com funcionalidades lúdicas e recreativas para vários escalões etários da população e que possibilitam diversas vivências ao longo do ano. Actualmente, encontram-se neste parque os campos de ténis, que numa segunda fase se mudarão para as novas instalações em São Romão, libertando este espaço e possibilitando a construção da obra. A Rua Comissão da Iniciativa, que limita o parque a Sudeste, sofreu reperfilamento e foi melhorada em termos de passeios pedonais. O leito do Lis foi limpo, os muros foram melhorados e procedeu-se ao tratamento da vegetação das margens.

O espaço da “Fonte Quente” foi também renovado. Foi construído um parque de estacionamento semi-enterrado, permitindo uma reordenação do espaço público à superfície. Leiria ganhou um total de 243 lugares de estacionamento automóvel, 160



Fig. 74 | Zona 6 depois da intervenção Polis (limite Norte da intervenção).

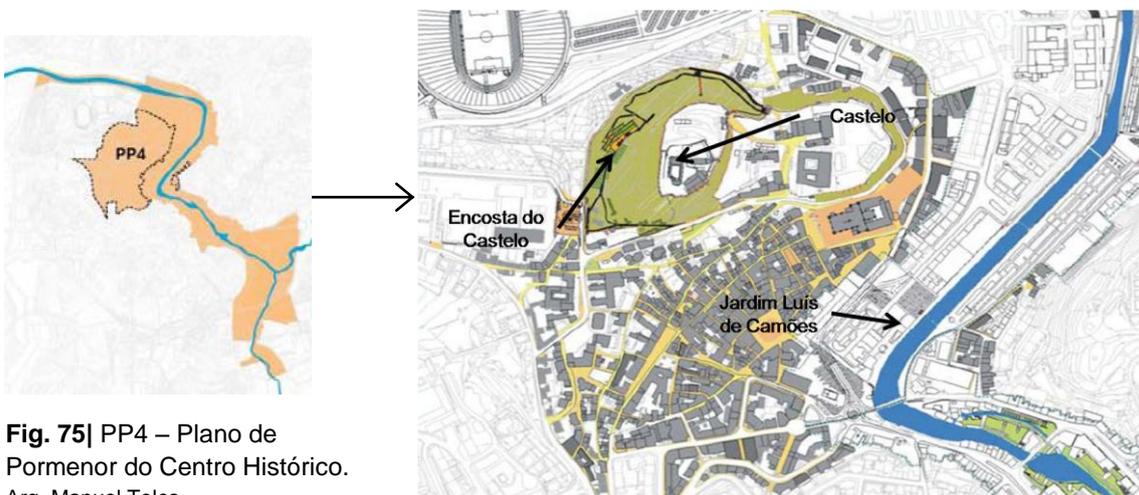


Fig. 75 | PP4 – Plano de Pormenor do Centro Histórico.
Arq. Manuel Teles

dos quais no piso subterrâneo e os restantes 83 à superfície. Procedeu-se ao tratamento do espaço público, dotando-o de equipamentos com serviços de utilização colectiva. Foram instalados cinco quiosques, com predominância material de contraplacados de madeira que albergam instalações sanitárias públicas, uma cafetaria e um quiosque de venda de ingressos e pagamentos. As diferentes funções foram estudadas de modo a serem compatibilizadas com a paisagem procurando integrar-se com o espaço envolvente. Com a justificação de um melhor aproveitamento dos recursos proporcionados pelo Lis, foi construído um novo açude. O novo açude da Fonte Quente pretendeu funcionar como uma espécie de barragem móvel com quatro comportas montadas entre pilares laminares que se orientam no sentido transversal do rio, e ser uma solução flexível e compatível com as variações de caudal do Lis. No limite desta sub-zona, foi executado o alargamento e a renovação da Ponte do Arrabalde, fundamentalmente o aumento da zona de atravessamento pedonal com a construção de passeios laterais em estrutura metálica sobre betão armado.

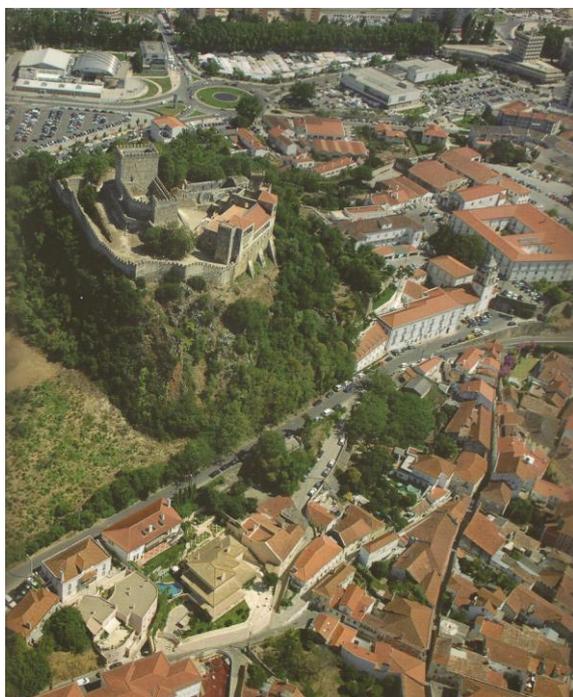
Na sub-zona 5, entre as pontes do Arrabalde e a de Sá Carneiro, prolongou-se o percurso ciclo-pedonal ao longo do rio, imprimindo-lhe uma continuidade. As faixas arbóreas foram arranjadas e renovadas.

Junto ao Estádio Municipal, na sub-zona 6, entre as pontes de Sá Carneiro e a do IC2, procedeu-se à reabilitação e reconversão do espaço ribeirinho através da implementação de infra-estruturas que potenciam a prática de actividades associadas ao elemento natural: canoagem, pesca e lazer. Ao longo do traçado ciclável e pedonal destacam-se alguns pontos de interesse, entre eles, o apoio náutico, um quiosque, esplanada, os pesqueiros e o pontão flutuante. Nas margens foram ainda plantados novos exemplares de espécies vegetais.

O último Plano de Pormenor é o único que não faz parte directamente do Sistema-Rio. O PP4 – Plano de Pormenor do Centro Histórico, com uma área aproximada de 38,2 hectares, corresponde ao tecido urbano mais antigo da cidade, com elevado valor histórico, cultural e ambiental, que inclui o morro do Castelo, núcleo da génese de Leiria, e a malha medieval que se abriu em direcção ao rio Lis. Pelo acentuado interesse patrimonial de alguns edifícios, parecia fundamental conservar, recuperar e valorizar as características da malha urbana, assim como as características arquitectónicas. A área que lhe corresponde é a designada sub-zona 7. Pequenas praças e ruas notáveis da cidade foram renovadas: procedeu-se à



Fig. 76 | Zona 7 depois das intervenções – Iluminação cénica do castelo.



Figs. 77 e 78 | Zona 7 depois das intervenções – Encosta do castelo.

repavimentação desses espaços, à ordenação de infra-estruturas, iluminação pública, sinalética e mobiliário urbano.

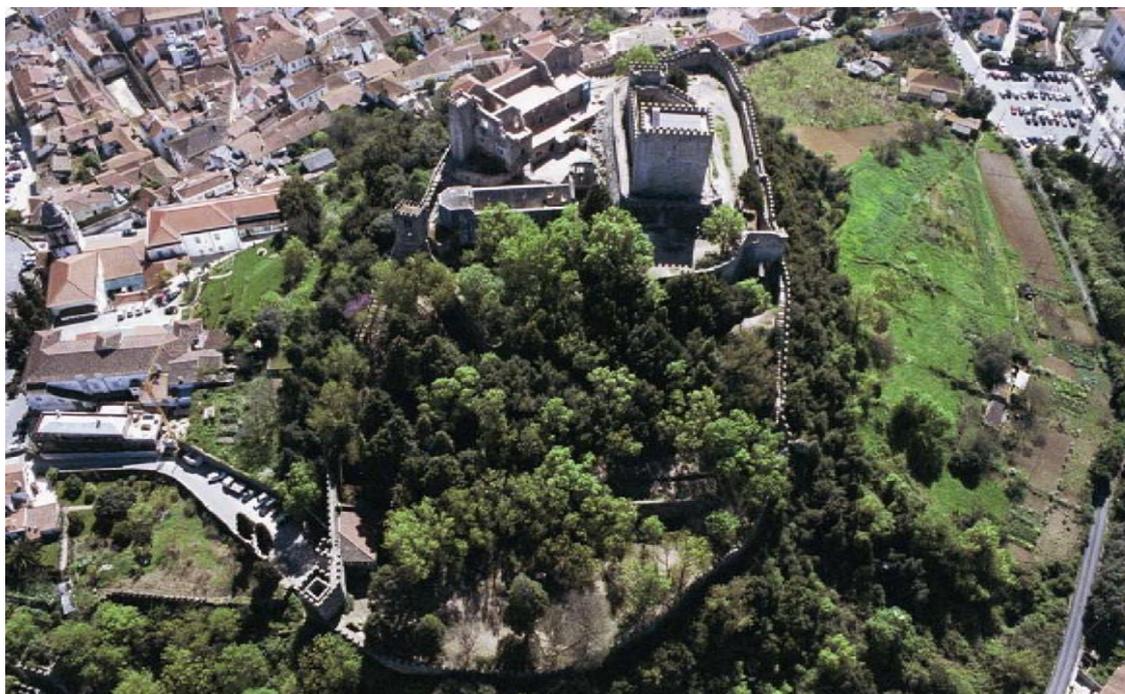
A sociedade LeiriaPolis procedeu também à Iluminação Cénica do Castelo de Leiria, com o objectivo de realçar o seu “carácter histórico-artístico”, com destaque para os elementos arquitectónicos mais relevantes. Um cenário nocturno que surpreendeu muitos Leirienses e modificou radicalmente a imagem nocturna da cidade, com jogos de luz e sombras. Os elementos que mereceram destaque iluminativo foram as Muralhas, as Portas do Castelo, a Torre dos Sinos, a Igreja de Santa Maria da Pena, os Paços Novos, a Torre de Menagem, a Porta da Traição, a Casa da Guarda, as Ruínas da Colegiada, o Pátio Interior e os Celeiros Medievais. Foram tratadas as zonas de circulação no interior das muralhas, no sentido de uma valorização a nível estético e a nível de segurança para os visitantes.

A criação do Parque Verde da Encosta do Castelo, construído na vertente norte do morro, pretendeu valorizar ambientalmente essa zona e criar novas acessibilidades pedonais entre o Norte da cidade e o Centro urbano. A renovação do parque teve como objectivos a criação de uma zona de protecção do Castelo para lazer e recreio passivo da população, a correcção dos sistemas hidrológicos e implantação de zonas de estadia onde o declive é mais suave, a resolução de problemas de manutenção das muralhas sujeitas a degradação, o enquadramento cénico do Castelo e a estabilização das superfícies livres.⁶⁹

Ainda dentro deste Plano de Pormenor, foi executado o projecto para as novas instalações do Museu da Imagem em Movimento (MIMO), que se encontrava no Mercado Santana. A nova implantação é numa das zonas mais notáveis da cidade, junto à Igreja de São Pedro, no principal acesso ao Castelo. Este edifício é composto por um conjunto de três corpos ainda com vestígios de construções medievais, completado por um pátio anexo à Igreja de São Pedro. A estrutura existente é constituída por paredes exteriores de alvenaria de pedra e madeira consoante os pisos, com cobertura em telha. O espaço interior parece revelar-se bastante flexível, com várias possibilidades de utilização. O museu veio revitalizar esta zona da cidade pelo interesse das actividades de carácter social e educativo que oferece, e pela recuperação de edifícios degradados e abandonados com grande valor patrimonial.

Foi criado um conjunto de pontes pedonais sobre o Lis que permitem diversas ligações entre as diferentes áreas urbanas da cidade. Os projectos das pontes foram

⁶⁹ Vide. LeiriaPolis, S.A. – **Intervenção do programa Polis em Leiria**, 2007, p. 65.



Figs. 79 | Zona 7 depois das intervenções – Encosta do castelo.



Figs. 80 e 81 | Ponte Sofá e Ponte Piquenique.

apresentados pelo *atelier* dos arquitectos holandeses MVRDV, tendo sido o primeiro trabalho da equipa em Portugal. Constituem-se como uma importante intervenção urbana, em termos de funcionalidade e imagem, sendo por isso o “projecto de referência” do Polis de Leiria. Esta intervenção pretendeu funcionar como um todo, embora partindo de cinco elementos distintos, baseada num elemento comum, a linha de água e numa “história” que pretende dar exemplo e ensinar formas de fruição respeitadora do meio ambiente. São elas a ponte do Parque de São Romão – a Ponte Sofá ou *Sofá Bridge* (fig. 80), a ponte do Parque das Olhalvas – a Ponte Piquenique ou *Picnic Bridge* (fig. 81), a ponte do jardim de Santo Agostinho – a Ponte Balcão ou *Balcony Bridge* (fig. 82), a ponte do Convento de Santo Agostinho – a Ponte Bar ou *Bar Bridge* (fig. 83) e a ponte do Mercado Municipal – a Ponte Parque Infantil ou *Playground Bridge* (fig. 84). Numa segunda fase está prevista a construção de uma nova Ponte dos Três Arcos, junto ao Jardim da Vala Real, estando o projecto da mesma equipa projectista já concluído. Esta, designada *T(h)ree Bridge*, fará a ligação da Rua Tenente Valadim ao futuro Jardim da Vala Real e ao largo da antiga Ponte dos Três Arcos. Consiste numa estrutura com três apoios que permitirá o acesso a três espaços distintos, actualmente descontínuos, assegurando a sua continuidade e valorizando, desta forma, espaços públicos entretanto intervencionados.

Segundo uma publicação do Polis, “*o que se propôs foi o lançamento de uma intervenção urbana com características culturais, de valorização ambiental e de animação, com fins turísticos*”.⁷⁰

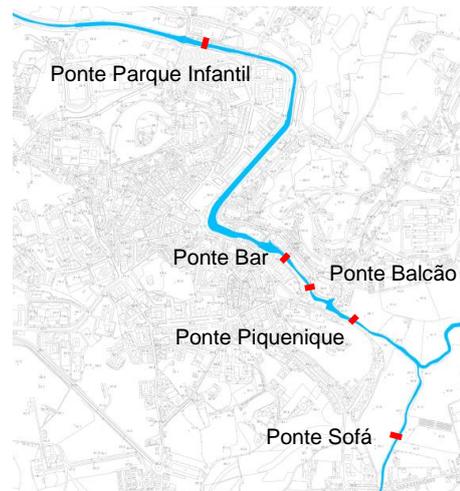
A Ponte Sofá situa-se no PP1, no Parque de S. Romão. Trata-se de uma pequena estrutura onde foi colocado um sofá, um candeeiro e um caixote do lixo, em tons de cor-de-rosa, recriando uma pequena sala de estar sobre o rio Lis.

Ainda no PP1, no Parque das Olhalvas, a Ponte Piquenique *transforma-se num vale com mesas e bancos para se tomar a refeição*.⁷¹ É usada relva artificial excepto nas áreas de estar, criando um ambiente rural iconográfico de um piquenique.

A Ponte Bar e a Ponte Balcão, que situam-se já no PP2, fazem as ligações entre as margens do Lis na zona do antigo Convento de Santo Agostinho. A primeira, proporciona um momento de pausa, agradável, para desfrutar a vista, quer sobre o rio, quer do Convento e do Castelo. É criado um espaço de estar, um bar com 19,25 metros de comprimento de balcão. A segunda ponte faz a ligação do Jardim de Santo Agostinho à margem direita do rio. É uma ponte que iconografa uma “auto-estrada”

⁷⁰ LeiriaPolis – Os projectos e as intervenções na cidade. Conheça os rostos do Polis, 2008, p. 26.

⁷¹ *Ibidem*.



Figs. 82, 83 e 84 | Ponte Bar, Ponte Balcão e Ponte Parque Infantil.

que espera um grande fluxo de trânsito pedonal. O percurso é interrompido por uma varanda que permite às pessoas um momento de descanso, um pouco à semelhança das estações de serviço das auto-estradas. A ponte foi pintada com a tinta reflectora que se usa na marcação das estradas, o que faz com que a ponte reflecta uma luz forte à noite. Na zona da varanda foi colocado um relógio com uma luz branca intensa. A analogia deve-se ao facto da ponte se inserir numa das zonas mais movimentadas da cidade, com pessoas a passar constantemente.⁷²

A última ponte construída é a Ponte Parque Infantil, situada na zona de equipamentos desportivos da cidade, na área abrangida pelo PP3. Esta contém um conjunto de equipamentos e mobiliário de parques infantis, cujo piso é coberto com relva artificial azul. A estrutura é coberta com uma rede de nylon azul. A *Playground Bridge* faz a ligação desta área desportiva a uma recente zona habitacional da cidade.

⁷² <http://www.mvrdv.nl/#/projects/239leiriapedestrianbridges>

PARTE 3

ANÁLISE COMPARATIVA DO ANTES E PÓS POLIS



Fig. 85| Rio Lis

3.1 | A NÍVEL ESTÉTICO E PAISAGÍSTICO

*“A vista de Leiria é fundamental para a compreensão da cidade: nela vemos a agitação de um dia de mercado, inflectindo os relatos que durante anos falaram de praças e ruas desertas.”*⁷³ A imagem de uma cidade transmite a sua identidade. Tal como nós, a cidade possui uma identidade própria. Possui uma história, uma cultura, uma geografia, baseada em referências simbólicas e concretas. É através da representação dessas expressões culturais, históricas e imagéticas que a identidade é criada e fixada. Cada cidade, ou cada lugar, transmite uma determinada marca visual de referência que faz com que as pessoas estabeleçam relações entre o espaço e a imagem mental que dele conservam:

*“(...) As pessoas possuem uma relativamente coerente e detalhada imagem mental da sua cidade, criada na interacção entre ser e lugar.”*⁷⁴

A cidade, actualmente, não se reduz a um espaço mais ou menos limitado com o qual o indivíduo identifica uma imagem. A cidade é policêntrica, é dispersa, mas, ainda assim, a marca de simbolismo e tradição que a referencia é o núcleo antigo de origem. A presença física e emblemática da cidade medieval faz com que esta prevaleça sobre os restantes fragmentos que constituem a actual cidade: *“assume-se a cidade tal como hoje ela é, dispersa, fragmentada e policêntrica, mas ainda referenciada, talvez mesmo dominada, pela presença física e simbólica da antiga cidade contínua.”*⁷⁵ A imagem da cidade transmite não só a presença dos

⁷³ ESTRELA, Jorge – **Leiria no tempo das invasões francesas**, 2009, p. 19.

⁷⁴ *Apud* ANTUNES, Inês – **Leiria: palco de comunicação**, p. 49.

⁷⁵ CARVALHO, Jorge – **Ordenar a cidade**, 2003, p. 31.



Figs. 86, 87 e 88 | Sucessão temporal de vistas sobre o Rossio: 1839, 1843 e 1870.

elementos que a compõem, mas também deixa transparecer o que nela se passa, funcionando como uma projecção da vivência urbana. Assim, a imagem apoia-se numa relação de similitude com a própria cidade. Segundo Lucrecia Ferrara⁷⁶ a compreensão da imagem urbana baseia-se em três aspectos fundamentais: visibilidade, legibilidade e funcionalidade. Para a autora a imagem visual da cidade é utilizada para a transmissão de uma imagem cultural, e, do mesmo modo que expõe aquilo que deve ser visto, pode também ocultar o que é difícil de ser aceite socialmente, funcionando como um cenário da realidade. É baseado neste carácter representativo e de aparência da cidade que esta se constrói como metáfora de uma ideia de cidade.

*“(..). A imagem fotográfica tem o poder de reter, fixar, congelar a realidade no espaço e no tempo”.*⁷⁷ Leiria é uma cidade que, logrando de uma posição centrada no território português, possui um carácter visual muito marcante, uma vez que funcionava como local de passagem obrigatório entre Lisboa e Porto. Era a partir desse ponto de passagem, junto à medieval Ponte dos Três Arcos, que a cidade era representada:

*Uma boa parte das imagens que nos chegaram de Leiria do século XIX mostram a cidade vista de um ângulo que não varia mais do que umas dezenas de metros. Em primeiro plano, a curva do rio e a ponte de três arcos de origem medieval, depois a vastidão do Rossio, fechado pelo Convento de Santana, o Palácio dos Marqueses de Vila Real e as suas dependências e, finalmente, a Sé. O aglomerado do casario encosta-se ao monte onde se eleva um castelo vigilante, mais ou menos proeminente conforme o gosto dos desenhadores.*⁷⁸

Esta é a descrição que, século após século, vai marcando as diferentes imagens de Leiria. É a imagem a partir deste ângulo de visão que fica na memória e que, desde então, é a marca de referência da cidade. A sucessão temporal de imagens é a expressão de uma história e de uma cultura. Com estas referências visuais a nostalgia de um passado, no qual o rio era elemento integrante das vivências da população, faz-se exprimir. Não só a identidade é definida e marcada pela paisagem. A estética urbana tem também uma forte influência no carácter competitivo e atractivo da cidade, que o Polis se propôs a dar resposta. *“A competitividade urbana*

⁷⁶ FERRARA, Lucrecia D’Aléssio – Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental, 1993, p. 251.

⁷⁷ *Ibidem*, p.267.

⁷⁸ ESTRELA, Jorge – **Leiria no tempo das invasões francesas**, 2009, p. 16.



Figs. 89, 90 e 91 | Sucessão temporal de vistas sobre o Rossio: 1873, 1894 e a actual, 2010.

*depende do que as cidades têm para oferecer às pessoas e às actividades que nelas se localizam – a sua atractividade – bem como da competitividade das suas actividades nos mercados externos.*⁷⁹ Como tal, não se pode oferecer sem antes parecer. É preciso deixar transparecer o que de melhor a cidade foi, é, e tem para oferecer às pessoas.

Através dos registos existentes do passado de Leiria, podem ser hipoteticamente cartografadas várias fases da cidade. Através da análise das plantas evolutivas esquemáticas (anexos 1 a 4), é evidente que uma das zonas que sofreu mais alterações, e que mais influenciou a ligação entre cidade e rio, foi precisamente a área junto à curva do Lis. No início do século XVIII, atravessando a antiga estrada real, de ligação Lisboa – Porto, a imagem de Leiria nada tem a ver com a imagem que hoje dela se tem. “*Podemos observar o Rossio (...) e, ao longe, junto às casas, o muro que protegia o pequeno rio que corria paralelamente à Rua da Água (hoje Rua Comandante João Belo)*”⁸⁰. O perfil 1 (anexo 6) mostra a frente que dava para o Rossio: o Palácio dos Marqueses da Vila Real que se fazia acompanhar pelo arco que ligava à antiga Praça de S. Martinho, cerca de 1850. Do outro lado, o Convento de Santana e a Igreja do Espírito Santo. No final deste século a imagem fotográfica já diferia bastante (perfil 2 – anexo 6): já havia sido construído o Teatro D. Maria Pia, o Convento de Santana estava em ruínas devido às invasões francesas e, posteriormente, em 1900, o palácio foi demolido dando lugar a novos edifícios que alteraram por completo a frente de rio. Por esta altura estava já edificado o edifício hoje ocupado pela loja Zara. Este era o espaço por eleição para a reunião e ajuntamento social, o espaço dos leirienses. É este carácter social que o Polis vai tentar renovar, tornando-o mais pedonal. “*A cidade não conta o seu passado, ela contém-no.*”⁸¹ A paisagem urbana, constituída não por elementos naturais mas por elementos criados pelo homem, está em constante transformação e corresponde ao registo de sucessivos momentos da história da cidade. Esta retrata o passado, dando mostras de antigas vivências e convicções da sociedade. A paisagem / imagem urbana refere-se, assim, não apenas a um espaço, mas a uma época, ao tempo, associados a um modo de viver a cidade:

⁷⁹ [http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/parameters/ccdr-
alg/files/File/upload//PO Algarve 21/Regulamentos Enquadramento/Redes Urbanas Relat Final.pdf](http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/parameters/ccdr-
alg/files/File/upload//PO Algarve 21/Regulamentos Enquadramento/Redes Urbanas Relat Final.pdf)

⁸⁰ ESTRELA, Jorge – **Leiria no tempo das invasões francesas**, 2009, p. 21.

⁸¹ CALVINO, Ítalo – **Cidades invisíveis**. 6ª ed., 2003, p. 14-15.

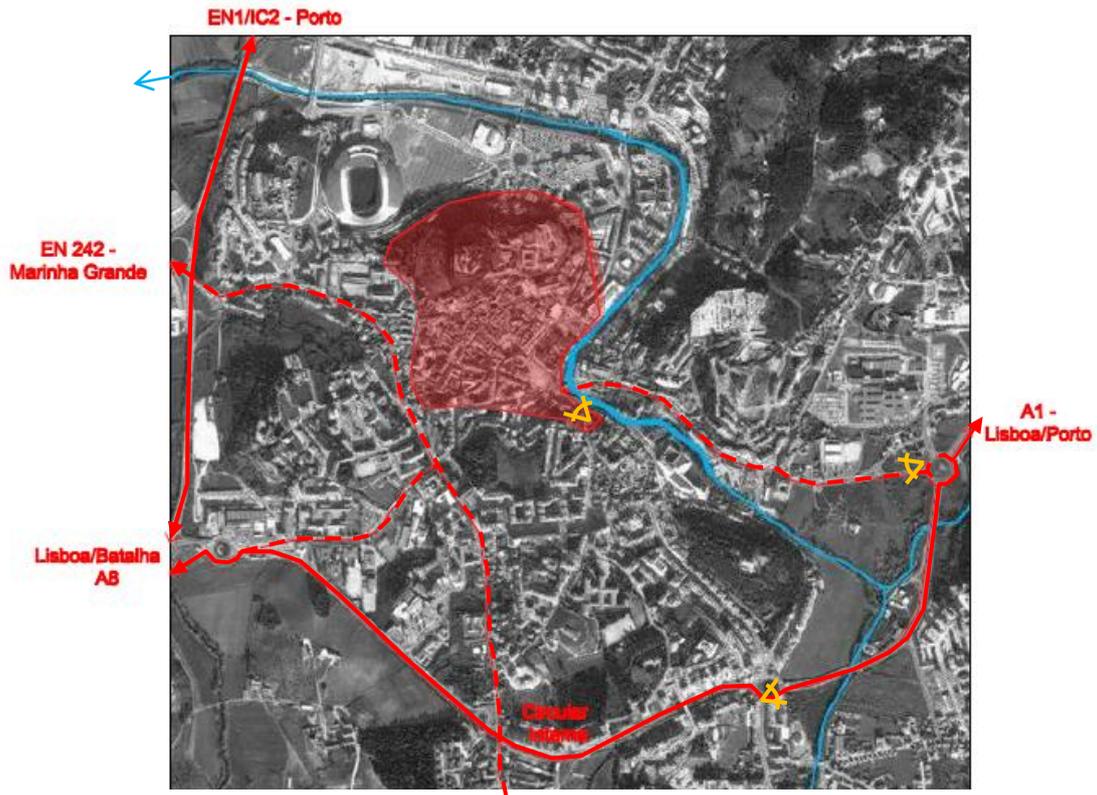
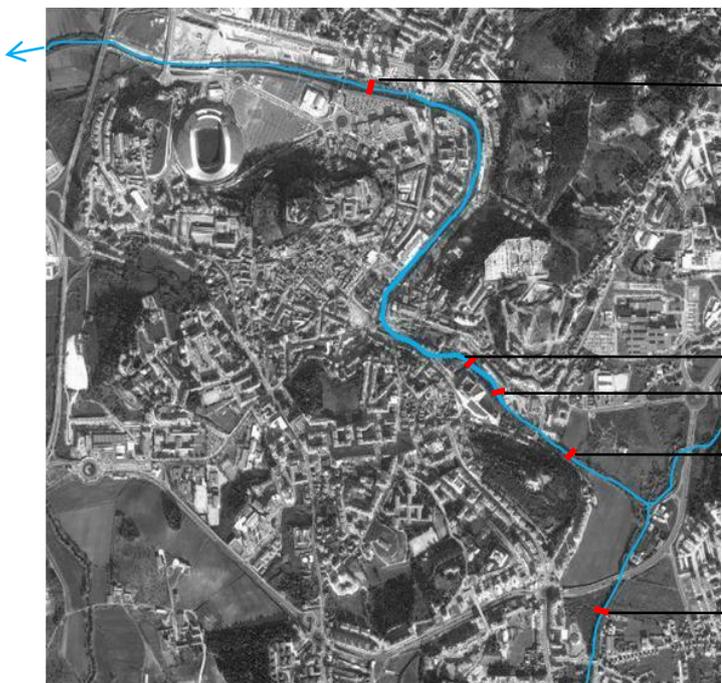


Fig. 92| Esquema de acessibilidades e pontos visuais mais relevantes.

- Principais vias de acesso externas
- - Principais acessos internos
- Centro histórico
- ↘ Pontos de vista privilegiados pelo Polis



Vista da Ponte Parque Infantil



Vista da Ponte Bar



Vista da Ponte Sofá



Vista da Ponte Balcão



Vista da Ponte Piquenique

Fig. 93| Vistas sobre o Lis a partir das cinco novas pontes pedonais.

*A criação paisagística é indissociável de uma memória e da saudade de um bem-estar que se supõe ou sonha ter existido, e, por isso, é um rumo que procura o reencontro com uma origem resolvida, sendo, portanto, um desejo que se projecta no passado.*⁸²

“A cidade conhece-se e reconhece-se pelos seus centros. Toda a cidade é histórica, é o espaço que contém o tempo.”⁸³ Não só o “cartão-de-visita” da cidade com o castelo como pano de fundo foi tido em conta em termos de valorização paisagística. Era essa a principal imagem que se obtinha por ser o local de passagem e atravessamento até ao século XVIII.

Actualmente as entradas na cidade são distintas: a estrada nacional passa a ponte de Leiria, enquanto o principal ponto de acesso via auto-estrada localiza-se a nascente. Nessas novas zonas de entrada, a zona das Olhalvas, o Programa Polis pretendeu valorizar o seu lado estético, propondo a criação de parques urbanos e jardins, bem como a construção de edifícios habitacionais, valorizando assim uma zona que se encontrava desocupada. Todo o percurso desde a entrada na cidade até ao núcleo histórico (a Rua de Santo André e a Rua de Tomar) é feito paralelamente ao rio. Como tal, a aproximação ao centro da cidade é feita, agora, com perspectivas visuais sobre o rio que passava antes despercebido na paisagem. O rio está agora mais integrado na paisagem, através da estrutura verde contínua criada ao longo das suas margens e do percurso ciclo-pedonal. As intervenções desportivas do PP1 são importantes também para a imagem obtida a partir da circular interna de Leiria. Uma parte da cidade, até então mais esquecida e menos valorizada, ganhou em termos visuais, apostando fundamentalmente na valorização da imagem como referência a transmitir para o exterior, nos eixos de aproximação e principais vias de circulação interna.

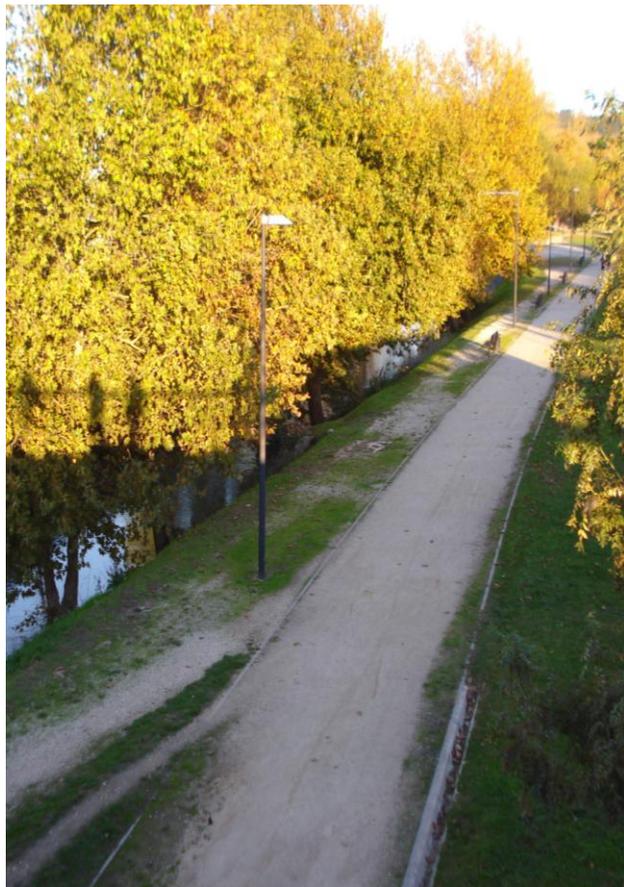
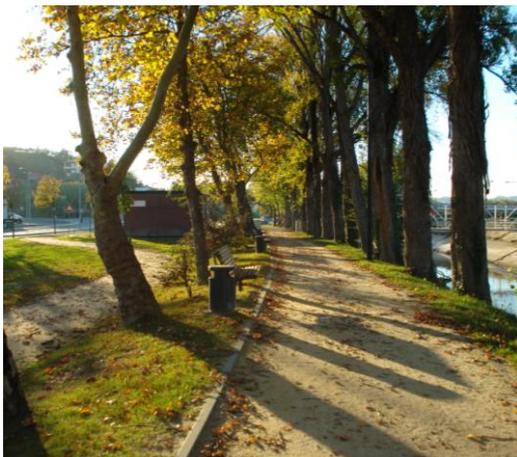
As pontes pedonais, para além da funcionalidade que lhes é atribuída, constituem-se, como já foi referido, como o “projecto de referência” desta intervenção ribeirinha. Sem dúvida que vieram proporcionar uma maior possibilidade de atravessamentos das margens do Lis, mas ainda assim, ao seu carácter funcional sobrepõe-se a estética que lhe está associada. O conceito que está por detrás do projecto é o que marca a diferença entre estas seis pontes propostas e as já existentes na cidade. Não são apenas locais de passagem e de ligação das duas

⁸² PARDAL, Sidónio – O conceito de paisagem no projecto do parque da cidade do Porto. Disponível em http://www.sidoniopardal.com/5_icipum.pdf, p. 7.

⁸³ BORJA, Jordi – Fazer cidade na cidade actual – centros e espaços públicos como oportunidades. In BRANDÃO, P. [et al.] – O espaço público e a interdisciplinaridade, 2000, p. 79.



Figs. 94 e 95 | O Rossio de Leiria, antes e depois do Polis.



Figs. 96, 97 e 98 | Renovação paisagística das margens do Lis – antes da intervenção (imagem superior esquerda) e depois da intervenção (imagem inferior esquerda e direita).

margens do rio. O objectivo não é passar, mas ficar. Foram concebidas para que se possa desfrutar da paisagem de um rio antes desprezado pela população e pela própria cidade. Pretende-se que as pontes sejam uma marca para o futuro, que atraiam visitantes pela originalidade e que referenciem Leiria no contexto nacional.⁸⁴ Pelo conceito inovador, as pontes atraem a população que prefere atravessar as margens pelas cinco novas pontes criadas do que pelas já existentes, pelo facto de conseguirem desfrutar de uma nova forma a paisagem sobre o Lis.

O projecto de renovação do Jardim Luís de Camões não veio acrescentar novas funcionalidades às existentes. No entanto, desde as intervenções nele realizadas, verificou-se uma maior afluência de pessoas a este espaço. “*O espaço público é a nova cultura da cidade*”.⁸⁵ Actualmente os espaços públicos são elementos centrais dos projectos urbanos. Os espaços sem qualidade resultantes do crescimento desregrado de meados do século XX são agora repensados de modo a proporcionar maior qualidade de vida urbana e a aumentar a competitividade das cidades. O novo desenho urbano do jardim tornou o espaço mais agradável e permitiu a interligação dos vários espaços públicos que constituem o antigo Rossio de Leiria. O diálogo entre todo o conjunto de espaços públicos veio, de certa forma, aproximar o “rossio” daquilo que era antigamente, um espaço coeso e para as pessoas. Assim, é possível constatar que a estética foi o factor chave para a revitalização de um espaço pouco utilizado devido ao seu mau tratamento. O projecto urbano ligou não só os vários espaços como também “coseu” a zona histórica ao rio, por intermédio de linhas de força no pavimento que imprimem um movimento da cidade para o rio, levando as pessoas a aproximarem-se dele. Estas diferenças na pavimentação “desenharam” percursos do Centro Histórico para o rio, constituindo um projecto urbano de ligação destes dois espaços, o que resultou numa maior uniformidade. O espaço público de referência da cidade auferiu em termos imagéticos, “dando continuidade” à história e reforçando a identidade de um lugar fundamental no desenvolvimento de Leiria. Este espaço que faz a transição entre a malha urbana e o elemento natural pretende ser, simultaneamente e de acordo com Brandão (2000), um espaço de continuidade e diferenciação, articulador da cidade e estruturador da região urbana. Imediatamente antes das intervenções Polis o antigo Rossio funcionava como espaço de descontinuidade e interrupção, como uma fronteira. Agora é, pelo contrário, um espaço da cidade não de fim mas de continuidade, estendendo-se a cidade até ao Lis.

⁸⁴ LeiriaPolis, S.A. – **Intervenção do programa Polis em Leiria**, 2007, p. 73.

⁸⁵ BRANDÃO, Pedro – Fazer cidade: planos, estratégias e desígnios. *In O espaço público e a interdisciplinaridade*, 2000, p. 55.



Fig. 99| O espaço do proposto Jardim da Vale Real e a Ponte dos Três Arcos, ainda não construída.



Fig. 100| Actual edifício da estação rodoviária à beira-rio.

Sem dúvida a intervenção contínua ao longo das margens do rio tornou-as mais agradáveis em termos paisagísticos. Estes espaços ao encontrarem-se em estado de abandono e mal tratados criavam uma barreira que fazia com que a população não se aproximasse do rio. O Programa Polis conseguiu “quebrar a barreira” separativa entre a cidade e o rio, proporcionando espaços verdes de recreio e lazer. Aqui não foi só o carácter estético que tentou aproximar a população ao rio. As novas funções que o espaço oferece agora, como sejam as vias pedonais e ciclovias que possibilitam um agradável passeio à beira-rio, originaram uma continuidade entre o percurso ribeirinho e entre este e a cidade. A relação da população com o rio parece ter melhorado com as intervenções do Programa Polis.

O rio assume na cidade variadas funções: como recurso, para abastecimento de água para consumo doméstico e regas; como presença histórica; como imagem identitária que marca a continuidade entre passado e presente e a distintividade de Leiria das outras cidades; como valorização estética da paisagem.

Para que a valorização do recurso natural seja mais evidente, as intervenções que ainda não passaram do papel são preponderantes, nomeadamente o Jardim da Vala Real junto à proposta Ponte dos Três Arcos. Seria mais um espaço de lazer que permitiria a fruição do rio. Outro aspecto que merecia alguma reflexão para a qualidade estética da zona ribeirinha é o conjunto edificado existente que não foi incluído pelo Polis. Refiro-me principalmente ao edifício da rodoviária (fig. 100) que, pela sua dimensão e estado de degradação, funciona como o fim de todo um conjunto apreciável pela vista, o conjunto de espaços do rossio. A sua renovação ou reconversão programática daria uma maior continuidade paisagística ao conjunto ribeirinho.

A linha de fachadas representadas nos perfis (anexo 6) é fundamental para a leitura da história da frente de rio. No entanto, não são apenas as fachadas dos edifícios do antigo Rossio que merecem algum cuidado. Parece que houve algumas que ficaram esquecidas e postas de parte do conjunto da frente de rio. Um dos projectos que melhorou visivelmente a imagem da zona ribeirinha foi o da reconstrução do moinho de papel, já referido. Merecem ser destacadas também as reabilitações efectuadas no edifício “O Paço”, do Arquitecto Carrilho da Graça, edifício do antigo Paço Episcopal, (aparece nos perfis junto à Sé Catedral) e no edifício “Garage” da Arquitecta Sara Saragoça (figs. 101 e 102). A conjugação do novo com o velho resultou em fachadas contemporâneas com respeito pela história, pelas preexistências e esteticamente agradáveis. As fachadas que compõem a frente de rio



Fig. 101 | Edifício “O Paço”.



Fig. 102 | Vista dos edifícios “O Paço”, à esquerda, e do edifício “Garage”, à direita.

constituem-se como o cenário onde as vivências ribeirinhas acontecem, daí a sua importância para a renovação destes espaços.

“A paisagem não é um cenário, um espaço de fundo, onde o mundo acontece, ela é o acontecimento em si, englobando todos os aspectos da realidade que o materializa.”⁸⁶

⁸⁶ PARDAL, Sidónio – O conceito de paisagem no projecto do parque da cidade do Porto. Disponível em http://www.sidoniopardal.com/5_icipum.pdf, p. 9.

3.2 | A NÍVEL URBANO E AMBIENTAL

“Porque o rio é, desde a Idade Média (ou desde sempre) a via real da cidade, a sua possibilidade maior de comunicação.”⁸⁷

O Programa Polis veio melhorar a qualidade de vida da população, a nível ambiental, através de intervenções ribeirinhas bem conseguidas. Este, contudo, não deu resposta a todos os problemas com que a cidade de Leiria se deparava, mas sim partiu de uma eficaz gestão urbana, abrindo caminho e lançando directrizes para um futuro planeamento mais sustentável. Uma intervenção urbana deve ter em consideração os recursos que podem ser aproveitados e que são desperdiçados. A reconciliação de Leiria com o rio Lis veio traçar um percurso de continuidade e aproveitamento de um recurso natural, sensibilizando a população para o reconhecimento das suas valências e qualidades. Os espaços que o Programa Polis pretendeu conservar resultaram de erros urbanísticos provenientes de um crescimento urbano desregrado e acelerado. Sem dúvida que a população lucrou deste investimento, não só em termos de um acréscimo de espaços com qualidade urbanística, mas principalmente em termos de qualidade de vida. Os escassos espaços públicos e de convívio que a cidade dispunha eram insuficientes e deficientes, o que levava a um afastamento da população destas zonas ribeirinhas, ao invés do pretendido usufruto. A falta de espaços verdes e de lazer fazia de Leiria uma cidade com pouca vida, na qual as pessoas habitavam...mas não viviam. A melhoria destes espaços e a criação de novos teve um impacto muito positivo, abrindo novas formas de aproximação entre a população e as margens do rio. A criação de uma

⁸⁷ Citação de José-Augusto França (1980).

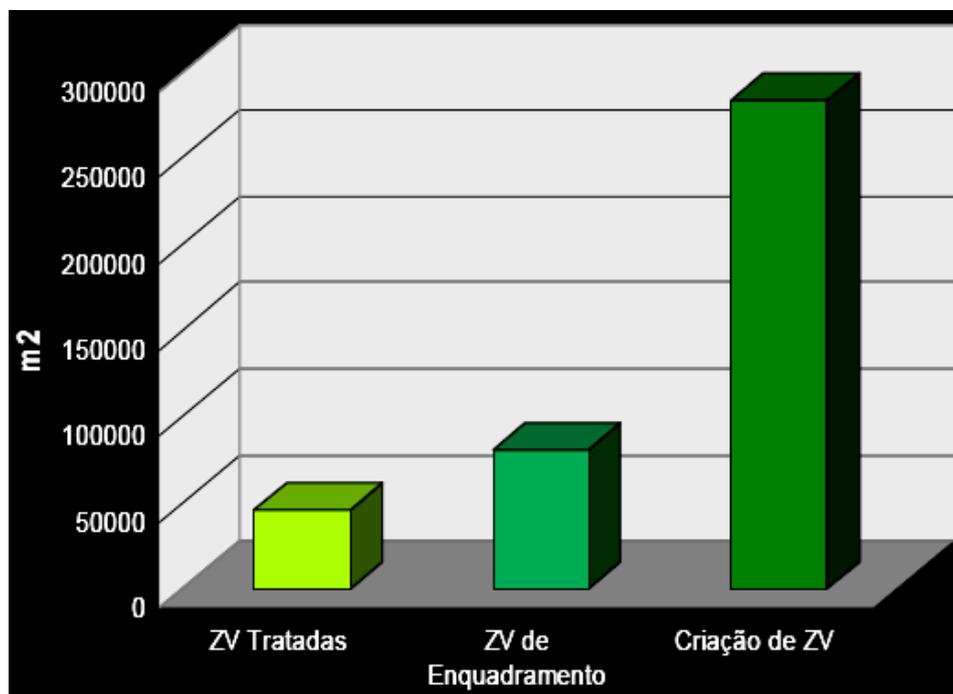


Fig. 103| Zonas verdes tratadas e de enquadramento existentes antes do Polis e áreas verdes propostas pelo Programa Polis. (Fonte: arquivo do Arq.^{to} António Figueiredo)



Figs. 104 e 105| Zona desportiva do PP1, antes do Polis (à esquerda) e depois das intervenções (à direita).

estrutura verde contínua ao longo do percurso do rio conseguiu, não só um bom enquadramento paisagístico, mas também uma funcionalidade que até então não tinha.

A partir do momento em que se começam a “*tratar finalmente os rios como rios*”⁸⁸, grande parte dos problemas urbanos podem vir a ser solucionados. Integrar o rio na cidade não significa apenas fazer com que os espaços ribeirinhos sejam aproveitados; implica toda uma série de reflexões e intervenções no tecido urbano consolidado. Para ser possível uma visão estratégica de futuro é preciso afirmar a cidade como um todo, como um conjunto identitário e imagético. O passado, presente e futuro devem fundir-se numa realidade complexa, a cidade.

Um dos principais problemas da cidade actual é a questão da circulação. O congestionamento urbano e as acessibilidades são aspectos em que é necessário intervir de modo a melhorar a qualidade de vida da população. Leiria, como a maioria das cidades, carece de uma oferta satisfatória de estacionamento na periferia do centro histórico o que faz com que as pessoas levem o carro para o centro e, conseqüentemente, este fique apinhado de automóveis sem deixar espaço para a população. Uma vez que alberga as funções dos sectores secundário e terciário funciona como um depósito de automóveis das pessoas que para aí se deslocam para trabalhar durante o dia, e à noite fica entregue ao abandono. As intervenções realizadas no âmbito do Programa Polis devem, então, dar uma eficaz resposta a esta questão pensando a cidade como um lugar para as pessoas, para ser vivido, sem esquecer a necessidade de integrar o passado no presente de uma forma harmoniosa. O Polis integrava na sua estratégia de intervenção a criação de três parques de estacionamento subterrâneos próximos do centro histórico (Parque de estacionamento de Santo Agostinho, Parque de estacionamento da Fonte Quente e Parque de estacionamento da Fonte Luminosa), que deviam funcionar como um desincentivo à população a levar o automóvel para lá. O objectivo era fazer do centro medieval da cidade um espaço prioritariamente para os peões. O conceito estava lá, mas, no entanto, os preços nos estacionamentos criados são demasiado elevados, o que faz com que sejam utilizados esporadicamente e os problemas de circulação do centro de Leiria persistam. Na minha opinião, a construção do túnel proposto para o atravessamento do Largo 5 de Outubro poderia ser uma solução capaz de melhorar a mobilidade na cidade e o congestionamento na baixa. Como a ideia foi abolida, apesar de aquela zona da cidade estar mais pedonalizada, os automóveis continuam a

⁸⁸ Cf. SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto – **O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território**, 1999, p. VII.



Figs. 106 e 107 | Ponte dos Caniços, antes do Polis (à esquerda) e depois das intervenções (à direita).



Figs. 108, 109, 110 e 111 | Ponte de S. Romão, antes do Polis (em cima) e depois das intervenções (em baixo).

atravessá-la, impedindo a ligação pedonal cidade-rio. No que diz respeito a “coser” o centro histórico ao rio a solução que o Polis adoptou resultou. As pessoas usufruem agora muito mais daquele espaço de transição. Analisando a situação do ponto de vista rodoviário, uma vez que os peões têm prioridade naquele troço, o trânsito tornou-se mais lento e demorado e, por vezes, ainda é cortada aí a circulação automóvel, dando origem a problemas acrescidos ao nível da circulação. Outro aspecto em termos de acessibilidades ao qual penso que o Polis não deu uma resposta eficaz tem a ver com a localização do Parque Radical. Situado em S. Romão, zona do PP1, está já mais afastado do centro. A falta de transportes públicos na cidade dificulta a deslocação dos utilizadores do parque, a população mais jovem, para lá. O resultado é visível. A adesão aos desportos radicais é notória, mas em alternativa ao parque de S. Romão, é usado o espaço da Fonte Luminosa que começa a apresentar sinais de degradação devido à inadequada utilização, uma vez que os materiais utilizados não são próprios às manobras de *skate*. Ainda assim, a construção de um parque radical foi uma aposta muito positiva para Leiria em termos de atracção de visitantes e projecção da cidade no contexto nacional, por este ter quase exclusividade em Portugal. O aspecto negativo a apontar é mesmo a sua localização, que privilegia a imagem aquando da aproximação ao centro da cidade pela circular interna, como já foi referido no ponto anterior, mas dificulta o acesso. Todo o resto a destacar em relação ao Parque Radical são pontos favoráveis: proporcionou uma maior oferta com a criação de novas funcionalidades e novos programas, adequando-se às necessidades da cidade, criou mais um espaço público no qual a população pode interagir e aproximar-se do rio garantindo melhor qualidade de vida e funciona como uma referência que diferencia a cidade num mundo competitivo.

Ainda analisando a intervenção Polis do ponto de vista das acessibilidades e circulação, as intervenções nas pontes rodoviárias de S. Romão e dos Caniços revelaram-se como melhoramentos urbanos. Em termos de mobilidade pedonal, Leiria adquiriu um conjunto de ganhos, nomeadamente no percurso ciclo-pedonal criado ao longo das margens do Lis, possibilitando às pessoas percorrerem a cidade de uma ponta à outra sempre à beira-rio. Este percurso faz a ligação de todas as partes intervencionadas, unificando os vários projectos constituintes da zona ribeirinha. Isto vem de encontro ao conceito de cidade como um todo, com diferentes partes interligadas entre si. Também as pontes pedonais vieram criar novos atravessamentos entre as duas margens, alargando assim o leque de possibilidades de mobilidade à população.



Figs. 112 e 113| O estacionamento de superfície da Fonte Quente antes do Polis e a posterior renovação ambiental do espaço à superfície.

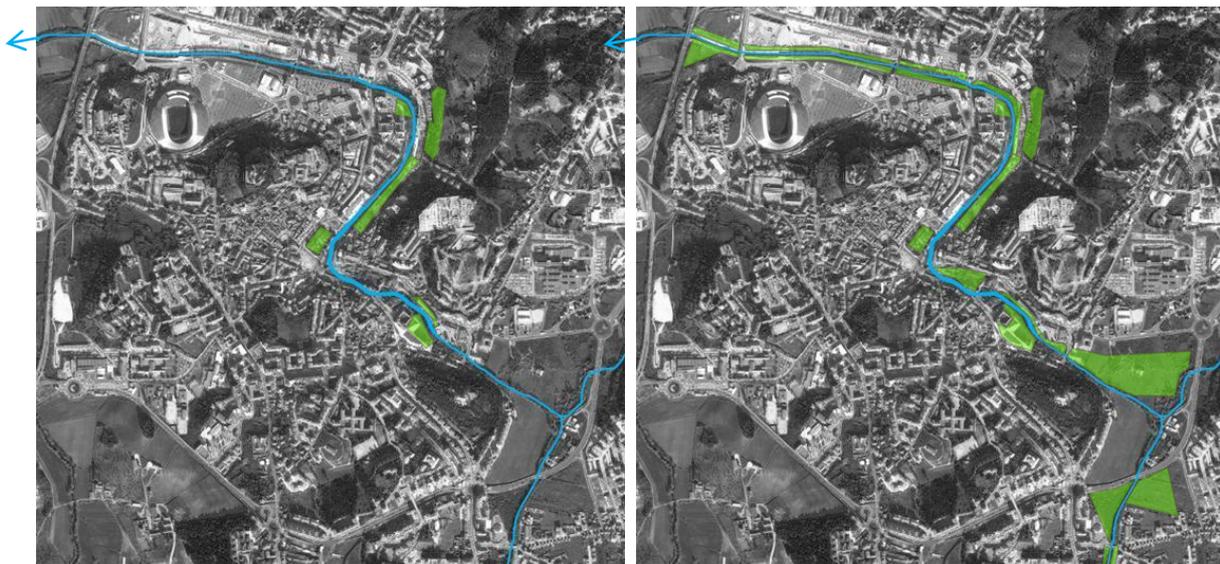
“As actividades do desenho do espaço público impõem funções cada vez mais diversificadas e organizações mais complexas.”⁸⁹ O espaço público tem sido cada vez mais a maneira de tentar solucionar parte dos problemas das cidades. O crescimento descontrolado dos centros urbanos e a explosão da cidade para a periferia originaram espaços públicos sem qualidade e, conseqüentemente, inutilizados. A cidade moderna associa-se a um “*local doentio, sujo, caótico, neurótico, onde impera o individualismo, a falta de solidariedade, a exploração, a competição, lugar da multidão solitária, da ausência de laços*”⁹⁰ que contrasta com o meio rural, saudável, calmo e organizado. O que parece faltar à cidade é o que existe nos meios rurais portanto, para dotar as urbes de maior qualidade de vida estas devem ser “invadidas” por alguma “ruralidade”. A reconciliação de Leiria com o seu rio tenta, de facto, originar lugares sociais, comunitários e calmos dentro da malha urbana consolidada, que proporcionem algum confronto à agitação cidadina. O Programa Polis conseguiu a criação de espaços públicos mais privilegiados, quer a nível paisagístico, quer a nível da fruição que possibilitam, consciencializando a população para a importância do espaço público na cidade. Os novos programas e funcionalidades criadas trouxeram novos hábitos aos leirienses, tais como o passeio, o desporto informal, o lazer, que antes destas intervenções não faziam parte do quotidiano. Os espaços desportivos, assim como o percurso ciclo-pedonal que potencia a actividade física (andar de bicicleta, correr) garantem uma melhor qualidade de vida à população, mais saudável. Os espaços públicos de Leiria existentes antes do Polis, para além de escassos, sofriam de pouca atractividade e animação, eram lugares poluídos sonora e visualmente pela presença constante dos automóveis nas suas proximidades, alguns deles apresentavam-se até como lugares pouco seguros, como é o exemplo o Marachão. A questão da segurança tem a ver com a funcionalidade que oferecem. Parte da zona ribeirinha era utilizada para parques de estacionamento de superfície, que provocavam não só uma desqualificação estética como criavam uma barreira de separação entre a cidade e o rio, repleta de “arrumadores de carros” que faziam deles espaços de insegurança. A abolição destes depósitos de automóveis à beira-rio e a posterior construção dos parques subterrâneos deu um novo aspecto à cidade, mais limpa e desafogada de veículos expostos e libertou os espaços para novas utilizações, onde as pessoas podem desfrutar e usufruir dos novos espaços atractivos de lazer com maior segurança e conforto. Os espaços de Santo Agostinho e da Fonte Quente são dois

⁸⁹ BRANDÃO, P. [et al.] – **O espaço público e a interdisciplinaridade**, 2000, p. 8.

⁹⁰ Cf. FRANCISCO, Marlene Duarte – Espaço público urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada, p. 10.



Figs. 114, 115, 116 e 117 Jardim de Santo Agostinho, antes das intervenções (em cima) e depois do Polis (em baixo).



■ Espaços verdes / parques urbanos (ante-Polis)

■ Espaços verdes / parques urbanos (Polis)

Fig. 118 Espaços verdes na cidade de Leiria

exemplos disto. Pelo contrário, e no meu entender, a zona na margem esquerda oposta ao Parque da Cidade ficou ainda por resolver. Continua a ser uma das zonas críticas e mal frequentadas da cidade porque se mantém tal como estava, como zona de estacionamento. Penso que o Polis ignorou, naquele pequeno troço, a existência de uma margem esquerda, tendo intervindo somente numa das margens. Entre o edifício da estação rodoviária e a curva do Lis, próxima do antigo Convento de S. Francisco, na margem esquerda, faltou a introdução de algo novo que lhe alterasse o carácter. É uma das zonas em que o Polis deu uma resposta menos global, “obrigando” quase a uma transição, depois do grande espaço pedonal criado na margem esquerda, no antigo Rossio, para a margem direita para o Parque da Cidade. Ambas as margens do Lis deveriam ter conseguido uma continuidade, sem quebras no seu percurso, e tal não se verifica aqui. De facto não existe propriamente uma interrupção no percurso ribeirinho, mas a desqualificação do espaço referido faz com que da inexistência de uma falha física surjam barreiras imaginárias.

A requalificação dos espaços públicos de Leiria permitiu um funcionamento equilibrado do sistema urbano, através do papel integrador que estes desempenham, que garantem a ligação e continuidade territorial e funcional da cidade. Os espaços públicos marcam a identidade e a individualidade da cidade. A adaptação dos espaços antigos “tradicionais” às novas necessidades da população, dando-lhes vida, de modo a que ofereçam “modernidade” é o primeiro passo para que estes não se venham a constituir como vazios urbanos, abandonados e inutilizados, e, desta forma, se constituam como “imagens” identitárias mutáveis, mas sempre referenciáveis. Num mundo social em constante alteração, os espaços públicos devem conferir versatilidade, possibilitando um ajuste constante às finalidades que a sociedade exige.

Um parâmetro de grande relevância quando se fala de cidade é a arquitectura. É o meio de comunicação da cidade, que lhe confere a forma e a complexidade que lhe é inerente. Cada cidade tem a sua forma característica resultante da própria configuração do edificado que a constitui. No entanto, a cidade resulta de uma conjugação harmoniosa entre o espaço construído e o que dele resulta, o vazio. Intervir na cidade passa, portanto, por intervir ao nível da arquitectura e do espaço público, estabelecendo entre o cheio e o vazio uma relação de diálogo. À arquitectura associa-se a funcionalidade. Não há atractividade se não existirem programas de interesse que motivem as pessoas à sua utilização. Neste sentido, a arquitectura deve dar uma resposta eficaz, através da criação de edifícios / equipamentos adequados às necessidades dos utilizadores. Os equipamentos introduzidos em Leiria no âmbito do Programa Polis de maior adesão e relevância são os desportivos. Para além de

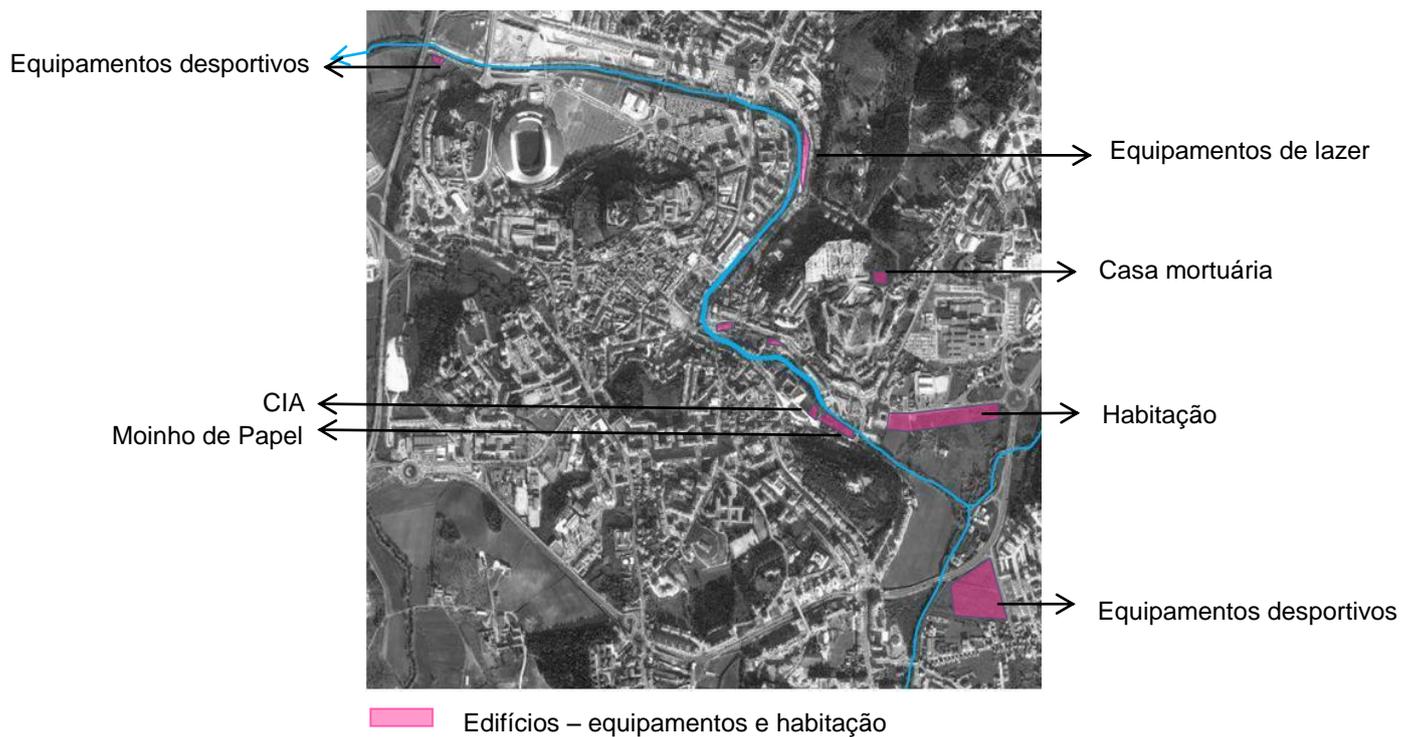


Fig. 119 | Novos equipamentos criados pelo Polis.



Figs. 120, 121, 122 e 123 | Moinho de Papel, antes (em cima) e depois das intervenções (em baixo).

satisfazerem as necessidades de um grupo etário muito alargado, são um contributo importante para o lazer e desafogo da população. A cidade pecava em termos de espaços desportivos e, também por isso, pela novidade que trouxeram, são dos equipamentos mais emblemáticos do Polis. Ainda assim, penso que os espaços desportivos de S. Romão / Olhalvas deveriam ter sido complementados com outro tipo de equipamentos de apoio, tais como cafés, bares, esplanadas, que permitissem uma maior diversidade programática e, assim, conseguissem atrair mais gente de diversos grupos etários, e respondessem de forma mais satisfatória às necessidades dos utilizadores daquele espaço. O isolamento do parque radical e do pavilhão de ténis é exemplo de uma monofuncionalização que não deve acontecer numa cidade que pretende um bom desempenho funcional.

É de destacar a inserção da cultura na zona ribeirinha de Leiria. Em espaços até então estremados da vivência urbana, e tendo em vista a finalidade de atrair pessoas e criar-lhes hábitos de fruição dos mesmos, os equipamentos culturais revelam-se como fundamentais. A requalificação do Moinho de Papel e reconversão em museu, assim como a criação do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CIA) e o Museu da Imagem em Movimento (MIMO) são exemplos de revitalização urbana através do expoente máximo da cidade, a arquitectura. A recuperação do moinho, datado de 1411, integrada pelo Polis foi, das intervenções realizadas, das que mais foi de encontro ao objectivo do programa de valorizar o rio e devolvê-lo à cidade. Foi uma forma de revitalizar um espaço da cidade muito significativo no desenvolvimento desta e, desde a sua construção, importante na projecção e identidade de Leiria: *“A memória viva em que se transforma este equipamento trará à comunidade dos leirienses o usufruto afectivo das gerações que o conheceram e tornar-se-á num pólo de vivências das actuais e futuras gerações.”*⁹¹ Desta forma, o conhecimento do funcionamento de um engenho antigo através de funções pedagógicas e lúdicas evidencia a importância da água na cidade. O facto do projecto de recuperação se dever ao arquitecto Álvaro Siza é uma relevância que faz com que o moinho se torne ainda mais um foco de atracção populacional, local e turística. O Museu da Imagem em Movimento foi, sem dúvida, bastante favorável para a cidade, não só pelo seu carácter museológico, mas também, e talvez primordialmente, pela sua localização. Em termos turísticos, a zona onde se implantou o museu, nas proximidades da Igreja de S. Pedro, é uma das zonas de eleição. O castelo nunca fica de fora num roteiro turístico por Leiria. Como tal, os edifícios que lhe

⁹¹ CAMPOS, Isabel Damasceno – **Moinho do papel**, 2009, p. 7.



Figs. 124 e 125 | Requalificação ambiental do Parque da Cidade. Antes da intervenção (à direita) e depois (à esquerda).



Figs. 126 e 127 | Parque da Cidade, antes e depois das intervenções do Polis.

são adjacentes e que apresentam um valor histórico significativo, merecem um tratamento digno da grandeza que possuem. O Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental modificou o carácter que aquele espaço tinha, uma vez que ocupou o espaço que antes era destinado à casa mortuária. Retirando-lhe o carácter “mórbido” revitalizou o espaço contíguo ao jardim de Santo Agostinho sensibilizando a população para a importância do ambiente. A função do CIA é importante, mas, em termos urbanos, o maior contributo foi ter “arrumado” a cidade, relocando o edifício da casa mortuária, que se encontra agora num local mais adequado, junto ao cemitério.

As pontes pedonais criadas já foram referidas como valorização paisagística do rio Lis e como mais-valias na mobilidade pedonal. No entanto, por detrás da função de pontes, existe um objectivo inovador, de fazer das pontes espaços de estar e lazer. Mas não basta o conceito. É agradável e interessante poder estar sobre o rio, num cenário afável, num determinado momento de pausa. Mas...a fazer exactamente o quê? A Ponte Parque Infantil tem já a resposta. Está equipada com mobiliário de diversão que faz da ponte efectivamente um parque de lazer infantil. A Ponte Balcão tendo sido pensada para proporcionar uma pausa na agitação da cidade também responde ao objectivo. Então e as restantes? A Ponte Bar têm tudo para ser um excelente espaço para tomar algo, mas onde está o bar que a deveria complementar? Como esta, também as Pontes Piquenique e a Ponte Sofá pecam por falta de algo que as torne mais úteis. A existência de pequenos equipamentos de apoio seria uma benesse e um incentivo a “ficar” em vez de “passar”. Talvez isso pudesse tornar as pontes mais atractivas.

As intervenções realizadas deveriam estabelecer algum equilíbrio ecológico entre o rio e as zonas urbanas. No entanto, o funcionamento dos ecossistemas nem sempre é conhecido, o que leva a soluções que não são as mais adequadas em termos ecológicos. A actualidade alude ao desfrute das margens dos rios baseado na natureza como algo a contemplar. Isto provoca uma artificialização das margens esquecendo que para desfrutar a longo prazo é necessário também preservar. De acordo com o parecer do Doutor Jorge Mascarenhas,⁹² alguns aspectos das intervenções apresentam-se como preocupantes. Na figura 128 podemos perceber que alguns dos pontos que deveriam ser evitados nas requalificações ribeirinhas estão presentes no Polis de Leiria, tais como a interrupção da galeria ripícola e construção

⁹² MASCARENHAS, Jorge – Requalificações urbanas pouco ecológicas. Pedra & Cal, 2010.

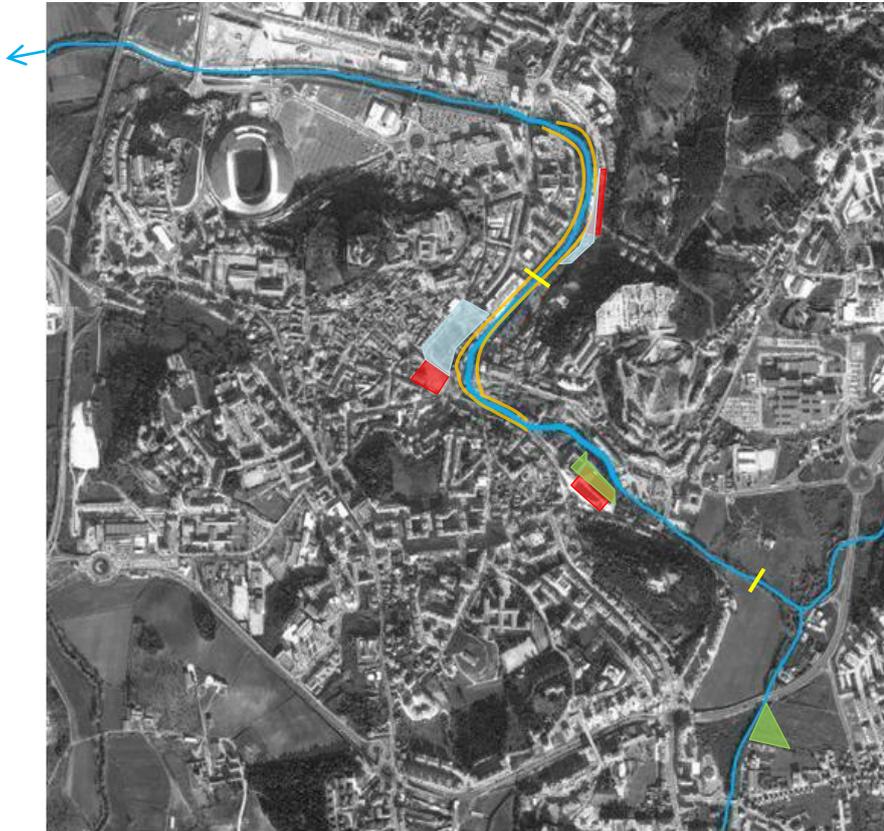


Fig. 128| Análise ambiental (Programa Polis).

- açudes
- canalização do rio com paredões nas margens
- relvados em leito de cheia
- pavimentação dos leitos de cheia
- construções subterrâneas

de paredões nas margens, relvados e construções em leitos de cheias e zonas pouco arborizadas. Segundo o autor a interrupção da vegetação excessiva que se designa por galeria ripícola dificulta o fluxo de diversos seres ao longo das margens, fragmentando o ecossistema e propicia a deposição de sedimentos poluentes no rio. A construção, nesses troços, de paredões de canalização do rio vem juntar aos problemas referidos mais inconvenientes: o estreitamento do rio leva a um aumento da velocidade das águas que pode dar origem a cheias a jusante e a possíveis derrocadas dessas estruturas. O percurso do Lis entre as pontes Hintze Ribeiro e a curva próxima da Companhia Leiriense de Moagem é feito nestas condições e a única intervenção por parte do Polis foi o rebocamento das paredes. Os relvados em zonas inundáveis acarretam também problemas, nomeadamente o excessivo consumo de água e adubos químicos que em alturas de elevada precipitação são arrastados para o rio. O recurso a zonas pavimentadas em leitos de cheia deveria ser evitado pelos inconvenientes que apresentam: não regulam a humidade da atmosfera em dias quentes e quando chove transportam para o rio elementos poluentes e resíduos. Na zona ribeirinha de Leiria há, em alguns troços, inexistência parcial de árvores. A abundância de árvores nas margens é favorável pelo seu menor consumo de água do que os relvados, pelas folhas que caem servirem de nutrientes para o rio, pelo sombreamento que oferecem e que é agradável em dias de maior calor. Outro aspecto que se verifica no Polis é a existência de construções subterrâneas em zonas propícias a inundações, como sejam os parques de estacionamento da Fonte Quente, de Santo Agostinho e da Fonte Luminosa. Se as construções não forem adequadas podem dar origem a infiltrações nos seus interiores, provocando danos materiais. Estas construções perturbam ainda o fluxo normal das águas subterrâneas. Assim, o Polis parece ter ignorado algumas questões importantes no que respeita ao ambiente e ecologia, tendo adoptado as soluções mais favoráveis em termos urbanos e de funcionalidade, mas que a longo prazo revelarão problemas, por não respeitarem o ecossistema onde se inserem.

3.3 | A NÍVEL CULTURAL E SOCIAL

A identidade de um lugar tem a ver com a maneira como as pessoas que nele habitam se relacionam com o espaço e se apropriam dele, originando padrões de vida específicos que se reflectem na configuração da paisagem. Para que um local se torne significativo é necessário que haja uma interacção equilibrada entre o homem e o meio:

*Cada uma das partes ou zonas da cidade tem um património de conjuntos e edifícios, de vazios e percursos, de monumentos e de símbolos, que são referências da sua identidade que devem, em parte, ser conservados e reconvertidos, para contribuir tanto para se guardar a memória como se dar um impulso para a evolução da cidade.*⁹³

A criação de lugares significativos não depende apenas do espaço em si, da forma e da função. É a sociedade que rotula os espaços da cidade.

Cidade e cultura estão interligadas. Os objectivos principais do Programa Polis, já enumerados anteriormente, baseavam-se no aumento da atractividade e competitividade urbana assim como na afirmação da identidade de Leiria. Para que os objectivos sejam cumpridos, é necessária uma intervenção com raízes culturais vincadas. Numa requalificação urbana o factor que mais contribui para a atractividade da cidade é a cultura, que funciona como “isca” turística e, conseqüentemente, como geradora de investimentos e lucros. Também no resgate da identidade própria da urbe

⁹³ BRANDÃO, P. [et al.] – **O espaço público e a interdisciplinaridade**, 2000, p. 35.



Figs. 129 e 130 | Antigo Rossio de Leiria – a saudade dos espaços com carácter social do passado.

Aqui se vê como no início do século XX e até, possivelmente, aos anos 1950, os Leirienses não viviam de costas voltadas ao rio, e que a zona ribeirinha era uma zona muito activa e vivida pela população.

a cultura e os modos de vida são elementos-chave. As novas formas urbanas criadas e definidas impõem novas funções que alteram a imagem da cidade. A personificação da cultura associada aos novos cenários urbanos deve garantir uma continuidade entre a referência identitária que a distingue e a projecção que dela se pretende. Num mundo cada vez mais competitivo a busca do diferencial no espaço urbano é primordial.

O conhecimento do passado, da história da cidade, é de máxima relevância para a criação de lugares com sentido de pertença para os cidadãos, e evitar cair no erro de projectar apenas espaços. As novas intervenções tanto no edificado como no espaço público devem oferecer aos utilizadores algo com que estes se identifiquem, daí a importância do conhecimento dos espaços passados. Os factores humanos têm tanta relevância como os factores naturais de desenvolvimento. O espaço é condicionado tanto pelo que existe como pela sociedade, que lhe dá sentido:

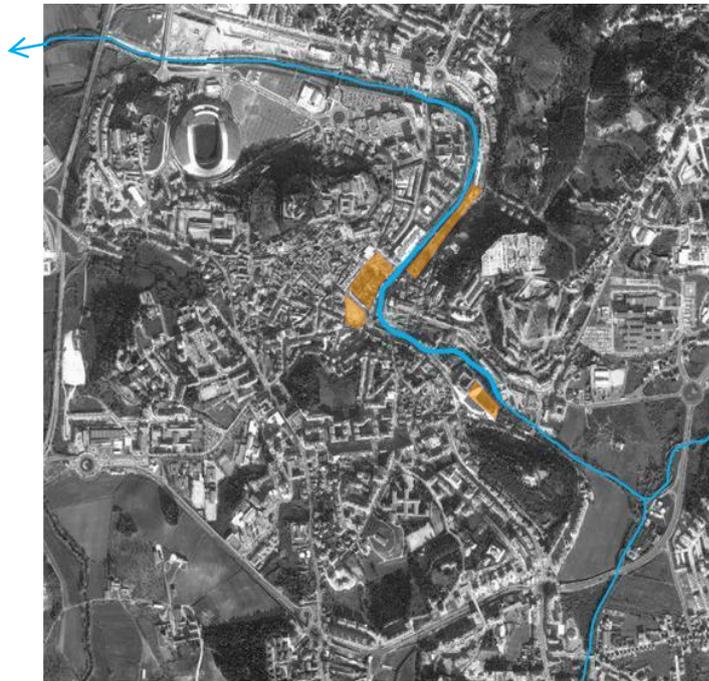
*Projectar, planear, desenhar, não deverão traduzir-se para o arquitecto na criação de formas vazias de sentido, impostas por caprichos da moda ou por qualquer capricho de qualquer outra natureza. As formas que ele criará deverão resultar, antes, de um equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve e para tanto deverá ele conhecê-la intensamente, tão intensamente que conhecer e ser se confundem...*⁹⁴

Os espaços são pensados para servir o homem, como tal, só poderão ser avaliados positivamente se corresponderem às necessidades e funções para que foram criados. O passado remoto de Leiria revela uma relação entre a cidade e o rio que era muito mais estimulante do que a que se presenciava no final do século XX. Fernando Távora dizia que na impossibilidade de voltar ao passado, “*haverá que procurar-se o essencial desse passado que recordamos com saudade*”⁹⁵.

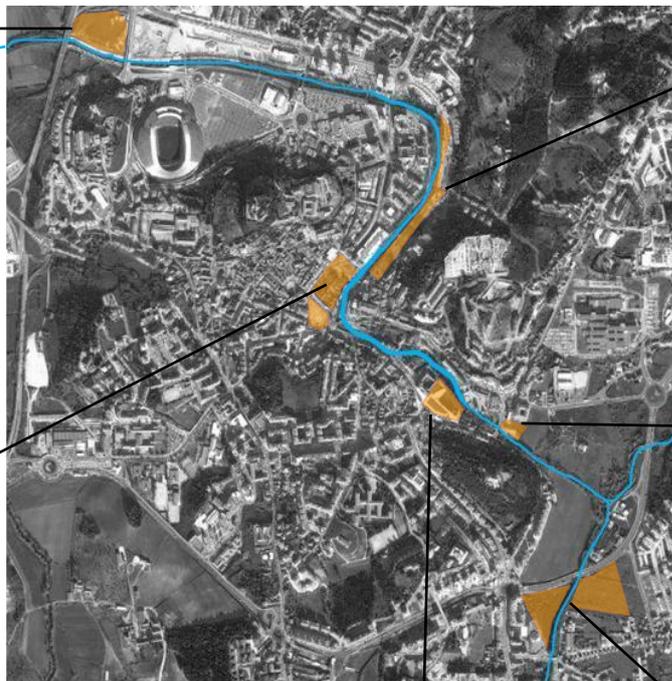
As intervenções urbanas quando têm em conta os factores temporais, culturais e sociais materializam-se em símbolos de lugar e criam identidade à cidade ao mesmo tempo que proporcionam aos habitantes um sentido comunitário. Já no início do século passado os espaços eram frequentados apenas por determinadas classes sociais: “*O aterro, compactação e arborização do Rossio correspondiam a um sentimento de modernidade que valorizava uma Leiria mais salubre, permitindo a*

⁹⁴ TÁVORA, Fernando – **Da Organização do Espaço**, 2004, p. 74.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 67.



Espaços de convívio social – recreio e lazer (ante-Polis)



Espaços de convívio social – recreio e lazer (Polis)



Fig. 131 | Espaços de carácter social proporcionados pelo Polis na cidade de Leiria.

*animação de um espaço que a burguesia começava a frequentar.*⁹⁶ Tal como o jardim e o passeio público se revelaram como espaços para a burguesia, anteriormente a estas construções o espaço destinava-se à população de classes mais desfavorecidas que realizavam aí as trocas comerciais resultantes do seu trabalho. Hoje pretende-se a criação de lugares que dêem valor às tradições locais, culturais, populares, ao património histórico; pretendem-se reafirmar os valores sociais através de formas ou objectos culturais. Um bom exemplo disto é a interligação entre os vários espaços constituintes do antigo rossio, que se constitui agora como palco de manifestações sociais ao permitir a realização de eventos diversos. Como tal, Leiria adquiriu um espaço amplo no qual se consolidam laços sociais, onde pessoas de classes sociais e etárias distintas se reúnem e aproveitam o espaço da forma que mais se lhes adequa.

Outra intervenção do Polis que merece destaque enquanto criadora de espaços sociais privilegiados é o percurso ribeirinho. Para além dos muitos benefícios que trouxe para Leiria em termos de qualidade de vida e relação com o rio, o percurso ciclo-pedonal conseguiu ainda mais um espaço de convívio e ajuntamento social para a cidade, provocando alterações nos hábitos dos Leirienses. Os espaços públicos urbanos ostentam funções variadas e usos específicos, acolhendo utilizadores de diferentes grupos (moradores, visitantes, turistas). Assim, constituem-se como elementos qualificadores da colectividade que condicionam a vivência urbana, a nível de equipamentos e utilização, e em termos históricos, sociais e culturais. Também os espaços que oferecem cultura, como o Museu da Imagem em Movimento e o museu no Moinho de Papel vieram revitalizar a cidade atraindo pessoas a visitá-los. Equipamentos culturais como estes são, por vezes, introduzidos em projectos urbanos não só como oferta de qualidade de vida e conhecimento à população, mas são também usados como “âncoras” de atracção, fazendo parte de uma estratégia de *marketing* no desenvolvimento de uma imagem positiva e de sucesso. De entre os vários projectos integrados pelo Polis, vários evidenciam-se pela sua capacidade de possibilitarem o convívio social. O pavilhão de ténis, o parque radical, o parque infantil junto à Ponte dos Caniços, o jardim de Santo Agostinho, a requalificação do jardim Luís de Camões, o parque da cidade, os espaços desportivos a norte, na zona do Arrabalde da Ponte, assim como os propostos jardins da Vala Real e de Lis / Sirol forneceram Leiria com um vasto conjunto de novos e melhores espaços que convidam a população a interagir com o Lis.

⁹⁶ ESTRELA, Jorge – **Leiria no tempo das invasões francesas**, 2009, p. 24.

O abandono dos espaços ribeirinhos, bem como a poluição e degradação que apresentavam antes das intervenções do Polis devem-se ao desenvolvimento da cidade que ignorou a presença de um rio. No entanto a sociedade também não estava sensibilizada para as questões ambientais, o que provocou uma ruptura completa entre a cidade e o rio. Ao que parece estamos a cair numa sociedade que só se preocupa em melhorar depois de a melhoria ser evidente, ou seja, agora, depois das intervenções realizadas as pessoas têm uma consciência muito mais atenta e preocupada com as questões ambientais, mas antes de o trabalho estar apresentado, nunca ninguém pensou nem sentiu falta de uma cidade melhor. Desta forma, as intervenções foram muito positivas, em termos de mentalização de uma sociedade, que os problemas existem e que é necessário intervir, e que, acima de tudo, é da responsabilidade de todos os habitantes os melhoramentos urbanos. Se é para as pessoas que as coisas são pensadas e construídas, há que realçar também o impacto positivo do Polis enquanto estratégia de desenvolvimento de uma certa “humanidade”, de um lado mais atento aos outros:

O planeamento físico poderá ter assim um valor muito positivo pois significa, para cada caso, pensar sobre si próprio, reencontrar o verdadeiro caminho, criar aquele tipo de organização do espaço que melhor satisfaz às possibilidades de uma sociedade em determinado momento e em determinado lugar.⁹⁷

O projecto urbano não é imediatamente interiorizado e aceite pelas pessoas. O modo de o encarar depende de vários factores, de destacar a habitação. As alterações podem existir e serem visíveis, mas a população normalmente não tem uma iniciativa espontânea e imediata à sua adesão. *“Uma mudança física requer um tempo muito menor do que uma mudança social.”⁹⁸* Há certos hábitos, certas rotinas que vão sendo interiorizadas e que só a longo prazo se vão moldando. Posto isto, intervir na cidade significa intervir num presente físico e num futuro social (próximo ou distante). Como a cidade não existe sem a participação dos cidadãos, as intervenções físicas não passam de desafios auspiciosos num futuro de cidade global. Uma intervenção urbana implica uma interacção sociológica e urbanística. A comparação de Fernando Távora esclarece a importância do factor social numa intervenção urbana: *“(…) assim como um bom vinho só poderá apreciar-se bebendo-o*

⁹⁷ TÁVORA, Fernando – **Da Organização do Espaço**, 2004, p. 37.

⁹⁸ BRANDÃO, P. [et al.] – **O espaço público e a interdisciplinaridade**, 2000, p. 126.

(...) *uma forma só poderá compreender-se vivendo-a*”.⁹⁹ A adesão dos Leirienses às zonas ribeirinhas vem dar resposta ao sucesso das intervenções urbanas. Os espaços públicos deixaram de ser apenas espaços físicos para se tornarem lugares na sua totalidade.

O que se pretende é recuperar “*os valores profundos de uma sociedade e cultura, ancoradas numa relação harmónica com os recursos naturais em que se apoiam*” e que “*constituem um património permanente dessa sociedade que orienta o seu percurso no presente e no futuro.*”¹⁰⁰ Para isto a história da cidade é de importância primordial, mas não basta conhecê-la, sendo também necessária uma constante adaptação à evolução social. A sociedade vai sendo moldada e alterada consoante as épocas e o espaço tem que dar respostas capazes de satisfação. O Polis para se concretizar como um programa de intervenção suficiente deve ter tido em conta “*... os pontos fortes da sociedade do século XXI: lazeres e tempo livre; cultura e recreio; turismo e actividades comerciais; tecnologias avançadas.*”¹⁰¹ Comparando os espaços anteriores e posteriores ao Polis que proporcionem estas funcionalidades é perceptível que o Programa de Requalificação Urbana e Valorização das Cidades privilegiou a criação de espaços de lazer e recreio bem como culturais, apostando em actividades novas que faltavam a Leiria, tais como actividades ligadas funcionalmente à água que funcionam como uma garantia de qualidade de vida (na zona desportiva, junto ao estádio).

*A presença da água na paisagem constitui um elemento considerado por vários autores como de atracção praticamente universal, relacionado com múltiplas dimensões de percepção humana e apreciado, não só pela visão, como também pelos outros sentidos.*¹⁰²

O Polis não fez mais que aproveitar um recurso que favorece em tudo a cidade e estava a ser completamente desaproveitado. A adesão progressiva da população veio comprovar que as novas actividades que surgiram da reabilitação ribeirinha são atractivas e adjudicam-se como mais-valias em termos sociais.

⁹⁹ TÁVORA, Fernando – **Da Organização do Espaço**, 2004, p. 23.

¹⁰⁰ SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto – **O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território**, 1999, p. 48.

¹⁰¹ FERREIRA, Vítor Matias – **Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água**, 1997, p. 87.

¹⁰² SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto – **O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território**, 1999, p. 236.

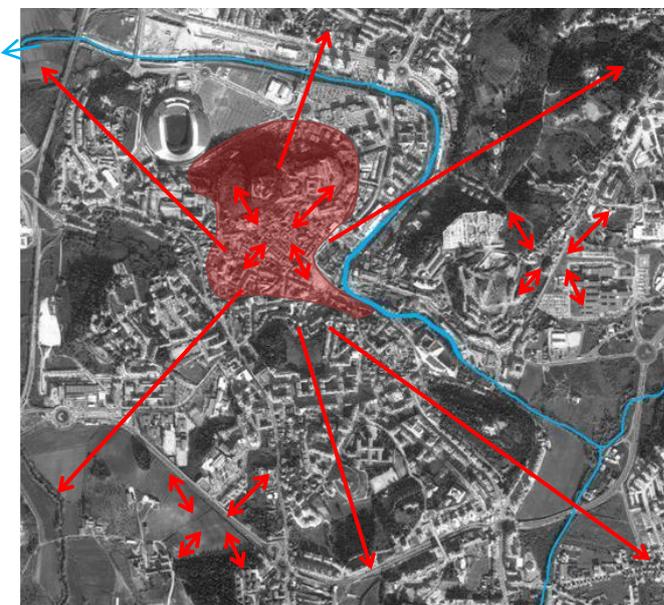


Relação de formação da cidade

Cidade interdependente do rio.

■ Século XV (margem esquerda)

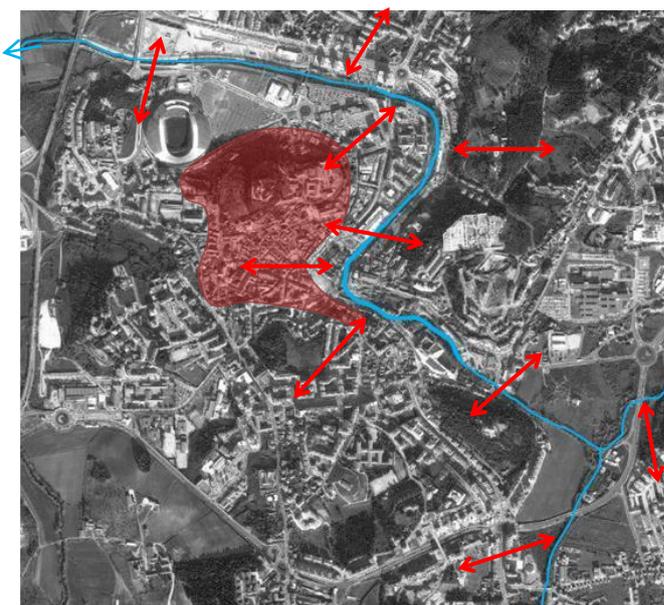
■ Século XVIII (margem direita)



Relação com o rio a partir do século XIX (ante-Polis)

A cidade expande-se para a periferia dando origem a relações internas nos “vários centros”. Não há relação com o rio; a cidade “vira-lhe as costas”.

■ Centro histórico



Relação com o rio pós-Polis

O Lis é devolvido à cidade; criam-se novamente relações entre a malha urbana e o rio.

■ Centro histórico

Fig. 132| Relação Leiria – rio Lis ao longo do tempo.

O factor social foi determinante nas decisões do Polis. Os parques de estacionamento de superfície que deram lugar a espaços públicos qualificados ou a pedonalização do rossio são pontos nos quais a prioridade foi dada à população. São espaços que foram concebidos para o bem-estar dos Leirienses. A cidade é para as pessoas, e, agora o rio é igualmente para elas, para poderem desfrutar do melhor que ele tem para oferecer.

As relações que se estabelecem entre a cidade e o rio são importantes para o funcionamento da cidade enquanto espaço urbano competitivo. Mas acima de tudo a cidade é o palco onde uma sociedade habita e se exprime de diversas formas. A aproximação das pessoas à água é mais uma forma de manifestação de vivências sociais, de modos de vida e de apropriação do espaço. As relações físicas que foram restabelecidas só são possíveis porque existiu uma reestruturação de valores e hábitos de vida. As pessoas são e serão prioridade em qualquer tipo de intervenção. Na figura 132 é perceptível que o carácter do rio como elemento estruturante do espaço foi-lhe novamente atribuído. Na primeira imagem as relações que se estabelecem entre a malha urbana são evidentes. A cidade medieval do século XV dependia do recurso natural como meio de sobrevivência, para a prática agrícola. A expansão assinalada até ao século XVIII mostra que a relação se manteve e se alargou também à margem direita do Lis. O rio fazia parte das vivências urbanas e os espaços ribeirinhos eram utilizados como parte de um todo. Com a expansão da cidade para as zonas periféricas e a criação de novos “centros” urbanos, o rio foi riscado do quotidiano da população. Por esta altura a sociedade não tem qualquer espécie de relação com o corredor fluvial e os espaços das margens ficam esquecidos. O Programa Polis devolveu à cidade a possibilidade de fruição das margens, havendo agora relações entre as várias zonas de Leiria e o Lis e entre ambas as margens, através da criação de um maior número de atravessamentos. As setas dos esquemas traduzem-se, portanto, em relações físicas, históricas, sociais e culturais.

CONCLUSÕES FINAIS

A valorização do património, quer seja histórico ou natural, parte da construção e preservação de um bem, e permite uma diferenciação ao nível competitivo e atractivo das cidades. Neste sentido a intervenção realizada na tentativa de uma reconciliação do rio Lis com a sua cidade, como um todo integrante do mesmo processo, não é apenas uma forma de dar vida à cidade devolvendo aos habitantes uma relação harmoniosa que se viveu no passado, mas é também uma afirmação de Leiria enquanto cidade, com potencial atractivo e valorizado. As intervenções do Polis vieram, de facto, mostrar à população que o rio, apesar de pequeno e aparentemente insignificante, pode oferecer espaços de recreio, lazer e sócio-culturais de qualidade urbanística e ambiental. O passado de Leiria investigado aprofundadamente permitiu o conhecimento dos primeiros momentos de formação da cidade e do que se pretendia fazer do espaço que é hoje cidade. Permitiu compreender qual o papel do rio Lis em Leiria e o que é exactamente uma cidade que se relaciona harmoniosamente com o seu curso de água. Fazer cidade parte, prioritariamente, de conhecer a cidade. Só assim se conseguem criar espaços capazes de satisfazer a população:

*Fazer cidade hoje é, em 1º lugar, fazer cidade sobre a cidade, fazer centros sobre centros, criar novas centralidades e eixos articuladores que dêem continuidade física e simbólica, estabelecendo bons compromissos entre o tecido histórico e o novo, favorecendo a mistura social e funcional em todas as suas áreas.*¹⁰³

O exemplo da Expo' 98 em Lisboa permitiu um conhecimento mais alargado do que é intervir em frentes ribeirinhas e o que deve ser tido e conta em relação ao núcleo urbano existente. Obviamente que tratando-se da análise de uma intervenção de muito menores dimensões, as exigências e os objectivos são distintos. Lisboa foi um exemplo positivo de uma intervenção bem conseguida, mas tal como já foi referido, a história e a identidade da cidade em questão são os factores de maior relevância em intervenções como a realizada em Leiria. Assim, cada cidade é singular e cada intervenção é única e individualizada para um determinado lugar específico.

¹⁰³ BORJA, Jordi – Fazer cidade na cidade actual – centros e espaços públicos como oportunidades. In BRANDÃO, P. [et al.] – O espaço público e a interdisciplinaridade, 2000, p. 87.

Os objectivos do Programa Polis para Leiria foram cumpridos. No entanto, os pontos menos favoráveis que foram enumerados devem ser tidos em conta para intervenções futuras, de forma a conseguir-se uma relação mais íntegra entre a cidade e o rio e entre os vários espaços intervencionados. Penso que um dos aspectos pendentes que poderiam criar uma maior atractividade da zona ribeirinha passa pela despoluição do rio. Não havendo as melhores condições em termos ambientais, as pessoas não se encontram tão motivadas para usufruir de espaços ainda “pouco saudáveis”. Outro aspecto que parece fundamental tem a ver com a manutenção dos espaços criados. Não basta recuperar espaços degradados nem criar novos, é necessário um olhar constantemente atento aos problemas que neles se vão gerando, tais como a degradação e a poluição, problemas comuns com o passar do tempo e a utilização. Se estes espaços não forem tratados acabam por ser abandonados do quotidiano dos leirienses, como se verificava nos espaços já existentes, agora recuperados.

A partir do estudo do Polis e da cidade de Leiria, e com base na análise feita, as questões levantadas no início deste trabalho podem ser melhor esclarecidas. A renovação da frente de rio conseguiu, sem dúvida, revitalizar também o tecido urbano, através da consolidação de continuidades entre as margens do Lis e os outros espaços da cidade. A aposta na ligação entre o centro e o rio foi importante na medida em que evitou a separação da zona ribeirinha e o núcleo histórico e, ao mesmo tempo, serviu para valorizar o que de melhor o centro medieval leiriense tem para oferecer. As pessoas saem agora para a rua, os espaços públicos ganharam mais animação. Leiria ganhou em termos imagéticos, tornando-se uma cidade mais atractiva, e em termos de oferta às pessoas, através das novas funcionalidades. O carácter social que ficou perdido no tempo foi recuperado, e hoje Leiria pode ser descrita como uma cidade que existe em interligação com o Lis, uma cidade na qual as pessoas são a principal prioridade.

*“A nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado.”*¹⁰⁴ Falar de espaço público e de intervenções desta escala na cidade como a intervenção na frente de rio em Leiria, parte de considerações referenciais, de análises de cenários e de processos de transformação. A crescente presença de “não-lugares” na cidade, enquanto espaços desprovidos de sentido e de

¹⁰⁴ *Apud* OCHOA, Ana Rita – Da azinhaga à estrada. Memória e identidade na zona oriental de Lisboa. *In On the w@terfront*, 2007, p. 40.

pertença, segundo Marc Augé, levam à decadência de antigos espaços de referência identitários. Sendo a cidade o cenário onde a vida acontece, a oportunidade de “fazer cidade” que o Polis proporcionou a Leiria fez com que a cidade se transformasse num palco de manifestações sociais e culturais e voltasse a ter lugares. A memória da cidade representada pela imagem do Castelo, do rio Lis, da antiga malha medieval que entre cheios e vazios desenha a cidade, e do espaço do Rossio foi, em parte, reforçada e reavivada, deixando de ser, assim, uma simples memória esquecida para ser perpetuada no tempo. Ainda assim, a imagem medieval não foi totalmente conservada, tendo sofrido adaptações à actualidade. Um exemplo disto é o referido edifício “O Paço”, antigo edifício emblemático da cidade, agora acomodado aos novos materiais, o que lhe retira algum do seu carácter. De certa forma, no que respeita à memória urbana, o Polis apostou na manutenção de uma imagem “histórica” mas pouco conservadora.

Aparentemente, na dupla relação terrestre e aquática, a terra procura delimitar um território, que julga seu, e nessa definição de limites, a água é simultaneamente cúmplice e excluída daquela mesma delimitação. (...) E transforma aquela relação da terra e da água numa tensão permanente, com uma frente frágil, ainda que efectivamente identitária, decorrente daquela mesma relação de cumplicidade. (...) Estamos assim perante uma dupla valência desse espaço dito fronteira, em que a água envolve, delimita e seduz o território, mas também como disse o poeta, onde «a terra acaba e o mar começa»...¹⁰⁵

¹⁰⁵ *Apud* BONIFÁCIO, Ana – Recovering the memory of the public space: Leiria’s waterfront. In On the w@terfront, 2007, p. 103

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHER, Françoise – **Metapolis: acerca do futuro da cidade**. Oeiras : Edições Celta, 1998. 240 p. ISBN 972-802-789-3

ANTUNES, Inês – Leiria: palco de comunicação. Coimbra : [s. n.], 2009. 211 p. Dissertação de mestrado integrado em Arquitectura, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

BAPTISTA, Sofia – Pensar a cidade, agir no campo – Proposta de intervenção para as margens periurbanas do Lis. [Em linha]. Coimbra : [s. n.], 2009. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC [consult. 01 Outubro 2009]. Disponível em WWW:<URL:<https://estudogeral.sib.uc.pt/dspace/bitstream/10316/9844/1>>

BENEVOLO, Leonardo – **História da Arquitectura Moderna**. 3ª ed. São Paulo : Editora Perspectiva, 2004. 813 p. ISBN 8527301490

BERNARDES, João Pedro – **A região de Leiria na Época Romana**. Leiria : CEPAE – Centro do Património da Estremadura, 2008. 102 p. ISBN 978-989-8158-27-7

Boletim Informativo da LeiriaPolis, SA. Leiria. Nº 02, Outubro 2002

BRANDÃO, P.; REMESAR, A. – **O espaço público e a interdisciplinaridade**. Lisboa : Centro Português Design, 2000, 323 p. ISBN 9729445117

CARVALHO, Jorge – **Ordenar a cidade**. Coimbra : Quarteto Editora, 2003, 566 p. ISBN 9728717601

CASTRO, Alexandra, LUCAS, Joana, FERREIRA, Vítor Matias – O plano de urbanização da Expo'98 e os compromissos de política urbana de Lisboa. Sociologia – problemas e práticas. Lisboa. ISSN 0873-6529. 24 (Junho 1997) 197-209

CCRC – **As cidades médias e o ordenamento do território**. Coimbra : Comissão de Coordenação da Região Centro, Julho de 1995. 117 p. ISBN 972-59-082-6

COELHO, Carlos Francisco Lucas Dias; COSTA, João Pedro Teixeira de Abreu – A renovação urbana de frentes de água: infraestructura, espaço público e estratégia de cidade como dimensões urbanísticas de um território pós-industrial. [Em linha]. Artitexto. Lisboa : CEFA; CIAUD. Setembro de 2006 [consult. Julho 2010].

Disponível em WWW:<URL: http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1784/1/FAUTL_13_A_DCoelho.pdf> ISBN 972-97354-6-8

COSTA, Lucília Verdelho da – **Leiria**. Lisboa : Editorial Presença, 1989. 88 p. ISBN 9789722303712

CULLEN, Gordon – **Paisagem urbana**. Lisboa : Edições 70, 1971. 208 p. ISBN 972-44-0530-3

ESTEVEENS, Ana – A reabilitação de frentes de água como modelo de valorização territorial [Em linha]. 2009. [consult. 05 Outubro 2009]. Disponível em WWW:<URL:http://apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/044.pdf>

ESTRELA, Jorge – **Leiria no tempo das invasões francesas**. Lisboa : gradiva publicações, Março de 2009. 167 p. ISBN 978-989-616-303-7

FERRARA, Lucrecia D'Aléssio – Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental [Em linha]. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 1993. [consult. Julho22010]. Disponível em: WWW:<URL: http://books.google.pt/books?id=Dt66ZgsnlM4C&printsec=frontcover&dq=olhar+perif%C3%A9rico&hl=pt-pt&ei=DqDITOm0NoLysgbq-sjGBg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCQQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false>. ISBN 85-314-0117-8

FERREIRA, Vítor Matias – **Lisboa, a metrópole e o rio: centralidade e requalificação das frentes de água**. Lisboa : editorial Bizâncio, 1997. 285 p. ISBN 972-53-0004-1

FERREIRA, Vítor Matias, INDOVINA, Francisco (org.) – **A cidade da Expo' 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?**. Lisboa : editorial Bizâncio, 1999. 422 p. ISBN 972-53-0050-5

FILIPE, Alda Mourão – **Região de Leiria, identidade e desenvolvimento: um percurso histórico e geográfico**. Leiria : Instituto Politécnico de Leiria, 2005. 123 p. ISBN 972.8793-05-7

FRANCISCO, Marlene Duarte – Espaço público urbano: Oportunidade de Identidade Urbana Participada. [Em linha]. [consult. 17 Outubro 2009]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf>

GOMES, Rita Veigas – Programa Polis. AEP Ambiente. [Em linha] n.º51 (2001) 16-21. [consult.14 Outubro 2009]. Disponível em WWW:<URL:http://www.aeportugal.pt/Ar_eas/AmbienteEnergia/RevistaPDF/Revista51/ProgramaPolis.pdf>

GOMES, Saul António – **A Região de Leiria: Património, Identidade e História**. Leiria : CEPAE – Centro do Património da Estremadura, 2007. 61 p. ISBN 978-8821-76-0

GOMES, Saul António – **Introdução à História do Castelo de Leiria**. 2ª ed. Leiria : Câmara Municipal de Leiria, 2004. 447 p. ISBN 972-8043-43-0

GOMES, Saul António – **Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas – 8. Leiria**. Coimbra : Palimage, 2009. 548 p. ISBN 978-972-8999-74-2

GROSSO, K. S. S. – Intervenções urbanísticas como estratégia para o desenvolvimento local e revalorização da imagem da cidade: análise da revitalização no município de Niterói. [Em linha]. [consult. Novembro 2009]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/1045-1060kerley.pdf>>

HUYGHE, René – **O poder da imagem**. Lisboa : Edições 70, 1986. 320 p. ISBN 972-44-05599-1

Leiria | Programa Polis [Em linha]. [consult. 17 Outubro 2009]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.arquitectura.pt/forum/f29/leiria-programa-polis-11351.html>>

LeiriaPolis, S.A. – **Intervenção do programa Polis em Leiria**. Leiria : Edição sociedade Leiriapolis, 2007. 83 p.

LeiriaPolis – Os projectos e as intervenções na cidade. Conheça os rostos do Polis. Leiria. Março 2008

LYCNH, Kevin – **A imagem da cidade**. Lisboa : Edições 70, 1999. 205 p. ISBN 972-44-0379-3

M. A. O. T. – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades [Em linha]. Lisboa : Programa Polis, 2000. [consult. 17 Outubro 2009]. Disponível em WWW:<URL:<http://polis.sitebysite.pt/cacem/docs/pdfs/relatgrupotrabalho.pdf>>

M.A.O.T. – **Programa Polis: programa de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades – Plano estratégico de Leiria**. Lisboa : Programa Polis, 2000. 92 p.

MARGARIDO, Ana Paula – **LEIRIA: história e morfologia urbana**. Leiria : Câmara Municipal de Leiria, 1988. 137 p.

MASCARENHAS, Jorge – Requalificações urbanas pouco ecológicas. Pedra & Cal. Lisboa. ISSN 1645-4863. n.º 45 (Janeiro/Fevereiro/Março 2010) 22-25

MENDES, José Amado – Uma nova perspectiva sobre o património cultural: preservação e requalificação de instalações industriais. [Em linha]. [consult. Janeiro 2010]. Disponível em WWW:<URL:http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_197.pdf>

Moinho do papel. Leiria : edição Município de Leiria – Câmara Municipal, 2009. 84 p. ISBN 978-972-8043-59-9

NOBRE, Eduardo A. C. – O Projeto das London Docklands. [Em linha]. [consult. Setembro 2010]. Disponível em WWW:<URL:http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/docklands.pdf>

On the w@terfront [em linha]. Barcelona : CR POLIS Universitat de Barcelona, Maio 2007, n.º 9. [consult. Outubro 2010]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.uib.edu/escult/Water/water09/water09.pdf>>. ISSN 1139-7365

PEREIRA, Carlos David Barbosa – Arquitectura e imagem: fotografia, publicidade, estética e arte. Coimbra : [s.n.], 2001. 195 p. Prova Final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia

PESTANA, Cândida; PINTO-LEITE, José, MARQUES, Nuno – O Programa Polis como impulsionador da regeneração urbana. [Em linha]. [consult. 05 Outubro 2009]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2017/292A.pdf>>

PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – **Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 295 p. ISBN 9789723110616

RAMOS, Luciano Justo – **Leiria do Lis e do Lena**. Leiria : câmara municipal de Leiria, composto e impresso nas oficinas da gráfica de Leiria, 1972.

QUEIRÓS, Margarida; VALE, Mário – Ambiente Urbano e Intervenção Pública: O Programa Polis. [Em linha]. Centro de Estudos Geográficos de Universidade de Lisboa, 2009. [consult. 16 Outubro 2009]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/047.pdf>

SALGADO, Manuel – Lisboa. O rio e a renovação urbana. Expo 98. O seu papel como catalizador do rejuvenescimento de Lisboa. Ciudades. Valladolid. ISSN 0187-8611. 5 (1999) 103-113

SALGUEIRO, Teresa Barata – **A cidade em Portugal: uma geografia urbana**. Porto : editorial Afrontamento, 1992. 433 p . ISBN 972-36-0202-4

SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto – **O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1998. 512 p. ISBN 972-31-0831-5

SOARES, L. J. B – Frentes de Água – Espaços de diferenciação e factor de competitividade das Cidades Costeiras. [Em linha]. Setembro de 2004. [consult. Setembro 2010]. Disponível em WWW:<URL:http://www.brunosoaresarquitectos.pt/pagina/index.php?view=txt_frentes_agua_1.htm&view2=m2textos.php>

TÁVORA, Fernando – **Da Organização do Espaço**. 5ª ed. Porto : FAUP publicações, 2004. 75 p. ISBN 972-9483-22-1

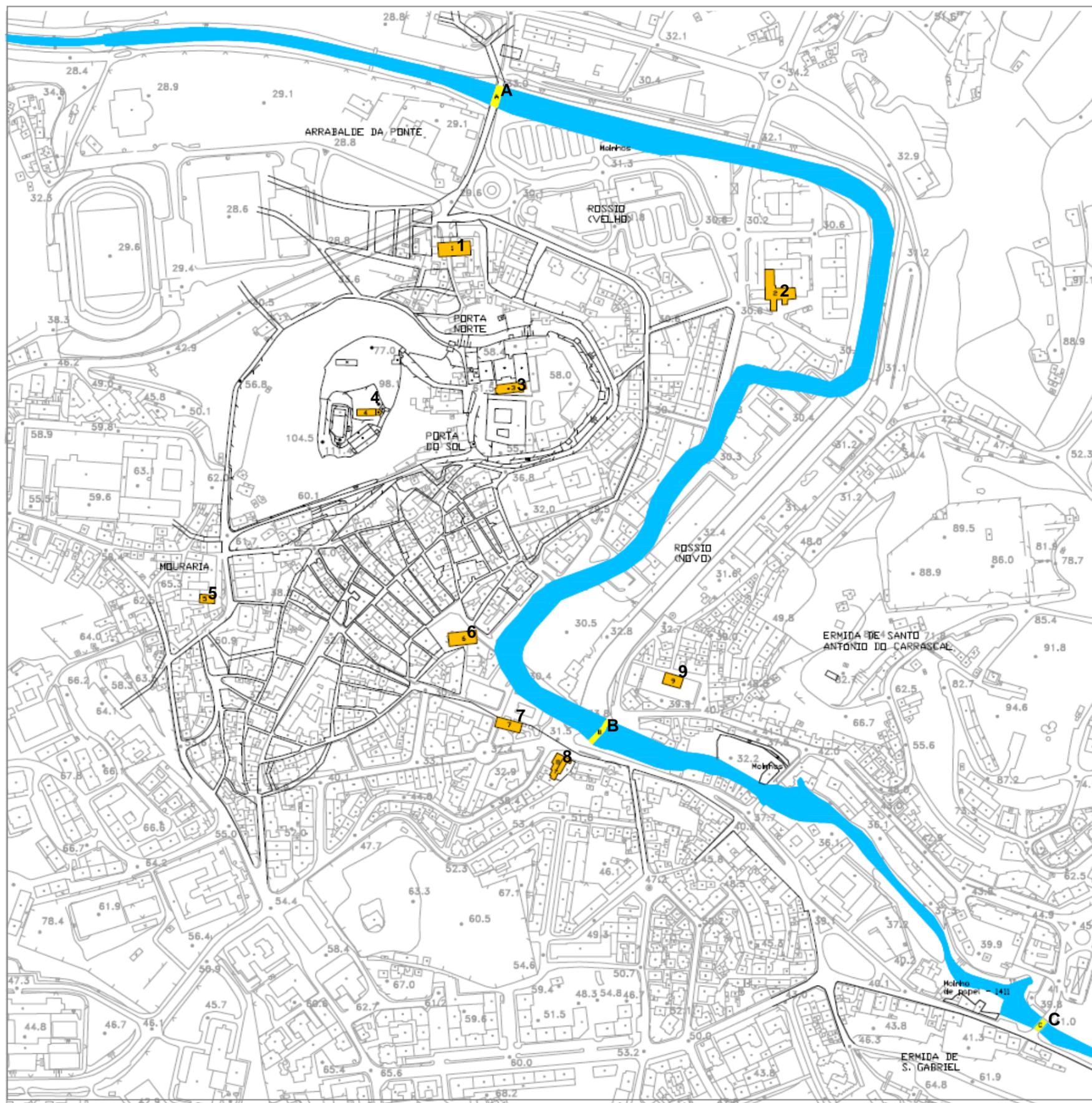
REFERÊNCIAS DAS IMAGENS

- [Fig. 1] Foto do autor
- [Figs. 2 e 3] SARAIVA, Maria da Graça Amaral Neto – O rio como paisagem: gestão de corredores fluviais no quadro do ordenamento do território, 1998. p. 59 e 64
- [Fig. 4] Desenho do autor com base na planta cartográfica de 1994
- [Fig. 5] Cf. COSTA, Rita – Cidades de Água, 2009. Dissertação de mestrado em arquitectura, apresentada ao Instituto Superior Técnico de Lisboa. p. 13
- [Fig. 6] Cf. http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/docklands.pdf
- [Fig. 7] www.webbaviation.co.uk
- [Fig. 8] Cf. http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/e_nobre/docklands.pdf
- [Figs. 9 e 10] <http://www.portcities.org.uk>
- [Figs. 11 e 12] <http://www.flickr.com/photos/>
- [Fig. 13] <http://www.world-pictures.nl/images/spain/port-vell.jpg>
- [Figs. 14 e 15] www.parqueexpo.pt
- [Fig. 16] FERREIRA, V. M., INDOVINA, F. (org.) – A cidade da Expo' 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?, 1999. p. 243
- [Fig. 17] www.parquedasnacoes.pt
- [Fig. 18] www.parqueexpo.pt
- [Figs. 19 e 20] www.parquedasnacoes.pt
- [Figs. 21 e 22] www.ipgeo.pt/atlas/
- [Fig. 23] <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2017/292A.pdf> p. 1762
- [Fig. 24] Polis em Números, MAOT, 2002
- [Fig. 25] M.A.O.T. – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, 2000. p. 67
- [Fig. 26] <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2017/292A.pdf> p. 1764
- [Fig. 27] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Fig. 28] www.google.com
- [Fig. 29] GOMES, Saúl António Gomes – www.cm-leiria.pt
- [Fig. 30] <http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/LeiriaPost01.htm>
- [Figs. 31 e 32] MARGARIDO, Ana Paula – LEIRIA: história e morfologia urbana. Leiria : Câmara Municipal de Leiria, 1988. p. 125
- [Fig. 33] www.monumentos.pt

- [Fig. 34] <http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/LeiriaPost01.htm>
- [Fig. 35] MARGARIDO, Ana Paula – LEIRIA: história e morfologia urbana, 1988. p. 66
- [Fig. 36 e 37] Arquivo Distrital de Leiria
- [Fig. 38] www.monumentos.pt
- [Figs. 39 e 40] MARGARIDO, Ana Paula – LEIRIA: história e morfologia urbana, 1988. p. 73 e 74
- [Fig. 41] http://bp2.blogger.com/_Cp74pn-pns/RyDUcHR0OII/AAAAAAAAADsk/gvQDscXx1h0/s400/teatro_maria_pia1958a1.jpg
- [Figs. 42 e 43] MARGARIDO, Ana Paula – LEIRIA: história e morfologia urbana, 1988. p. 89 e 90
- [Figs. 44-47] <http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/LeiriaPost01.htm>
- [Fig. 48] ESTRELA, Jorge – Leiria no tempo das invasões francesas, 2009. p. 18
- [Fig. 49] Desenho do autor com base na cartografia de Leiria de 1994
- [Figs. 50-57] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Fig. 58] LeiriaPolis, S.A – Intervenção do programa Polis em Leiria, 2007. p. 26
- [Fig.59] <http://www.habitarportugal.org/ficha.htm?id=57>
- [Figs. 60 e 61] Fotos do autor
- [Figs. 62-63] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Fig. 64 e 65] Foto do autor
- [Fig. 66] <http://www.pbase.com/diasdosreis/lis>
- [Fig. 67] Foto do autor
- [Figs. 68 e 69] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Fig. 70] Foto do autor
- [Fig. 71] LeiriaPolis, S.A – Intervenção do programa Polis em Leiria, 2007. p. 30
- [Figs. 72 e 73] Foto do autor
- [Figs. 74 e 75] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Figs. 76 e 77] LeiriaPolis, S.A – Intervenção do programa Polis em Leiria, 2007. p.62 e 32
- [Fig. 78 e 79] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Fig. 80] LeiriaPolis, S.A – Intervenção do programa Polis em Leiria, 2007. p. 72
- [Figs. 81-84] Foto do autor
- [Fig. 85] <http://www.pbase.com/diasdosreis/lis>
- [Figs. 86-90] ESTRELA, Jorge – Leiria no tempo das invasões francesas, 2009. p. 20, 22, 23, 25 e 27
- [Fig. 91] Foto do autor

- [Figs. 92 e 93] Desenhos e fotos do autor
- [Figs. 94-96] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Figs. 97 e 98] Fotos do autor
- [Fig. 99] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Figs. 100-102] Fotos do autor
- [Fig. 103] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Figs. 104 e 105] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Fig. 106] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Figs.107 e 108] LeiriaPolis, S.A – Intervenção do programa Polis em Leiria, 2007. p. 42 e 43
- [Figs. 109 e 110] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Fig.111] LeiriaPolis, S.A – Intervenção do programa Polis em Leiria, 2007. p. 43
- [Figs. 112-117] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Figs. 118 e 119] Desenho do autor
- [Figs. 120 e 121] Moinho do papel, 2009. p. 42 e 61
- [Figs. 122 e 123] Fotos do autor
- [Fig. 124] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Fig. 125] Foto do autor
- [Figs. 126 e 127] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Fig. 128] Desenho do autor
- [Fig. 129 e 130] <http://www.prof2000.pt/users/avcultur/postais/LeiriaPost01.htm>
- [Figs. 131 e 132] Desenho do autor
-
- [Anexos 1-4] Elaboradas pelo autor a partir da cartografia da cidade de Leiria de 1994, com base nos registos históricos existentes
- [Anexo 5] Arquivo do Arquitecto António Figueiredo
- [Anexo 6] Elaborado pelo autor, com base nos registos históricos existentes

ANEXOS



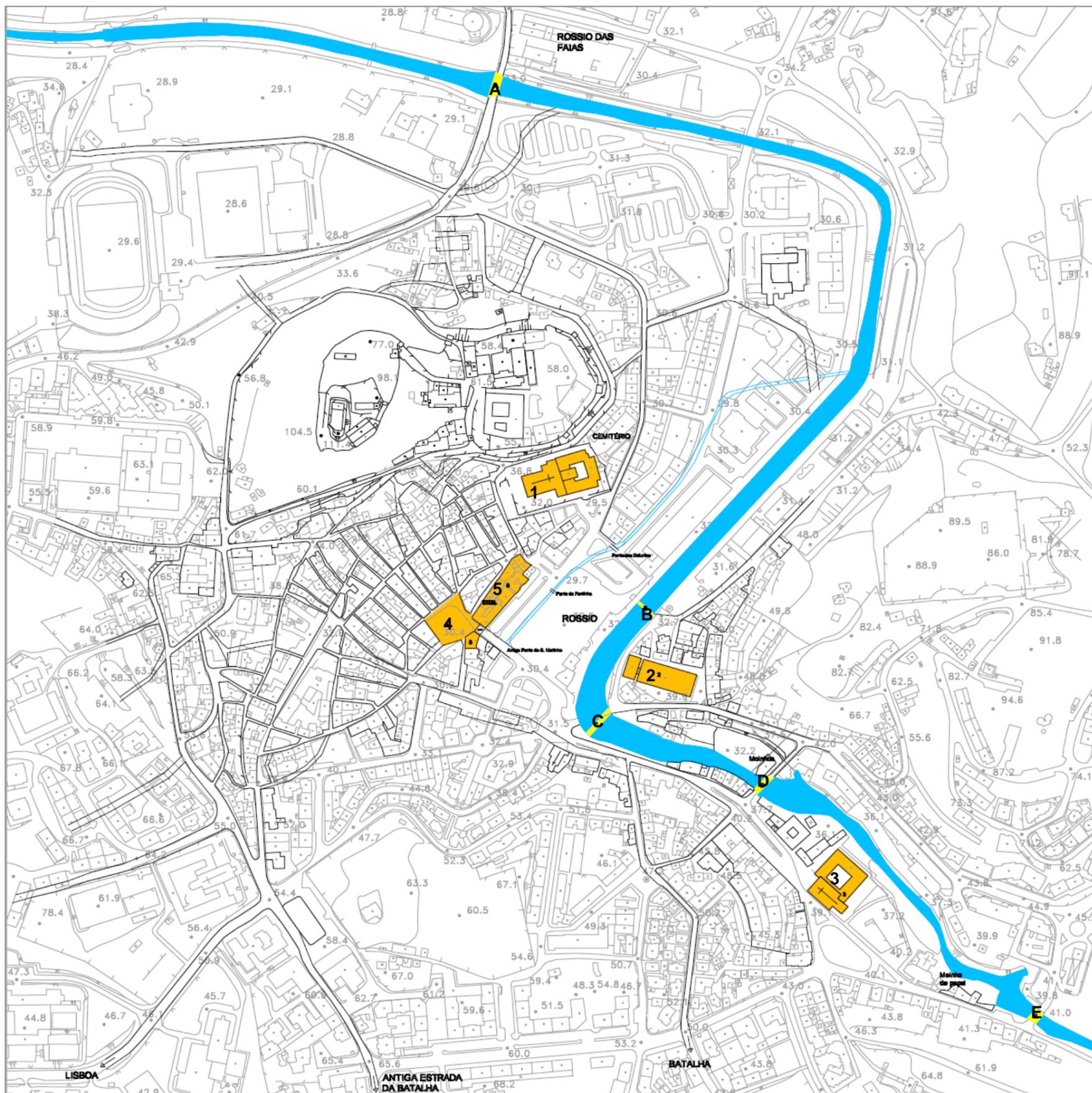
Igrejas

- 1 – Igreja de Santiago
- 2 – Convento de S. Francisco (1387)
- 3 – Igreja de S. Pedro
- 4 – Igreja de Santa Maria da Pena
- 5 – Igreja de Santo Estevão
- 6 – Igreja de S. Martinho (demolida em 1549)
- 7 – Convento de Santa Ana (1495)
- 8 – Igreja do Espírito Santo (a actual dar4 do s4c. XVIII)
- 9 – Igreja de Nossa Senhora dos Anjos

Pontes

- A – Ponte do Arrabalde (ou Ponte Coimbr4)
- B – Ponte dos 3 Arcos
- C – Ponte dos Cani4os

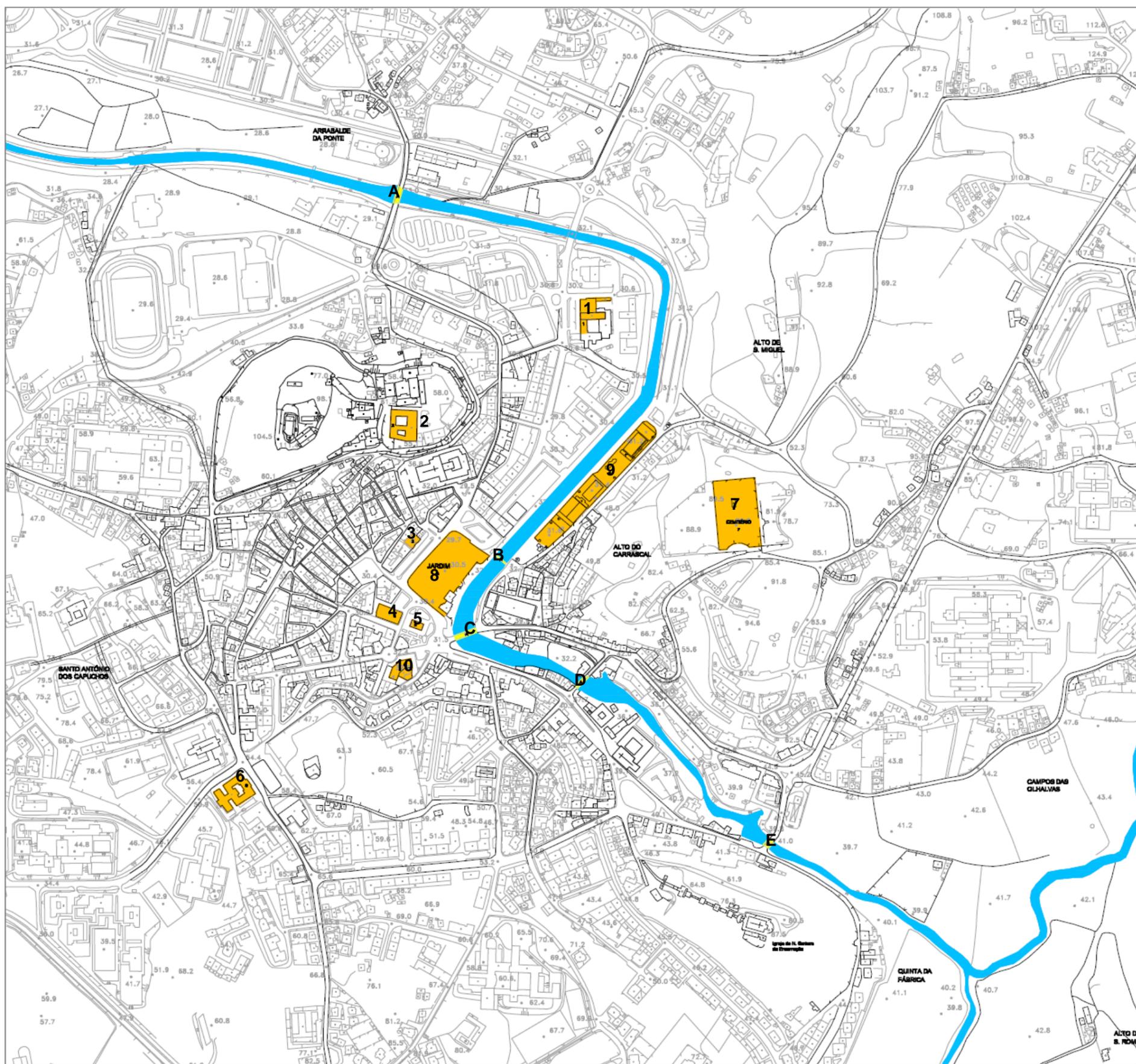
ANEXO 1 – PLANTA DO S4CULO XV



- Obras principais
 - 1 – Sé Catedral (1574)
 - 2 – Hospital D. Manuel de Aguiar
 - 3 – Convento de Santo Agostinho (1557)
 - 4 – Praça de S. Martinho (1549)
 - 5 – Palácio do Marquês da Vila Real (séc. XVI, demolido em 1900)

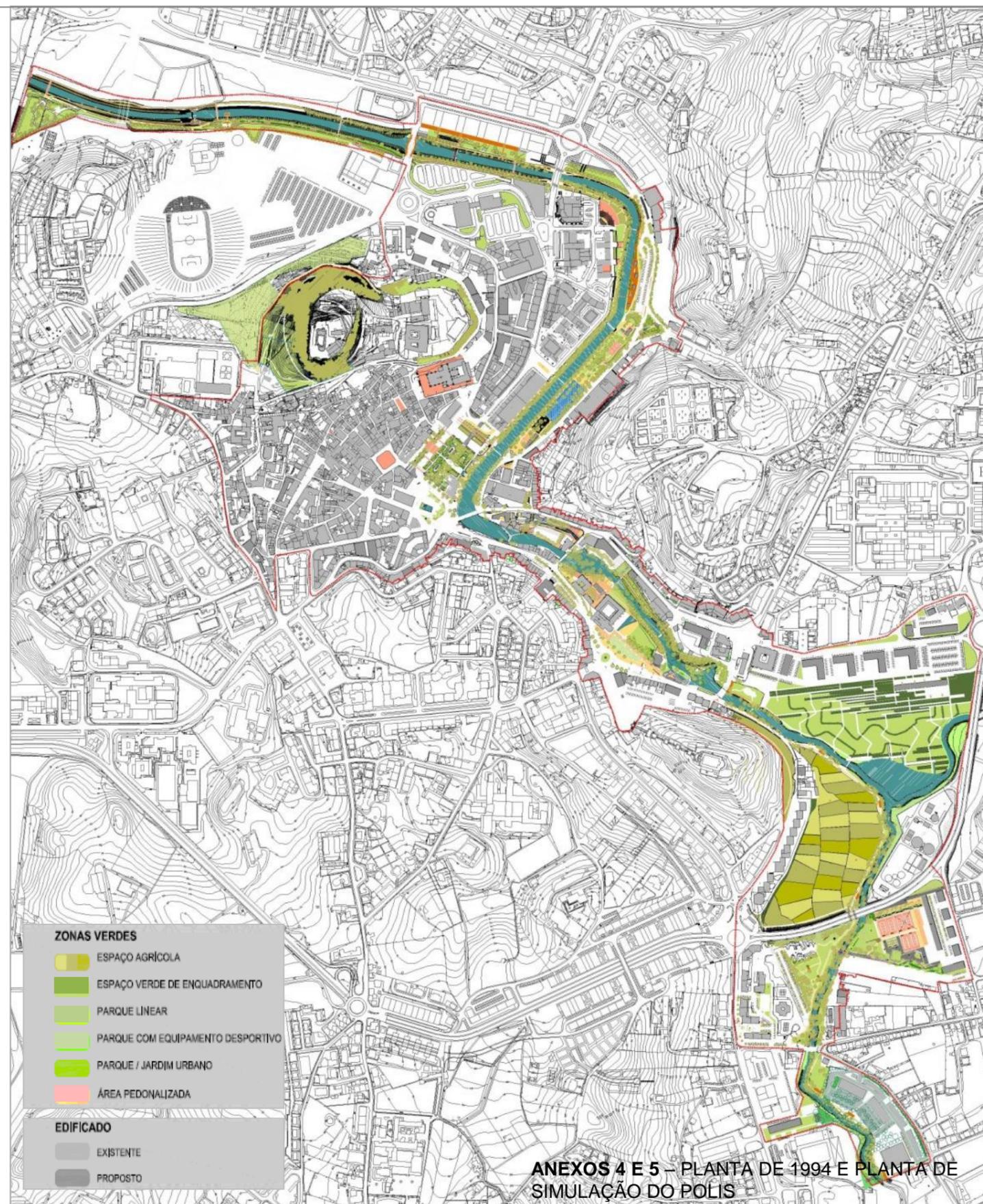
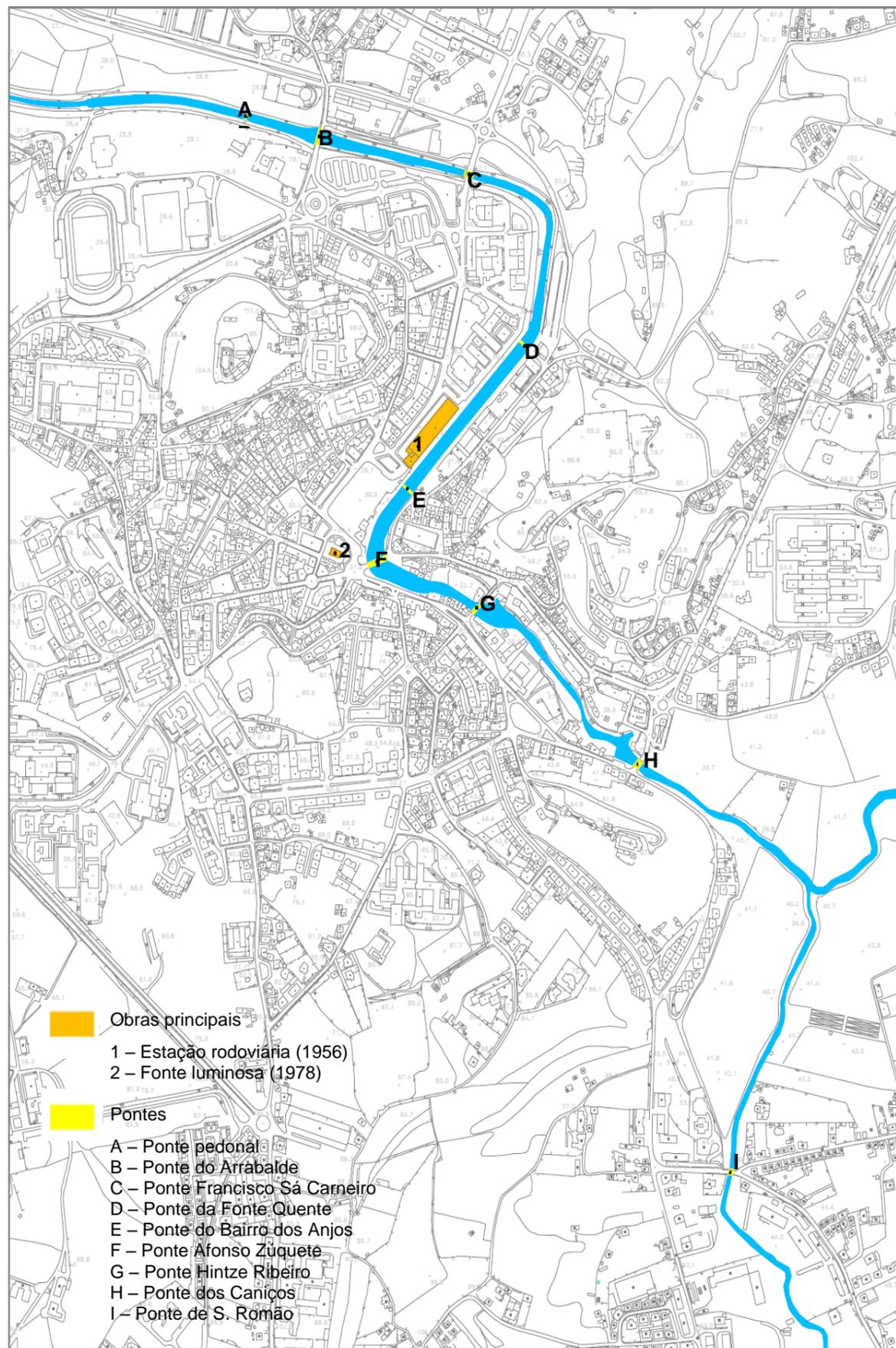
- Pontes
 - A – Ponte do Arrabalde (ou Ponte Coimbrã)
 - B – Ponte do Bairro dos Anjos
 - C – Ponte dos 3 Arcos
 - D – Ponte de madeira (mais tarde conhecida por Ponte Hintze Ribeiro)
 - E – Ponte dos Canicos

ANEXO 2 – PLANTA DO SÉCULO XIX (1809)

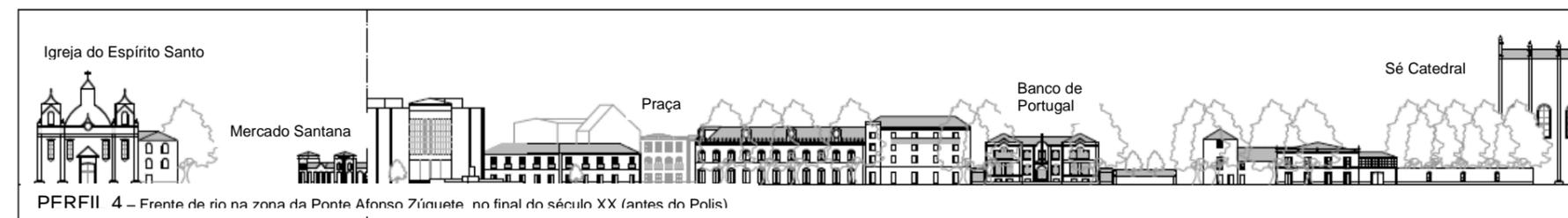
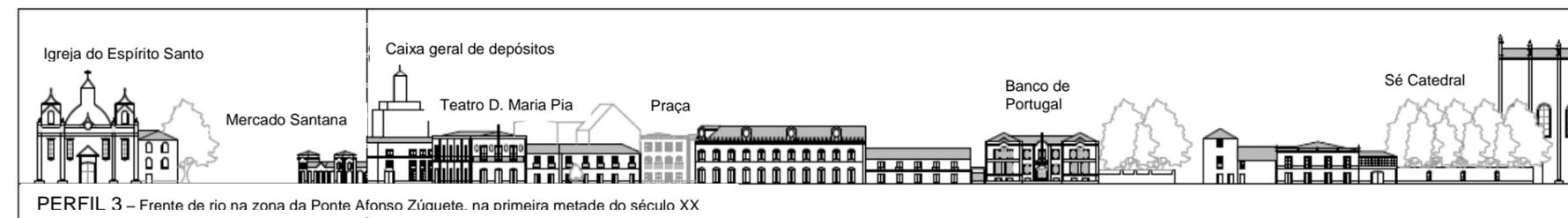


- Obras principais
- 1 – Companhia Leiriense de Moagem (1887 – antigo convento de S. Francisco)
 - 2 – Quartel do Regimento Ligeiro n.º 4 (1825 nas antigas instalações do Paço Episcopal)
 - 3 – Banco de Portugal (1923)
 - 4 – Caixa Geral de Depósitos
 - 5 – Teatro D. Maria Pia (1880)
 - 6 – Paços do Concelho (1902)
 - 7 – Cemitério (1879)
 - 8 – Jardim (1882)
 - 9 – Parque da Cidade
 - 10 – Mercado de Sant’ Ana
- Pontes
- A – Ponte do Arrabalde (ou Ponte Coimbrã)
 - B – Ponte do Bairro dos Anjos
 - C – Ponte Afonso Zúquete
 - D – Ponte Hintze Ribeiro
 - E – Ponte dos Caniços

ANEXO 3 – PLANTA DE 1938



ANEXOS 4 E 5 – PLANTA DE 1994 E PLANTA DE SIMULAÇÃO DO POLIS



ANEXO 6 – PERFIS EVOLUTIVOS DA FRENTE DE RIO, NO ROSSIO DE LEIRIA

